



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 4

I Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 21 de novembro de 2012

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 08 minutos.

Os trabalhos parlamentares começaram com a Agenda da Reunião, tendo como ponto único a **Continuação da Apreciação do Programa do XI Governo da Região Autónoma dos Açores.**

Para tal participaram no debate os Srs. Deputados Luís Maurício (*PSD*), Rogério Veiros (*PS*), José San-Bento (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), Ricardo Cabral (*PS*), Zuraída Soares (*BE*), Jorge Costa Pereira (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Cláudio Lopes (*PSD*), Catarina Moniz Furtado (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Lúcio Rodrigues (*PS*), Marta Couto (*PS*), Renata Correia Botelho (*PS*), Judite Parreira (*PSD*), Cláudio Almeida (*PSD*), Berto Messias (*PS*), José Andrade (*PSD*), Jorge Macedo (*PSD*), Miguel Costa (*PS*), Francisco César (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*), António Pedroso (*PSD*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Saúde (*Luís*

Cabral), o Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luís Fagundes Duarte*), o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes (*Vítor Fraga*) e o Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*).

Os trabalhos terminaram às 18 horas e 52 minutos.

Presidente: Bom dia a todos. Agradecia que ocupassem os vossos lugares para procedermos à chamada, Sr. Secretário.

Eram 10 horas e 08 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Berto José Branco Messias

Carlos Alberto Medeiros Mendonça

Catarina Paula Moniz Furtado

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues

José Manuel Gregório de Ávila

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Lara Fernandes Martinho

Lizuarte Manuel Machado
Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**
Luís Carlos Martins **Maciel**
Manuel Alberto da Silva **Pereira**
Maria da **Graça** Oliveira **Silva**
Marta Cristina Moniz do **Couto**
Miguel António Moniz **Costa**
Paulo Alexandre Vieira **Borges**
Pedro Miguel Medeiros de **Moura**
Pilar Sousa Lima Damião de **Medeiros**
Renata **Correia** **Botelho**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo **Amaral** Reis
António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Lima Cardoso **Ventura**
António Oldemiro das Neves **Pedroso**
Berta Maria Correia de Almeida de Melo **Cabral**
Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Cláudio Borges **Almeida**
Cláudio José Gomes **Lopes**
Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Luís **Bruto** da Costa Machado da **Costa**
Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**
Jorge Manuel de Almada **Macedo**
José Maria de Medeiros de **Andrade**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**

Nuno Alberto Lopes **Melo Alves**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Muito bem. Estão presentes 56 Sras. e Srs. Deputados.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos continuar com a Agenda para o dia de hoje, que é a continuação do debate sobre o Programa do Governo.

Tínhamos interrompido o período de pedido de esclarecimentos ao Sr. Secretário Regional da Saúde e por isso dou de imediato a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima para um pedido de esclarecimento.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Prescindo.

Presidente: Prescinde. Então dou a palavra ao Sr. Deputado Luís Maurício para um pedido de esclarecimento.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tinha dirigido ao Sr. Secretário Regional uma pergunta relativamente à questão das dívidas a fornecedores e se tinha ou não o Governo um plano de pagamento a esses mesmos fornecedores. A resposta da sua parte não foi, no meu entender, suficientemente clara e queria reafirmar em nome do PSD a importância do restabelecimento da normalidade dos pagamentos com os fornecedores, porque ela entronca inclusive naquilo que é uma preocupação do Programa do Governo, nomeadamente no que diz respeito à racionalização de custos e digo custos com medicamentos. Isso, porque como V. Exa. sabe, o que se passa atualmente nos hospitais da Região é o pagamento dos medicamentos mediante a entrega do dinheiro de forma imediata. E como V. Exa também sabe esse custo é muito mais elevado se for feito dessa forma e pelo contrário não for feito um plano de negócios com esses fornecedores e feito o concurso para a aquisição desses medicamentos de forma global.

Portanto, o não restabelecimento da normalidade das dívidas aos fornecedores acarreta custos acrescidos para o Serviço Regional de Saúde e, portanto, o que nós entendemos, Sr. Secretário, é que este plano de pagamentos seja feito de forma imediata para restabelecer a normalidade, nomeadamente em relação aos três hospitais da Região, e mais recentemente com o hospital de Angra do Heroísmo, como V. Exa. bem sabe.

Relativamente à questão do pagamento aos fornecedores e ao velho argumento, Sr. Secretário Regional, de que o pagamento dos subsistemas ao Serviço Regional de Saúde daria para pagar aos fornecedores, V. Exa. compreenderá que no âmbito desses subsistemas é a ADSE que assume maior importância.

Gostaria de lembrar que esse valor não é um valor astronómico, é uma gota de água no contexto das dívidas do Serviço Regional de Saúde, mas mais importante do que isso, Sr. Secretário Regional, é o facto de na Lei do Orçamento de Estado de 2011, por determinação do Governo da República, ter sido suspensa por parte dos hospitais do Serviço Nacional de Saúde toda a faturação à ADSE. Nessa altura V. Exas. estiveram distraídos, porque a ADSE não se fez de rogada e devolveu a partir dessa altura toda a faturação a todos os hospitais, inclusive os hospitais da Região.

Aliás, a partir de 2012, a Região deixou também de faturar à ADSE os serviços prestados nos hospitais da Região aos beneficiários da ADSE. E é essa precisamente a questão, Sr. Secretário. Se nessa altura tivessem dado por isso,...

Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (Sérgio Ávila): Então a Região já faz parte do Serviço Nacional de Saúde! Chegou onde queríamos.

O Orador: ... Sr. Secretário, tinham feito o alerta e tinham rogado à ADSE o pagamento que era devido à Região, relativamente à prestação de cuidados de saúde aos utentes desse subsistema.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Em que ano é que foi?

O Orador: Sr. Secretário, a dívida que se fez na Região naturalmente foi um instrumento para o aumento da qualidade da prestação de cuidados à Região, mas poder-se-ia ter feito da mesma forma com menos custos. Poder-se-ia ter racionalizado mais um pouco, mas no nosso entendimento, Sr. Secretário Regional,...

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse.

O Orador: ... a racionalização não justifica tudo e é preciso financiar a saúde. A saúde está subfinanciada e a racionalização que o Sr. Secretário – já termino, Sra. Presidente – mencionou relativamente àquilo que foi verificado no hospital de Ponta Delgada, essa racionalização resulta essencialmente de medidas do governo central.

A negociação do Ministro da Saúde com a indústria farmacêutica possibilitou a baixa dos preços dos medicamentos em 300 milhões de euros, refletiu-se necessariamente na aquisição de medicamentos da Região e em poupanças daí resultantes. O corte dos subsídios de férias e de Natal, tão criticados pelo partido que suporta o seu governo, resultou numa poupança...

Deputado Domingos Cunha (PS): Sempre foi assim, Sr. Deputado!

O Orador: ... de recursos, nomeadamente nos custos com pessoal no hospital de Ponta Delgada, em cerca de 1 milhão de euros.

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar.

O Orador: Portanto, as medidas de racionalização ocorridas resultaram (isso sim) de medidas do governo central que tanto os senhores criticam e não de iniciativas do vosso governo.

Muito obrigado.

Deputado Domingos Cunha (PS): Não apoiado!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Para um pedido de esclarecimento, dou a palavra ao Sr. Deputado Rogério Veiros.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Bom dia Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de questionar o PSD se vai participar no debate para discutir o Programa do Governo e a matéria do Programa do Governo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ora aí está!

O Orador: Porque é isto que está em discussão e é isto que está em análise neste ponto de ordem de trabalhos da Assembleia.

Obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É preciso ter lata! Tiram a palavra para isto!

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor levanta-se para isso?

Presidente: Dou a palavra ao Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Maurício, uma referência e uma saudação que eu gostava uma vez mais de fazer.

Oh Sr. Deputado, é importante o PSD ter esta atitude que aparentemente é uma atitude que nos aproxima mais de soluções do que propriamente uma oposição que se defina pela negativa e pela crítica. E o desafio que eu queria lançar aqui, apesar dessa saudação, é que o Sr. Deputado tem que ir mais além.

Deputados Domingos Cunha e Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: O Sr. Deputado usou a expressão que era possível racionalizar mais um pouco. Pois venham daí os contributos.

Deputados Rogério Veiros e Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: E sabe porquê, Sr. Deputado? Porque um seu antecessor chegou a fazer críticas demolidoras a este Governo e a mesma pessoa teve oportunidade de numa discussão de plano e orçamento, quando acusou o Governo de desperdício e de falta de racionalidade, a única proposta que o PSD teve foi de reforçar em 20 milhões o orçamento da saúde.

Portanto, é bom que se diga que infelizmente o PSD até aqui (e eu sei que o senhor é uma pessoa com coragem e que assume o património político do seu partido) ou só fazia propostas para aumentar a despesa da saúde, ou apresentava reforços orçamentais sem qualquer contributo para qualquer otimização ou racionalização, ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem! É verdade!

O Orador: ... ou então seguiu um caminho que nos deixou muito preocupados e que nos parece que a sua intervenção agora de certa maneira inflete este erro e que foi o caminho que o senhor muito bem sabe de desistir, de baixar os braços e entregar as chaves do Serviço Regional de Saúde ao Governo da República.

Não é esta a via do PS. Nós queremos um Serviço Regional de Saúde que seja um garante de igualdade...

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso não é verdade, Sr. Deputado!

O Orador: ... e de proteção social a quem tem o infortúnio de precisar desse serviço.

Portanto, o PS sempre esteve na primeira linha de defesa do Serviço Regional de Saúde, mesmo quando era muito difícil, mesmo agora dada a situação que nós atravessamos.

E para terminar queria também deixar aqui um registo. Nós entendemos as suas preocupações, mas também consideramos que ontem o Sr. Secretário Regional de facto respondeu...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não respondeu nada!

O Orador: ... àquilo que o senhor levantou, nomeadamente em relação aos pagamentos da faturação do Serviço Regional de Saúde.

Queria também aqui recordar que o Governo tem feito um esforço muito grande neste sentido. Há aqui um período de ajustamento face às alterações que ocorreram que o Sr. Secretário muito bem explicou ontem e mesmo assim queria também relembrar que o orçamento do hospital de Ponta Delgada foi reforçado em 74% e o do hospital da ilha Terceira em 36% nos últimos orçamentos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Cerca de 300 milhões!

O Orador: Portanto, tem havido um esforço muito grande de orçamentar realisticamente o serviço, mas também persiste um grande desafio...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Onde é que isso está?

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... de otimização e de racionalização do Serviço Regional de Saúde, mas nós cá estaremos para isso.

Deputado Luís Maurício (PSD): Onde é que isso está, porque eu não sei?

O Orador: Vamos continuar a defender e esperamos que o PSD venha ao nosso encontro...

Deputado Luís Maurício (PSD): Sr. Deputado, diga onde é que isso está?

O Orador: ... e possa dar um contributo substantivo para este grande desafio e não ficar-se apenas por reivindicar mais serviços,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor não sabe o que está a dizer!

O Orador: ... mais despesa e, no fundo, mais problemas para o Serviço Regional.

Deputados Francisco César e Domingos Cunha (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O senhor vai-me dar tempo se eu precisar. O senhor é magnânimo.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, eu gostaria que o senhor dissesse aqui qual é a dívida atual do hospital de Ponta Delgada, do hospital de Angra, do hospital da Horta. Se confirma 300 milhões, 110 milhões e 74 milhões.

Fazer-lhe uma pergunta que está aqui no Programa do Governo: como continuar o combate às listas de espera?

Ontem aqui foi dito por V. Exa. que tínhamos mais de 2 mil açorianos em lista de espera. Em 2010 tínhamos cerca de 900. Ou seja, duplicou esse número com os programas em vigor pelo anterior Governo. Quero saber é de 900 para 2.100...

É só fazer a conta. Cento e tal por cento de aumento, com mais de 4 milhões de euros gastos na recuperação.

O que é que falhou, o que é que vai mudar e como é que vai combater esta vergonhosa lista de espera que aflige os açorianos?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Agora sim, para prestar esclarecimentos, dou a palavra ao Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, restantes colegas Membros do Governo:

A iniciar a minha resposta, ao Sr. Deputado Luís Maurício, aquilo que lhe posso dizer em relação a 2012 é que temos um orçamento que deve ser cumprido. Não é possível nesta altura final do ano alterar aquilo que foi um orçamento que foi feito no início do ano.

Os seus contributos serão extremamente válidos e serão incluídos provavelmente na nossa discussão do plano e orçamento para 2013. Aquilo que está aqui em discussão não é o orçamento de 2013, mas sim o plano do Governo e as medidas gerais que nós vamos tomar no sentido de tentar melhorar a situação.

Aquilo que eu acredito, aquilo que defendo e pelo qual aqui estou como Membro do Governo é que têm de ser os açorianos a resolver os seus próprios problemas. Teremos que ser nós a resolver aquilo que foi criado pelas gerações anteriores.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: A centralização efetiva das compras pode ser uma alternativa àquilo que nos propõe.

Ou seja, se nós conseguirmos...

Deputado Luís Maurício (PSD): Mas quando é que pagam os fornecedores?

O Orador: ... centralizar todas as compras dos hospitais, provavelmente conseguiremos cumprir alguns acordos com os fornecedores no sentido de a partir de agora termos alguma capacidade de negociação para com eles.

Agradeço as suas observações relativamente à ADSE, que serão tidas em conta, tendo em conta aquilo que é o orçamento de 2013.

Existe (e isto também não está em discussão aqui hoje,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está tudo em discussão!

O Orador: ... irá estar em discussão nos próximos plenários) uma efetiva intenção de um aumento real do orçamento da saúde por parte deste Governo Regional e teremos obviamente oportunidade de discutir em que montantes e de que forma é que isso será feito também para resolver aquilo que identificou e que está corretamente identificado em relação aos seus fornecedores.

Obviamente não posso criticar aquilo que são medidas anteriores porque, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, pode, pode!

O Orador: ... primeiro, não podemos fazer nada sobre elas, as medidas foram tomadas. Aquilo que tem de ser feito por este Governo, e espero que por todos os Deputados desta casa, é arranjar medidas para que daqui para a frente consigamos resolver a situação.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Muito bem!

O Orador: Em relação às dúvidas do Sr. Deputado Artur Lima, relativamente à dívida dos hospitais.

Obviamente não lhe posso confirmar ao cêntimo os valores que foram agora adiantados.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Amanhã ainda temos plenário! Pode arredondar ao milhão. Chega!

O Orador: Isso é público (agora o Dr. Luís Maurício está a levantar os papéis e muito bem), naquilo que são os orçamentos, nos documentos que são elaborados pelos conselhos de administração anualmente nos hospitais.

Existe uma lista de espera efetiva que aumentou - e segundo aquilo que tinha sido explicado pelo anterior secretário e que para mim me parece lógico (obviamente ainda não tenho os dados suficientes para sustentar esta declaração) -, mas com o aumento efetivo do número de consultas da especialidade...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: ... houve um aumento também óbvio do número de doentes em lista de espera.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Há aqui uma relação de causa/efeito: quantas mais consultas nós damos, mais listas de espera provavelmente cirúrgicas nós teremos, porque uma é recorrente da outra. Os doentes têm indicação cirúrgica a partir do momento que têm a sua consulta.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não podemos é ter taxas de ocupação de bloco a 30%!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A gente já lá vai!

O Orador: Obviamente e aqui iria chegar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! O senhor sabe que isso é falso!

O Orador: Em que medidas concretas é que nós podemos reduzir estas listas de espera?

Uma delas é efetivamente o aumento das taxas de ocupação dos blocos operatórios e tentar perceber claramente dentro dessas listas de espera... Devo-lhe dizer – e se quiser depois podemos discutir esses dados – que a maior lista de espera neste momento é dentro da especialidade da geologia e cirurgia vascular.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): As outras não contam?

O Orador: Estamos a falar de cirurgias às varizes. Como qualquer pessoa dentro da classe médica sabe, não tem indicação urgente e muitas vezes, apesar de ser incómodo para a pessoa que as tem, não tem interferência naquilo que é a verdadeira saúde da pessoa.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Está inscrito o Sr. Deputado Artur Lima para um pedido de esclarecimento.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, obviamente que a relação causa/efeito não justifica aqui tudo, porque para a relação causa/efeito foi feito um programa especial de combate às listas de espera e desse programa ninguém sabe nada: quantas cirurgias foram feitas e qual foi a recuperação efetiva que foi feita.

Agora acha bem que um doente esteja à espera 4 anos para uma cirurgia ortopédica? Acha?

Ali os seus colegas acham bem, sobretudo alguns.

Acha que é admissível?

E ao tempo de espera de 2 anos, em média, para uma cirurgia? De 2 anos!

O senhor tem de somar o tempo de espera que essa pessoa teve para ir ao seu médico de família e que teve para referenciar o hospital e junte-lhe no mínimo mais 6 meses. O que estamos aqui a concluir é que são quase 3 anos de lista de espera, desde que o doente tem o sintoma, consulta e de espera para o seu médico de família. Três anos, Sr. secretário!

Isso é vergonhoso no país, na Europa e é isso na nossa Região e isso não é culpa de ninguém. É culpa nossa, da má gestão, quando os blocos operatórios trabalham a 20, a 30% como o senhor sabe tão bem como eu. Em Angra, em Ponta Delgada, na Horta e mais não temos.

Mas vou fazer-lhe uma pergunta que me aflige. O Sr. Secretário não acha urgente resolver hoje a questão do hospital de Angra, onde pode estar a faltar medicamentos para tratar pessoas?

Isso não o aflige? Não aflige o Governo? Não aflige o Sr. Presidente do Governo que pode estar a pôr em causa (não quero dramatizar) a vida de pessoas? Quando todos os fornecedores se recusaram a fornecer medicamentos ao hospital de Angra?

Não aflige os senhores?

Não tem uma maneira urgente de resolver o assunto e renegociar a de longo prazo? Agora, a de curto prazo os senhores não resolvem? Nem essa capacidade têm?

Oh Sr. Secretário, isto é inadmissível quando se fala em humanizar a saúde que é coisa que os senhores não falam no seu Programa. Os senhores falam em humanizar as salas de espera.

E humanizar a saúde, Sr. Secretário, não é humanizar uma sala de espera. Humanizar a saúde é prestar os melhores cuidados possíveis aos utentes e sobretudo é garantir-lhes que não lhes faltem medicamentos para serem tratados e essa situação é de extrema gravidade, está a passar-se numa Região que se arroga de ter contas públicas equilibradas e os doentes a sofrer.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Rogério Veiros.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Já o fiz em relação ao PSD e faço em relação ao CDS-PP.

Nós estamos efetivamente aqui a discutir o Programa do Governo e estamos a aguardar os contributos do PP para o Programa do Governo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, o Programa do Governo!

O Orador: Sr. Deputado Artur Lima, as suas ...

(Aparte inaudível do Sr. Deputado Artur Lima)

O Orador: Tenha calma, Sr. Deputado! Tenha calma!

Às suas observações e ao seu tom negativo e acutilante com que ataca o Serviço Regional de Saúde já nos habituou, já habituou os profissionais de saúde e já habituou os açorianos e pelos vistos não foi muito bem reconhecido pelos açorianos,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, porque não tinha sacas de cimento para dar!

O Orador: ... mas passemos agora àquilo que interessa.

Sr. Deputado Artur Lima, gostaria de lhe dizer e de afirmar que os açorianos têm um bom Serviço Regional de Saúde e têm um Serviço Regional de Saúde que responde na maioria com bons profissionais às necessidades dos açorianos.

E gostaria de lhe dizer ainda mais, Sr. Deputado.

O aumento dos meios complementares de diagnóstico é óbvio que provocou um aumento na lista de espera, porque hoje os açorianos têm o melhor diagnóstico para saberem a que tipo de especialidade é que devem recorrer, naquilo que são as suas necessidades de saúde.

Mas também gostaria de lhe dizer, Sr. Deputado, que aquilo que nós vivemos hoje de dificuldades de tesouraria no Serviço Regional de Saúde alarga-se não só àquilo que é o nosso Serviço Regional de Saúde, mas também ao Serviço Nacional de Saúde e ao Serviço de Saúde da Madeira e gostaria de dizer-lhe, Sr. Deputado, que, comparativamente a essas regiões do país, nós temos o melhor Serviço Regional de Saúde para os açorianos, onde os açorianos têm melhor acesso a cuidados de saúde que têm no resto do país.

Aliás, eu gostaria de ver quais são os contributos do CDS-PP a nível nacional para melhoria do Serviço Nacional de Saúde, que infelizmente cada vez mais está a defraudar as necessidades dos portugueses e as necessidades de quem precisa efetivamente de um Serviço Regional de Saúde.

Por outro lado, Sr. Deputado, eu verifiquei na leitura do Programa do Governo que existem matérias e matérias das quais o Programa do Governo tem novas ideias e novos contributos para a gestão do Serviço Regional de Saúde, algumas das quais já defendidas anteriormente aqui pelo Sr. Deputado Artur Lima e até na leitura da intervenção do Sr. Secretário Regional o Sr. Deputado Artur Lima foi dando à cabeça que sim.

Agora quero é ver durante estes próximos 4 anos, quando for preciso implementar novas medidas de racionalização do Serviço Regional de Saúde, quando for preciso implementar medidas que são difíceis de implementar no Serviço Regional de Saúde, a coragem do Sr. Deputado Artur Lima em estar ao lado deste Governo, a defender aquilo que o senhor sempre defendeu e a defender aquilo que o senhor sempre disse ao longo destes anos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Presidente do Governo)

O Orador: É isso que eu quero ver, Sr. Deputado, porque os políticos vêm-se nessas alturas. Não é vir aqui dizer palavras bonitas, fazer demagogia e fazer política para ganhar votos.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estava a falar para ali, não para aqui!

Mas estive a falar o gestor de centro de saúde que o deixou falido!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento para um pedido de esclarecimento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma breve intervenção.

O meu colega já referiu alguns aspetos que eu gostava de abordar, mas, Sr. Deputado Artur Lima, para deixar claro que nós estamos cientes e preocupados com as situações que têm de ser resolvidas com rapidez. Com certeza que serão resolvidas e nós também compreendemos que certas organizações aproveitem determinados momentos para terem maior contundência num processo negocial que – acho eu – qualquer pessoa compreende.

Nós estamos muito sensíveis a estas questões e estamos confiantes que uma vez mais este problema será resolvido e decorrerá,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estamos a falar disto há mais de 1 ano!

O Orador: ... aliás, das razões que já foram aqui abordadas e explicadas no passado.

Mas há uma coisa que eu tenho que lhe dizer, Sr. Deputado.

Lamento que o senhor recorra a este estilo alarmista para caracterizar uma situação que, no fundo, incute uma preocupação nas pessoas e que não contribui para a serenidade e para aquilo que é o papel do Serviço Regional de Saúde.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Alarmámos foi o doente, que está à espera de medicamentos!

O Orador: E há uma coisa que quero dizer-lhe, Sr. Deputado. Não me esqueço do senhor aqui, nesta Assembleia, ter feito afirmações gravíssimas sobre a transferência do serviço de hemodiálise no hospital da Terceira, em que o senhor utilizou o mesmo registo que está agora passo a passo a tentar chegar aqui neste debate.

Portanto, é bom que o senhor também ponha a mão na consciência...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E tinha razão!

O Orador: ... e reconheça que o senhor muitas vezes se excede na forma como defende calorosamente a saúde. O senhor tende a ver as coisas pelo avesso e por isso mesmo eu quero relembrar: se é verdade que pode aqui ou ali haver um problema no Serviço Regional de Saúde, é bom também recordar, Sr. Deputado,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não tenho é mais tempo!

O Orador: ... porque esta é que é a verdade, que todos os dias no Serviço Regional de Saúde se salvam dezenas e dezenas de vidas e é isso que nós também não podemos esquecer, porque é esse papel...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É a obrigação dele! Está a fazer um favor? É a obrigação!

O Orador: Não! Mas da maneira que o senhor fala, Sr. Deputado, a questão é essa. Da maneira que o senhor fala parece que nós vamos entrar em rutura e parece que qualquer sítio nos Açores é seguro menos numa unidade de saúde do Serviço Regional de Saúde e isso é falso.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E as horas de prevenção nos hospitais?

O Orador: Nós temos um bom Sistema Regional de Saúde e temos um sistema que responde às necessidades dos açorianos e por isso é que continuará a ser preservado no futuro e defendido por nós.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Só para lembrar à maioria socialista o seguinte.

Se alguém propôs medidas de racionalização no Serviço Regional de Saúde ao longo dos últimos anos fui eu, nesta casa, nomeadamente nos regimes de prevenção e aquele Sr. Deputado que acabou de falar...

Deputado José San-Bento (PS): Ele tem nome!

Deputado Luís Maurício (PSD): Para diminuir as listas de espera para as consultas!

O Orador: ... foi o que defendeu aqui que era importante haver uma prevenção para dermatologia, que não existia em nenhum sítio do mundo. Foi aquele senhor que acabou de falar que defendeu aqui uma prevenção para dermatologia. É a credibilidade que aquele senhor tem para falar de saúde.

Deputado José San-Bento (PS): Fica-lhe mal, Sr. Deputado!

O Orador: Vinte e quatro horas! Uma prevenção, vinte e quatro horas, meus senhores!

Os senhores andaram a esbanjar e por isso estão endividados...

Deputado José San-Bento (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Isso é verdade, Sr. Deputado José San-Bento! Seja honesto e seja sério!

Deputado José San-Bento (PS): Eu sou sério, Sr. Deputado!

O Orador: Vinte e quatro horas, uma prevenção e isso é um exemplo, mas podia-lhe dar mais se tivesse tempo.

Deputado José San-Bento (PS): Mas o que é isso, Sr. Deputado?

O Orador: Quanto aos contributos que o CDS deu para a saúde vou lembrar-lhe o Vale Saúde para o combate às listas de espera. Sabe o que é que aconteceu?

Os senhores não cumpriram a sua palavra e o seu compromisso. Não gastaram um tostão com o Vale Saúde e isso, a desonestidade, vem da vossa parte.

Mais uma proposta. O CDS fez uma proposta para aumentar as diárias dos doentes para 70 euros.

Sabe o que é que aconteceu?

Os senhores não cumpriram e, portanto, quem não é digno de receber propostas...

Deputado José San-Bento (PS): Isso é racionalizar a despesa? Isso é aumentar a despesa!

O Orador: ... são os senhores, porque não são sérios e não as cumprem. Essa é a conclusão que se pode tirar e, portanto, não têm a mínima razão para acusar os outros. Propostas fizemos várias, os senhores não cumpriram com a sua palavra. Não cumpriram com a sua palavra. Faltaram ao compromisso dado e assinado e isso é que é grave em política, Sr. Deputado José San-Bento e Srs. Deputados do Partido Socialista.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, gostaria aqui de mais uma vez fazer-lhe o desafio que lhe fiz há pouco. Eu quero, ao longo destes 4 anos, verificar quando forem sempre necessárias tomar medidas de racionalização, quero ver a sua coragem e quero vê-lo ao lado do Governo Regional quando isso acontecer.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já estive. O senhor foi contra!

O Orador: Relativamente a essa matéria, Sr. Deputado, eu gostaria de dizer-lhe o seguinte.

Não é verdade que não existe esse sistema de prevenção de dermatologia em outros hospitais do país, porque existe sim senhor.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não existe, não senhor!

O Orador: Existe no hospital de Santo António, existe no hospital de Santa Maria e tem a ver com as necessidades do momento e com as necessidades e com a procura do momento.

E por isso, Sr. Deputado, se tiver que ser alterado terá que ser alterado porque este Governo do Partido Socialista, ao longo dos anos, tem sabido alterar aquilo que é necessário alterar, tem sabido mudar aquilo que é necessário mudar e por isso a nossa capacidade de mudança é que faz com que os açorianos não nos mudem do poder, mas mudem alguns dos grupos parlamentares aqui existentes neste plenário.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já lhe disse que não tenho janelas de alumínio, nem sacos de cimento!

O Orador: Aliás, também até lhe queria dizer que algumas das prevenções do hospital de Angra e do hospital de Ponta Delgada já foram alteradas.

Mas mais, Sr. Deputado! Nós somos todos a favor do aumento da produtividade em todos os setores e em todas as áreas do Serviço Regional de Saúde e por isso, Sr. Deputado, quero verificar ao longo dos próximos 4 anos mais uma vez a sua coragem em alguns momentos.

E também gostaria de lhe dizer, Sr. Deputado, que o senhor é daqueles que fala muito bem no plenário, mas é o Sr. Deputado que ao longo dos últimos 4 anos também queria duplicação de serviços no Serviço Regional de Saúde, tanto em São Miguel, como na Terceira, e muitas das vezes estava mais preocupado em defender o seu eleitorado, na sua ilha,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor não defende o seu?

O Orador: ... do quem em defender propriamente o Serviço Regional de Saúde, o que felizmente não foi reconhecido pela maioria dos açorianos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é mentira!

O Orador: ... e é para isso que nós estamos aqui, para defender os interesses dos açorianos, para defender o Serviço Regional de Saúde dos açorianos,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é mentira!

O Orador: ... gerido pelos açorianos e para os açorianos, Sr. Deputado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Dou a palavra ao Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, como sabe, e mais uma vez eu já fiz essa abordagem no passado,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor contradiga aquilo que eu disse!

O Orador: Já lá chego!

... há sempre referências da sua parte que não compreendo, quando o senhor refere questões de “seja honesto e seja sério” e devo-lhe confessar que considero todos os colegas, todos os Membros do Governo, pessoas honestas, pessoas sérias, têm é

eventualmente ideias diferentes, convicções diferentes, mas isso acho que é a lógica da própria democracia e, portanto, é bom que nos entendamos. Eu nunca direi a ninguém para ser sério,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quando se falha num debate, é não ser sério!

O Orador: ... que é uma questão que nestes debates me faz sempre uma grande confusão.

Reconheço, Sr. Deputado, que o CDS-PP fez alguns contributos, apresentou alguns contributos na área da saúde muito táticos,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E há mais!

O Orador: ... muito dirigidos a nichos eleitorais. Todos nós compreendemos isso. Agora, Sr. Deputado,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Há mais!

O Orador: ... devo-lhe dizer com toda a frontalidade. O senhor arroga-se de ser um grande especialista e um grande conhecedor do setor da saúde. Admito que sim!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sei mais que o senhor!

O Orador: O senhor lá sabe! Eu não entro nesse campeonato. Eu estou a fazer-lhe um desafio. O senhor arroga-se disso e agora o que eu desafio o senhor é que terá que ser por uma vez aqui, nesta Assembleia, proporcional nas propostas que apresenta a este conhecimento que o senhor se arroga.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: É este desafio que o CDS-PP terá que cumprir, é para este debate que o senhor é chamado.

E queria também dizer com toda a frontalidade, Sr. Deputado, que também já chegou a hora do senhor assumir as suas responsabilidades.

O Sr. Deputado Artur Lima tem sido um verdadeiro especialista em fingir que nada tem a ver com o Governo da República,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas estamos a debater o Programa do Governo ou a República?

O Orador: ... em parecer que nada de mal faz o Governo da República, que é da responsabilidade do CDS-PP.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas é um problema da República ou do Governo?

O Orador: E o que eu lhe quero dizer, Sr. Deputado, é que quando o senhor entra nessa via de acusações e nessa via de criticismo em relação à saúde nos Açores, o senhor também tem de responder pelas soluções que o seu Governo está a apresentar na República.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Há soluções nos Açores ou não há?

O Orador: E é isso que o senhor terá que fazer.

Deputados Artur Lima e Nuno Alves (CDS-PP): Mas há Governo nos Açores ou não?

O Orador: Não é admissível que o senhor aqui critique o Governo e depois se esqueça das medidas de desmantelamento e de destruição do Serviço Nacional de Saúde que um Governo, da responsabilidade do seu partido, está a implementar em Portugal e é essa contradição gritante que o senhor também tem de se lembrar e tem que responder por ela quando for para isso confrontado. Isso também seria uma prova de coragem da sua parte.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não respondeu às minhas perguntas!

Presidente: Muito bem.

Não sei se o Sr. Secretário vai prestar esclarecimentos.

Dou a palavra ao Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caro Sr. Presidente do Governo, Exmos. Colegas Membros do Governo:

Dos vários pedidos de esclarecimento a que eu assisti nos últimos minutos, acho que a única questão formal que me foi colocada veio do Sr. Deputado Artur Lima, relativamente à questão do hospital de Angra.

Aquilo que lhe vou dizer é que tanto me preocupa...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E as listas de espera?

O Orador: E também essa questão.

... a questão do hospital de Angra que, apesar de estar nesta situação de plenário até ao final da semana, realizei todos os esforços necessários para que rapidamente fosse marcada uma reunião com os fornecedores já na sexta-feira (espero eu!) para tentar resolver essa situação. Portanto, saiu ontem a notícia...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é uma boa notícia!

O Orador: ... e da minha parte haverá todo o esforço necessário para que essa situação seja resolvida.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É preciso haver algum esforço!

O Orador: Terá havido também aqui algum *timing* que terá sido aproveitado até politicamente de uma forma desajustada, porque houve um acordo que era para ser cumprido até dia 30 de outubro, que teria que ser revisto até dia 6 de novembro. Nós estávamos em período de transição de Governo e foi difícil cumprir com essa revisão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu não tenho tempo!

O Orador: Só para terminar, em relação à redução das listas de espera, aquilo que lhe posso dizer é que a redução das listas de espera não passa exclusivamente pelo aumento de produção.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Exatamente!

O Orador: Há que rever claramente, dentro daquelas listas de espera, se há necessidade ou não de intervenção cirúrgica, porque (como bem sabem e quem é da área da saúde sabe isso perfeitamente) há propostas cirúrgicas que podem estar a ser feitas dentro daquela lista de espera com uma taxa de sucesso de 10%. Quando corretamente explicada às pessoas que a sua probabilidade de melhorar é de 10%, há que rever se a pessoa quer fazer essa cirurgia ou não.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Foi isso que foi feito até agora!

O Orador: Isso tem que ser visto e tem que ser trabalhado desta forma também.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nunca foi!

O Orador: O que não invalida a necessidade que há premente de se rever a taxa de ocupação dos blocos operatórios,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É para ali que tem de falar!

O Orador: ... porque (é a minha experiência pessoal, é a experiência pessoal de quem trabalha dentro dos hospitais) a taxa de ocupação dos blocos não está a ser cumprida da forma que poderia ter sido.

Deputado Luís Maurício (PSD): É uma vergonha!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é vergonhoso. Estão para melhorar há 8 anos.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Terminado que está o período de esclarecimentos, para uma intervenção de tribuna dou a palavra ao Sr. Deputado Ricardo Cabral.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Exma. Senhora Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Em primeiro lugar, queria cumprimentar Vossas Excelências, Senhora Presidente da Assembleia Legislativa dos Açores e Senhor Presidente do XI Governo Regional e desejar muito êxito nas coordenações e implementações das Vossas superiores orientações.

Às senhoras deputadas, aos senhores deputados, à senhora e senhores membros do Governo desejo igualmente os maiores sucessos nas suas políticas e na governação.

Esperando que as nossas ideias, as reflexões, os debates, as nossas resoluções e as nossas decisões sejam um verdadeiro contributo para a elevação da qualidade de vida e do exercício da cidadania, de todos os açorianos e todas as pessoas que optaram viver na Região Autónoma dos Açores.

A nossa comunidade são as pessoas e as famílias que a constituem.

O bem mais precioso que um ser humano possui é a Saúde, porque posiciona-se como uma área crucial na manutenção de um bem-estar individual e coletivo.

A Saúde é mantida e melhorada, não só através da promoção e aplicação da ciência da saúde mas, também, através dos esforços políticos e das opções de vida inteligentes do indivíduo e da sociedade.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: O XI Governo Regional dos Açores através do seu programa de governo, entende que “as pessoas são a razão de ser do Serviço Regional de Saúde”, preconiza a Saúde como uma prioridade e assume o compromisso de promover a saúde, prevenir e tratar as doenças de todos os açorianos e açorianas, com igualdade, com dignidade e sem discriminações.

O XI Governo Regional dos Açores defende que todos devem ter direito à proteção e recuperação da saúde e ao dever de a proteger e promover, reduzindo as enfermidades, controlando as doenças e melhorando a vigilância da saúde.

A responsabilidade pública, coligada com os cuidados da responsabilidade individual, deverão contribuir para a redução significativa dos problemas de saúde na Região Autónoma dos Açores.

Os objetivos prioritários do Partido Socialista e do Governo Regional dos Açores, para a saúde, são:

- 1 - Consolidar as parcerias do Serviço Regional de Saúde.
- 2 - Reabilitar e construir novas infraestruturas e equipamentos de saúde.
- 3 - Criar e aperfeiçoar as acessibilidades.
- 4 - Humanizar o Serviço Regional de Saúde.
- 5 - Solidificar a prestação de Cuidados de Saúde em contexto domiciliário.
- 6 - Articular os cuidados de Saúde Primários e os cuidados de Saúde Diferenciados.
- 7 - Melhorar os serviços nas unidades prestadoras de Cuidados de Saúde Primários.
- 8 - Aprimorar as políticas de promoção da saúde e prevenção da doença.
- 9 - Promover a criação e cobertura universal, a todos os cidadãos, do assistente de família.
- 10 - Diminuir os tempos de espera dos utentes do Serviço Regional de Saúde.
- 11 - Maximizar a eficiência e racionalizar os custos da gestão.
- 12 - Promover a qualidade global dos serviços.
- 13 - Aumentar a eficiência na gestão do medicamento.
- 14 - Promover a sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde.
- 15 - Aumentar os níveis de produtividade no Serviço Regional de Saúde.

Os açorianos acreditam nesses propósitos, por isso votaram massivamente no projeto do Partido Socialista dos Açores, no passado dia 14 de outubro.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista estará, sempre, pronto para pensar, planear, implementar e avaliar, ou melhor dizendo, trabalhar com muita determinação e coragem para defender um Serviço Regional de Saúde, para todos, com eficiência, com competência e com qualidade.

O Governo da Região Autónoma dos Açores apresentou no seu programa estratégias, com diversas e relevantes medidas e estabeleceu prioridades para dar continuidade ao progresso e à modernidade da prestação dos cuidados de saúde à população açoriana.

O Partido Socialista dos Açores e o Governo Regional dos Açores tencionam incrementar uma Saúde mais próxima em todas as fases da vida. Desde a maternidade, a infância, a adolescência, aos adultos ativos e não ativos e recomenda uma atenção especial aos nossos idosos.

O Partido Socialista dos Açores entende uma Saúde com cobertura universal de todos os cidadãos residentes na Região Autónoma dos Açores.

Ninguém pode, nem deve, ficar esquecido para o Partido Socialista e para Governo Regional dos Açores.

O Governo Regional com o apoio do Partido Socialista dos Açores quer mais produtividade dos recursos, maior rentabilização dos investimentos, mais profissionalização na gestão para equilibrar a sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde e pretende elevar, incessantemente, os padrões da qualidade da Saúde da Região Autónoma dos Açores.

O Governo Regional dos Açores apoiado pela maioria do Grupo Parlamentar do Partido Socialista sabe que é necessário haver uma rigorosa e persistente racionalização dos gastos da saúde, principalmente na sua massa salarial, na aquisição de medicamentos e de material clínico, assim como, na aquisição de serviços inerentes ao Serviço Regional de Saúde.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores ambiciona que a contínua melhoria do Serviço Regional de Saúde, pode passar pela benfeitoria na articulação das instituições de saúde, pelo melhoramento da comunicação entre as todas

unidades de Saúde da Região e pelo aperfeiçoamento na organização dos doentes deslocados.

O Governo Regional dos Açores suportado pela maioria do Partido Socialista, como os açorianos determinaram nas últimas eleições legislativas regionais preconiza e pretende, no seu Programa de Governo, uma avaliação minuciosa de todos os procedimentos em Saúde na Região Autónoma dos Açores, dos recursos materiais, dos recursos físicos, da atividade de todos os recursos humanos e dos imprescindíveis recursos económicos.

O Programa do XI Governo Regional dos Açores menciona que “urge avaliar a atual oferta de Serviços de Saúde da Região Autónoma dos Açores”.

A palavra “avaliação” e o verbo “avaliar” são escritos inúmeras vezes, no programa do Governo Regional dos Açores, o que traduz uma séria preocupação e será, certamente, de uma importância capital para o real aperfeiçoamento do Serviço Regional de Saúde.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista congratula-se com a tradução desta preocupação numa prioridade.

Uma boa governação dos Sistemas de Saúde não pode todavia, submeter à economia, as suas opções estratégicas e operacionais.

Haverá sempre necessidade de estabelecer compromissos entre os custos de uma terapêutica e os benefícios que ela proporciona ou a eficácia com que se projeta na população que a ela acede.

A Saúde Pública, a promoção da saúde, a prevenção das doenças, a segurança e a qualidade dos procedimentos no diagnóstico, no tratamento e na reabilitação da população açoriana, estão sempre na agenda política do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

A organização, a eficiência e o custo dos sistemas de saúde são vetores importantes para dar continuidade à melhoria do Serviço Regional de Saúde dos Açores.

A igualdade, a dignidade, a segurança e a tendência gratuita do Serviço Regional de Saúde serão sempre os pilares da orientação do Partido Socialista dos Açores.

Um Serviço Regional de Saúde, cada vez mais ágil, mais útil, mais proveitoso e com qualidade é um investimento prioritário para o Governo Regional dos Açores, liderado pelo Presidente Vasco Cordeiro.

Sabemos todos dos seus elevados custos mas, sabemos igualmente da necessidade permanente, de detetar e diminuir as despesas dispensáveis, de melhorar a articulação entre as instituições de saúde e de aumentar a eficiência e a produtividade de todos os profissionais de saúde da Região sem exceção.

Temos todos de continuar a trabalhar arduamente, com motivação e determinação redobrada, mesmo sabendo das condições económicas difíceis da atualidade.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista nunca se cansará, com as suas estratégias e alternativas técnicas e políticas, para proporcionar as melhores condições de diagnóstico, de tratamento e de acompanhamento dos problemas de toda a população açoriana.

Os açorianos sabem e confiam nos projetos do Partido Socialista para o futuro da Saúde dos Açores.

O Povo dos Açores determinou com sabedoria a sua opção através do seu voto democrático.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista cumprirá com as suas responsabilidades.

A Saúde e a Educação são áreas governativas que não dão lucro mas, proporcionam e fortalecem as pessoas para uma vida de maior sucesso.

É fácil dizer que tudo está mal, mas não é justo, não é inteligente, nem é verdade.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: A melhoria significativa dos indicadores de saúde da Região Autónoma dos Açores, nos últimos anos, é a confirmação da evolução do Serviço Regional de Saúde.

O aumento do número de consultas, o aumento exponencial dos meios complementares de diagnóstico e terapêutica, o aumento de recursos humanos afetos às instituições públicas de saúde da Região, o aumento de deslocação de especialistas às ilhas sem hospital, a Via Verde, que salva muitas vidas, a rede de

nutricionistas, o melhoramento das unidades de saúde da Região, a excepcional diminuição da mortalidade infantil nos Açores, o Plano Regional de Saúde com os seus diversos programas, o meritório prémio do projeto SIV do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores e muitas outras mais-valias do Serviço Regional de Saúde, reconhecidas pela sociedade política e social e pela comunidade científica nacional e internacional são o garante da evolução positiva do Serviço Regional de Saúde.

“As palavras são mais fortes que os gritos”.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista prevê que é necessário, ainda, trabalhar muito, para manter a qualidade e a sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma dos Açores.

Haverá sempre muito para afinar, aprimorar, aperfeiçoar e melhorar.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Governo Regional dos Açores sabem que nunca foi fácil a área da Saúde mas, é possível evoluir e melhorar o Serviço Regional de Saúde, com muita determinação e objetividade.

“A política é a arte do possível”.

É um compromisso do Partido Socialista dos Açores ajudar a construir uma Região Autónoma dos Açores mais forte, mais desenvolvida e mais saudável porque o povo açoriano merece ser tratado com dignidade e com igualdade, principalmente, aqueles mais carenciados economicamente, os mais vulneráveis, os mais pobres.

Estes e todos os açorianos e açorianas merecem ser acompanhados com as condições atuais de modernidade e de segurança.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista estará sempre presente porque, os açorianos assim quiseram e confiaram nas nossas orientações políticas e vai trabalhar com afinco e convicção para contribuir, defender e melhorar o Serviço Regional de Saúde.

O Partido Socialista dos Açores está pronto para vencer novos desafios, está preparado para dar as melhores condições de saúde aos açorianos e às pessoas que optaram por viver na Região Autónoma dos Açores e estará, perenemente, determinado para lutar contra os obstáculos, os travamentos, os silêncios e os impedimentos que possam surgir de todas as outras direções ideológicas.

Primeiro, estará sempre o bem-estar das pessoas e das famílias açorianas.

Como disse Guerra Junqueiro: “A felicidade consiste em três pontos: trabalho, paz e saúde”.

Dispomos de um Governo Regional com legitimidade democrática.

Temos profissionais de saúde de excelência.

Possuímos boas estruturas de saúde.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista fará tudo ao seu alcance, para servir bem toda a população açoriana.

O Partido Socialista dos Açores fará tudo ao seu alcance, para dar continuidade à liberdade, à autoestima, ao progresso e ao desenvolvimento dos Açores.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

Não havendo, dou a palavra ao Sr. Deputado Luís Maurício para uma intervenção.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gerir o sector da Saúde não se afigura necessariamente matéria fácil pela complexidade decorrente da existência da intervenção de múltiplos agentes, por vezes com interesses não convergentes, e da saúde funcionar como um mercado imperfeito onde, como é evidente, o lucro não é o objetivo a atingir.

Apesar disso, a Saúde na nossa Região enfrenta hoje um enorme desafio: o da sua própria sustentabilidade. Vossa Excelência, Senhor Secretário Regional, herda, sem responsabilidade pessoal, uma dívida que coloca em causa a sobrevivência do Serviço Regional de Saúde, tal e qual como ele hoje funciona, decorrente de um subfinanciamento crónico não assumido.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Constitui para o PSD uma prioridade o saneamento da dívida, geradora ela própria de disfunções graves no sistema, que se traduzirão – como se verifica

com a obrigatoriedade do pagamento imediato por parte dos Hospitais, de medicamentos e dispositivos médicos, numa primeira fase, e, posteriormente, até a sua própria suspensão nessas mesmas condições, como se verifica atualmente no Hospital de Angra do Heroísmo – se traduzirão, diria, na qualidade dos cuidados prestados aos Açorianos. As medidas de racionalização propostas são uma solução muito parcial para um desejado financiamento, esse sim, que deverá ser adequado às atuais exigências de prestação de cuidados.

A cobertura integral da população pelos cuidados primários assume no nosso entender outra das prioridades. Problema de muitos anos, suavizado pelo aumento do número de Especialistas de Medicina Geral e Familiar consequência, também, de uma política nacional que privilegiou aquele Internato em função dos Internatos das Especialidades Hospitalares, ainda está aquém de uma solução desejável. A porta de entrada do Serviço Regional de Saúde continua a ser, para milhares de Açorianos, as urgências hospitalares, determinando disfunções e custos que o sistema não suporta. As soluções propostas – positivas nas intenções – requerem uma efetiva concretização que contrarie o passado recente.

Mas se a cobertura da população pelos Cuidados Primários constitui no nosso entender uma prioridade, não deixa de ser igualmente importante a acessibilidade dos açorianos a meios complementares de diagnóstico e a cirurgias.

Não é admissível, como Vossa Ex^a. Senhor Secretário Regional concordará, que existam açorianos há mais de três anos à espera de uma cirurgia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Importa atalhar caminho na recuperação daquilo que é um fator extraordinariamente perturbador da qualidade de vida dos Açorianos. A par dos programas de recuperação de listas de espera, importa no nosso entender racionalizar as estruturas existentes, nomeadamente assegurar uma ocupação dos blocos operatórios a taxas verdadeiramente aceitáveis.

De entre muitas outras prioridades cabe aqui também referir a necessidade de uma articulação efetiva entre as diferentes unidades de saúde, criando procedimentos de gestão clínica e administrativa homogêneas. Não se concebem controlos de assiduidade numa estrutura e não noutras, não se concebem critérios de deslocação

diferentes entre elas, para lhe dar, apenas e só, dois exemplos. Exige-se para uma boa gestão de recursos igualdade de procedimentos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Finalmente Senhor Secretário gostaria que a prática da transparência na Gestão da Saúde possa constituir o seu apanágio. Transparência na Gestão e transparência no acesso aos dados da Governação Clínica.

O acesso aberto e prometido aos dados das listas de espera no Portal da Saúde tornou-se uma miragem. Os próprios dados por Vossa Ex.^a referenciados datam de 31 de março de 2012, últimos dados contidos no Portal da Saúde.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Temos preocupações em comum. Temos algumas soluções em comum. Nem tudo nos une. Nem tudo nos separa.

Desejo que a sua prática, Senhor Secretário, e a prática do Governo onde Vossa Ex.^a se insere, sejam consequentes e possam marcar a diferença em relação a um passado não muito longínquo.

Disse.

Deputados Duarte Freitas e Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Proponho então agora que se faça um intervalo de 30 minutos. Regressamos às 11 horas e 34 minutos.

Eram 11 horas e 08 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço que reocupem os vossos lugares para darmos início aos nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 41 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, antes de passar a palavra ao Sr. Secretário, queria voltar a pedir desculpa, porque, mais uma vez, na ânsia do intervalo, esqueci-me de abrir um período para pedidos de esclarecimento à intervenção do Sr. Deputado Luís Maurício. Por isso, faço-o agora e pergunto então se há algum pedido de esclarecimento à intervenção.

Não havendo, acho que estamos em condições de dar início ou de continuar o nosso debate do Programa do Governo.

Para o efeito, dou a palavra ao Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*):

Sra. Presidente da Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores, Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional dos Açores e Sras. e Srs. Deputados da Assembleia Legislativa: Sendo esta a primeira vez que me dirijo a esta Assembleia, quero apresentar os meus cumprimentos a Vossas Ex.^{as} e desejar o maior êxito para esta Legislatura – para bem dos Açores e do Povo Açoriano.

Quero, na qualidade de atual Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura, recordar com uma palavra de reconhecimento todos aqueles que me antecederam no cargo – Reis Leite, António Maria Mendes, Norberto Rosa, Aurélio da Fonseca, Bento Barcelos, Álamo Meneses, Maria Lina Mendes e Cláudia Cardoso (aqui presente) – e que, nos respetivos tempos e enquadramentos políticos, fizeram o melhor que puderam no exercício das suas funções. Mas quero, sobretudo, falar-vos do futuro nas matérias que me foram confiadas – que terá em conta os dados que foram ontem divulgados pelo INE: na última década, os Açores, a par de Lisboa e da Região Norte, é uma das regiões com menor taxa de analfabetismo. E os Açores foi a região do país que registou um maior recuo na taxa de analfabetismo, que passou de 12,7% em 2001 para 5,23% em 2011.

Isto deve-se, naturalmente, à atuação dos governos do Partido Socialista e ao grande investimento que foi feito infraestruturas, na qualificação dos recursos

humanos e nas melhorias a nível das estratégias pedagógicas. É daqui que vamos partir.

Foi entendimento do Governo atribuir, à mesma Secretaria, a execução das políticas para a Educação, Ciência, Cultura, Juventude, Desporto e Formação Profissional – na convicção de que estas são áreas da governação que devem funcionar articuladamente e de um modo sistémico: primeiro, porque se trata de matérias que, direta ou indiretamente, têm por objetivo a valorização e a qualificação dos açorianos; e segundo, porque o público-alvo de cada uma delas é, numa significativa maioria, o mesmo: a infância e a juventude – ou seja, o Futuro.

A Secretaria de que tenho a honra de ser o titular não é uma federação de direções regionais com uma coordenação comum, mas sim um todo orgânico que tem por objetivo levar à prática uma política única e solidária, delineada a partir de diferentes perspetivas. A orgânica desta Secretaria, que está a ser criteriosamente preparada e que a seu tempo será apresentada, disso dará conta.

Começo pela Educação e pela Formação Profissional, no seu nível inicial: é entendimento do Governo que os nossos jovens devem frequentar o sistema educativo até aos 18 anos de idade, seja no ensino regular, seja no ensino profissional: é de Educação que falamos. E queremos deixar aqui uma garantia de civilização: o encaminhamento dos jovens para o ensino regular ou para o ensino profissional não será condicionado por parâmetros apendiculares, como o melhor ou menor aproveitamento escolar, ou pelas melhores ou piores condições económicas das famílias, mas com a intervenção dos psicólogos, dos professores e de outros técnicos especializados, que desde já convidamos para que façam o seu melhor nas suas áreas de intervenção, para sinalizarem os jovens de acordo com as características e capacidades de cada um, no sentido de seguirem o perfil de estudos que melhor se lhes adaptem e que contribuam para que eles se sintam felizes e realizados escolarmente.

Isto implica que, em cada escola ou agrupamento de escolas, sejam criadas as condições para que os professores ocupem o espaço e exerçam as funções que lhes competem: o espaço é a sala de aulas; as funções são a preparação das matérias, o ensino, o acompanhamento dos alunos e a respetiva avaliação.

Será também incentivada a transversalidade e a multidisciplinaridade dos tempos letivos, uma vez que nada prova que a estanquicidade entre disciplinas seja uma mais-valia para a aprendizagem: a título de exemplo, nada impedirá que, na mesma aula, seja abordado o Renascimento na perspetiva da História, da Literatura, da Ciência ou da Matemática pelos respetivos professores trabalhando articuladamente – dando-se assim aos alunos uma visão holística e não compartimentada.

Para tal, poremos de imediato em execução um conjunto de medidas no sentido de aliviar, ao máximo, os professores e educadores da enorme carga burocrática que os assoberba e dotar os estabelecimentos escolares de mecanismos de gestão que, sem ferir – antes valorizando-a – a gestão democrática das escolas, atribua aos professores e educadores a necessária autoridade que as suas funções exigem, mas também responsabilizando-os pelos resultados escolares dos seus alunos, colocando devidamente na balança do sucesso ou do insucesso as características do meio em que cada escola se insere e a maior ou menor heterogeneidade dos alunos. Para tal, será necessário conferir aos diretores e aos conselhos de turma a primeira palavra na definição das práticas pedagógicas mais adequadas aos seus alunos e às escolas o máximo de autonomia administrativa, didática e pedagógica – na convicção de que é quem está no terreno e que no dia-a-dia veste a camisola da Educação que melhor poderá encontrar as práticas e as soluções mais adequadas aos seus alunos e às suas escolas. Será também dada atenção à formação de gestores escolares que, devendo ser obrigatoriamente professores de origem, tenham que desempenhar atos administrativos e de gestão.

Ao governo competirá criar as condições para que os nossos alunos consigam a igualdade de oportunidades com os seus congéneres do todo nacional, sem que, ao mesmo tempo, percam a noção da sua identidade e da sua condição de açorianos: nesse sentido, será reforçado o currículo regional já em execução e que deverá ser ministrado de um modo transversal: é sempre possível transmitir às crianças e jovens conhecimentos e valores universais utilizando – na Matemática ou no Português, nas Ciências ou na Educação Física – realidades e valores de perfil ou inspiração regionais, ou até mesmo locais. Será também incentivada a reintrodução

gradual, e de acordo com as disponibilidades de docentes e com os projetos pedagógicos das escolas, da disciplina de Latim e mesmo do Grego clássico, em regime de opção a outras disciplinas de línguas, no sentido de reforçar a componente humanista e civilizacional dos nossos alunos.

Para que tudo isto seja possível, é necessário que tenhamos um corpo docente estável e empenhado, pelo que aplicaremos o disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 22/2012/A, de 30 de maio, designadamente no nº 1 do seu art.º 6.º: concursos quadrienais. E é também necessário revitalizar, vocacionar e reforçar o papel da Inspeção Regional de Educação, que deverá desempenhar um papel sobretudo prospetivo e preventivo, e não meramente fiscalizador ou sancionatório. Serão também revistos os modelos de avaliação das escolas e dos professores, no sentido da simplificação, da autenticidade e da descentralização, combinando a avaliação externa com a avaliação interna e tendo em conta a especificidade de cada escola e do seu contexto sócio-cultural-económico.

É nosso entendimento que todas estas políticas deverão ser definidas e aplicadas numa articulação constante e biunívoca com os professores e com as escolas: por isso, será muito em breve convocado um Conselho Regional de Educação, com agenda definida, que passará a reunir com regularidade pelo menos três vezes por ano. Será também criado um fórum na Internet, em regime de permanência, através do qual professores, educadores, encarregados de educação, alunos e cidadãos em geral poderão dar sugestões, apresentar propostas e colocar livremente à discussão os temas que acharem pertinentes: todos os contributos serão devidamente ponderados e todas as perguntas terão a sua resposta.

Na área da Ciência, entendida na vertente da produção e operacionalização de conhecimento, e que ficará na dependência direta do Gabinete do Secretário Regional, daremos continuidade e consolidaremos os programas e organismos já em desenvolvimento ou em fase de planeamento e lançamento, assumindo a tutela de todos os programas de cooperação de âmbito regional, nacional e internacional da área da Ciência atualmente em execução. Desses destacarei o Instituto de Biotecnologia e Biomedicina dos Açores (IBBA) – Plano Estratégico; a rede de Centros de Ciência dos Açores, que inclui o OASA – Observatório Astronómico de

Santana dos Açores, o OVGA – Observatório Vulcanológico dos Açores, o OAA – Observatório de Ambiente dos Açores, o EXPOLAB, o OMA – Observatório do Mar dos Açores, e o OMIC – Observatório Microbiano dos Açores; ou a Rede Prestige, uma rede de aconselhamento constituída maioritariamente por académicos, entre os quais se encontra um Prémio Nobel da Medicina.

Paralelamente, estudaremos a viabilidade de execução da “Construção do Planetário em Santana, Concelho da Ribeira Grande”; reveremos as condições económico-financeiras do projeto de qualificação e adaptação do “Observatório Microbiano das Furnas”; aprovaremos as portarias necessárias para a construção do “Regime Jurídico do acesso e utilização de recursos naturais da Região Autónoma dos Açores para fins científicos”; lançaremos o concurso para a contratação de doutores após acreditação pela equipa de minimis do IFDR, através do “Apoio do PRO-SCIENTIA à contratação de Doutorandos em Empresas”; colaboraremos com as demais entidades envolvidas na concretização do “Plano Estratégico para o Fomento do Empreendedorismo na Região Autónoma dos Açores”; finalizaremos, após conclusão da discussão pública, o “Relatório de Reflexão sobre uma Estratégia de Investigação e Desenvolvimento para a Região Autónoma dos Açores”; daremos continuidade ao trabalho efetuado no âmbito da “Estratégia Regional de Inovação enquadrada nas prioridades europeias de especialização inteligente – Regional Innovation Strategies for Smart Specialization – RIS3”. E, naturalmente, articularemos com a Universidade dos Açores a prestação de serviços considerados como prioritários para o desenvolvimento da Região, designadamente no desenvolvimento de projetos e programas científicos e na formação de professores e educadores de infância.

Na área da Cultura, procederemos a uma revisão das orgânicas dos serviços centrais e dos diversos organismos externos, no sentido de os aproximar dos cidadãos e de simplificar os mecanismos de interação com os agentes culturais e com a população. Procederemos, de imediato, à resolução dos problemas que levaram ao encerramento provisório, mas que não pode nem deve continuar por mais tempo, de equipamentos como o Museu Carlos Machado, em Ponta Delgada, ou o Museu das Flores, em Santa Cruz.

Daremos continuidade, reforçando-a, à política de inventariação, conhecimento, valorização e preservação do nosso património cultural, estabelecendo protocolos de colaboração com as estruturas do Governo que tutelam o Ambiente e o Turismo, com o objetivo de rentabilizar os meios disponíveis e de pôr em prática uma política concertada e de carácter sistémico – na convicção que temos de que o Património Cultural e o Património Ambiental são indissociáveis e que juntos poderão constituir importantes fatores para o desenvolvimento económico da Região.

Tomaremos também as medidas necessárias para o aparecimento e consolidação de indústrias e de empresários culturais – produção e edição de livros, produção de espetáculos, distribuição de bens e produtos culturais, etc. –, na convicção de que não compete ao Governo entrar em concorrência com a iniciativa privada, mas sim estimulá-la.

Será necessário prosseguir na avaliação, com vista a continuar o que está bem ou a corrigir o que necessita de ser corrigido, os mecanismos de concessão de apoio aos agentes culturais, simplificando o processo administrativo e, ao mesmo tempo, instituindo o princípio do retorno a favor da Região do investimento público que nele for feito e desincentivando a política do subsídio a fundo perdido.

O sector da Juventude terá que ser, na perspetiva do Governo, transversal a toda a política desta Secretaria. Para além dos programas já existentes e que têm produzido resultados positivos, será posta em prática uma política de abertura ao exterior, que permita aos jovens açorianos um conhecimento produtivo e dinâmico do que se passa fora das nossas fronteiras de água, e de incentivo ao aparecimento e funcionamento de organismos juvenis que, mais do que promover as atividades lúdicas – que são naturalmente importantes, mas que não compete ao Governo promover –, deverão valorizar os princípios da responsabilidade, da busca de conhecimento, da crítica e da capacidade de ser empreendedor.

Relativamente ao Desporto, vamos prosseguir a excelente herança que recebemos do anterior Governo, otimizando-a com base nos objetivos que estão plasmados no Programa de Governo ora em discussão, de que salientarei três: primeiro, melhorar a qualificação dos agentes desportivos – atletas, técnicos e dirigentes –, reforçando

a prática da formação a partir dos escalões infantis e juvenis, numa articulação plena com a Educação: veremos com bons olhos a validação pelo sistema educativo das escolas de desporto criadas e mantidas pelos clubes mediante contratos-programa específicos. Segundo, promover o desenvolvimento de uma economia desportiva, dedicada às atividades desportivas com valor económico e geradoras de emprego. E terceiro, valorizar o trabalho dos atletas, técnicos e dirigentes desportivos que conduzam a resultados de excelência, tendo como objetivo a presença de atletas açorianos em competições olímpicas ou paralímpicas.

As políticas da Juventude e do Desporto, e em grande parte as da Cultura e da Ciência, deverão forçosamente articular-se com as da Educação. A Educação é o pivot, é o denominador comum: o público do desporto escolar e das escolinhas de desporto, das escolas de música das filarmónicas e dos grupos de teatro infanto-juvenis, dos clubes de ciências ou de informática – é, na sua generalidade, o mesmo: todos andam na escola. Deste modo, as escolas deverão ser os centros dinamizadores e de síntese de todas estas atividades, evitando-se assim as iniciativas paralelas que multiplicam, desperdiçando tempo, energias e meios, aquilo que deveria ser unidirecionado para o nosso objetivo comum: a educação e a qualificação das crianças e jovens.

Nada impede, por exemplo, que no decorrer de uma manifestação desportiva concentradora de jovens – como os Jogos das Ilhas – a Direção Regional da Cultura promova a realização de um concerto de música adequada às idades e gosto dos participantes, a Direção Regional da Juventude organize a logística adequada, a Ciência promova uma ação que explique a dinâmica do movimento dos corpos, um jornal escolar faça a cobertura jornalística do evento para distribuição regional ou uma escola profissional que tenha a valência de hotelaria se ocupe da confeção e distribuição da alimentação...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e demais Membros do Governo:

São estes, em linhas gerais, os objetivos do Governo para execução imediata para a área da Secretaria que aqui represento. Estamos convencidos de que são bons objetivos e de que, com trabalho, dedicação e diálogo com as diversas forças políticas, com os parceiros sociais e sobretudo com a comunidade e com os agentes sectoriais que atuam no terreno, será possível concretizá-los – para bem dos Açores e para bem dos açorianos.

Estamos também convencidos de que os vários partidos com representação parlamentar (e que aproveito para cumprimentar um a um nesta casa da Democracia) se mostrarão disponíveis para uma discussão leal das ideias e propósitos que aqui deixo, pelo que estarei sempre aberto para, em qualquer uma das nossas ilhas, e sempre que seja necessário e possível para todas as partes, trabalharmos em conjunto no sentido de conseguirmos aquilo que todos mais desejamos: a estabilidade no setor que foi confiado à Secretaria Regional da Educação, Ciência e Cultura, nomeadamente a Educação.

Como homem de crítica que me prezo de ser, sou também homem disponível para a receber. Assim venha ela – mas que venha leal e que venha pura.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Para o período de esclarecimentos, dou a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura, o senhor tem reconhecidamente uma áurea de homem de esquerda que espero que não se tenha apagado...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Até põe a brilhar os olhos do Bloco de Esquerda!

A Oradora: ... e, porque a reconheço, confesso-lhe que tinha uma especial expectativa na sua intervenção. Reconheço também que o seu discurso foi um discurso diferente nesta área, promissor - atrevia-me a dizer - e que deixa expectativas.

Mas com a mesma sinceridade com que lhe digo isto, também acrescento que não deixei de lhe reconhecer algumas contradições, desde logo a manutenção dos concursos quadrienais.

Diz o Sr. Secretário (aliás, um argumento também aqui utilizado variadíssimas vezes pelo anterior Governo) que a manutenção deste tipo de concursos, com esta periodicidade, é uma forma de estabilizar o corpo docente. Na nossa opinião, na opinião do Bloco de Esquerda, é uma maneira de estabilizar no sentido de perenizar a precariedade dos professores e de todos aqueles e aquelas que escolhem a profissão de ensinar e que são sujeitos, desta forma, a uma precariedade que, além de injusta, provoca exatamente o contrário daquilo que o Sr. Secretário acabou de enunciar que é a motivação, o empenho, o investimento na educação, em prol dos Açores e do desenvolvimento dos Açores.

Nós consideramos que alterar estes concursos é, pelo contrário, uma forma de ajudar a educação, os pais, os alunos, os professores, e portanto, no fim, o desenvolvimento da nossa Região.

Uma pergunta também que lhe gostaria de fazer (porque talvez culpa minha, mas não me apercebi que o tivesse referido) é se o Sr. Secretário está disponível para rever o Estatuto do Aluno? Porque na opinião do Bloco de Esquerda este Estatuto tem determinados (está lá consignado) artigos que, quanto a nós, envergonham qualquer Governo que se reclama de esquerda. Por exemplo, entre outras coisas, reprimir a liberdade das associações de estudantes nas escolas e discriminar e estigmatizar os alunos oriundos de agregados familiares pobres e desestruturados, ou disfuncionais, como lhe queiramos chamar.

Por acaso, ou não (não será por acaso), que este Estatuto tem sido defendido e elogiado, quer pela direita parlamentar açoriana, quer pelo Ministro Crato, que aliás o aponta como um exemplo a seguir a nível nacional. Parece-me que não são

boas referências. **Deputado Nuno Alves (CDS-PP):** São excelentes referências!

Presidente: Sra. Deputada, gostaria que terminasse.

A Oradora: Vou terminar, Sra. Presidente.

Uma última pergunta.

Há um ano, o Bloco de Esquerda propôs neste plenário a distribuição de pequenos-almoços gratuitos às crianças e aos jovens que deles necessitassem dada a crise económica que já se fazia sentir. A maioria parlamentar chumbou essa proposta.

Recentemente, em plena campanha eleitoral, foi com agrado que vimos que aquilo que não era, enfim, aceitável há um ano, de repente tornou-se urgente. E bem!

A pergunta que lhe faço é se essa promessa é para cumprir, sem por detrás dela pôr uma burocracia que põe o jovem ou a criança a ter que explicar a sua vida desde pequenino para ter acesso a pequeno-almoço?

A última: se vai finalmente, Sr. Secretário, para quando garantir uma refeição quente em todas as escolas, de todas as ilhas da nossa Região, a todas as crianças e a todos os jovens?

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

(*) Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Uma primeira palavra de cumprimentos pessoais para desejar-lhe os maiores sucessos na pasta e nas responsabilidades que agora assume e dizer-lhe que também pode contar com a nossa cooperação crítica, leal e construtiva, como sempre aliás tem sido essa a nossa posição aqui, neste parlamento.

Dizer-lhe também que concordamos genericamente com muitas das medidas que estão inseridas no Programa do Governo e que foram também algumas delas aqui anunciadas por si e sobre elas (sobre essas medidas e sobre a sua implementação) naturalmente iremos debater ao longo da legislatura, embora também tenha que lhe dizer que algumas me parecem desde já de difícil concretização, como é o caso,

por exemplo, daquela que escolheu para anunciar aqui da introdução do latim e do grego como opção nas nossas escolas, por uma razão muito simples: por mais que teoricamente até concorde – sobretudo nós, os professores das humanidades, compreendemos essa necessidade – a verdade é que temo seguramente que sejam muito poucas as escolas que tenham professores neste momento nos seus quadros com habilitação para dar latim e grego.

Mas, Sr. Secretário, há aqui sobretudo uma primeira questão que lhe quero colocar e que tem a ver com uma contradição que me parece que existiu e que existe entre aquilo que é o Programa do Governo e aquilo que foi o seu compromisso aqui assumido de manter os concursos quadrienais. Dava-lhe o exemplo daquilo que está escrito na página 103 do Programa do Governo. Se me permite vou ler que é para todos perceberem porque é que parece que há aqui uma contradição objetiva entre uma coisa e outra.

Diz aqui no Programa do Governo que o Estatuto da Carreira Docente nos Açores é mais positivo para os profissionais da Educação e depois diz-se: “Não obstante, as alterações que lhe têm sido feitas nos últimos anos, e em particular a última revisão, [página 103] foram no sentido precisamente contrário. De facto, sendo verdade que o corpo docente tem conhecido alguma estabilidade, não é menos verdade que tal acontece pela obrigatoriedade de muitos docentes terem de permanecer na mesma unidade orgânica pelo período mínimo de três anos. Sendo que, no final desse horizonte temporal, muitos concorrem, nomeadamente, para escolas do continente pelo simples facto de que não se sentem suficientemente motivados para construírem a sua vida na Região. Com o fim do concurso externo anual esta situação irá certamente piorar.”

Ora, se vai piorar, o senhor diz que vai manter o concurso quadrienal e, portanto, gostava, Sr. Secretário, de ouvir o seu comentário e a sua explicação, pelo menos para esta que é para mim uma aparente contradição.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quero começar por cumprimentar o Sr. Secretário Regional, desejar-lhe votos de sucesso e de um bom trabalho.

Não posso deixar – digamos – de fazer esta consideração, porque V. Exa. teve o condão de me surpreender com o seu discurso e passo a explicar.

Não estava à espera de grandes surpresas neste plenário, mas de facto V. Exa. conseguiu fazê-lo, até porque fui seguindo, na medida do possível, a opinião que V. Exa. foi transmitindo nos seus artigos de opinião ao longo dos últimos anos em matérias de educação e de facto surpreendeu-me, porque aquilo que era a opinião de V. Exa. há alguns anos parece-me que foi profundamente alterada, o que em si mesmo não tem nada de mau, antes pelo contrário, julgo que terá feito um exercício de reflexão...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Dê exemplos!

O Orador: ... e hoje tenha uma posição diferente no que diz respeito designadamente aos profissionais da educação. Mas, de facto, fiquei surpreendido e muito agradado com a intervenção de V. Exa. e aquilo que são os propósitos da Secretaria que tutela e das áreas que tutela.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Dê exemplos, Sr. Deputado!

O Orador: Entretanto, e independentemente de algumas questões que têm a ver com contradições entre os objetivos e as medidas propostas, que estão no programa da educação, há aqui duas ou três questões muito objetivas que eu queria colocar-lhe.

V. Exa. afirmou que era necessário eliminar a enorme carga burocrática que pende sobre os professores...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é verdade.

O Orador: ... (concordo exatamente com isso), mas a pergunta é: está com certeza então disponível para alterar o Estatuto da Carreira Docente de modo a que isso venha a acontecer?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso já está há 16 anos para alterar!

O Orador: V. Exa. fez também uma referência aos gestores escolares e isso preocupou-me. Há intenção de alterar o diploma da gestão e administração das escolas, no sentido de pôr em causa aquilo que nos diferencia e nos diferencia positivamente relativamente ao modelo existente no continente? Isto é, acabar com a gestão democrática das escolas? É essa a intenção quando se refere aos gestores escolares?

Por outro lado, embora já tendo sido referido pelas duas intervenções que me precederam, gostaria também de reforçar esta ideia.

Sr. Secretário Regional, a quadrienalidade dos concursos promove a precariedade e parece-me que foi dito aqui na altura por mim e por outros colegas de outras bancadas.

E portanto, Sr. Secretário, se se fala tanto em emprego, se se fala tanto em promover o emprego e o emprego com direitos, é evidente, Sr. Secretário, que esta ideia da quadrienalidade dos concursos tem de cair sob pena de estar em profunda contradição...

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse.

O Orador: Vou já acabar, Sra. Presidente.

... com aquilo que é o propósito deste Governo.

Finalmente, a questão do Estatuto do Aluno. Não são só as questões que a Sra. Deputada Zuraida referiu.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não tenho mais tempo! Tem mais tempo pode referir mais!

O Orador: É porque de facto é aquilo, mas é sobretudo isto, Sr. Secretário: uma leitura atenta do Estatuto do Aluno. Aliás, eu disse-o na minha declaração de voto, quando aqui foi aprovado, que ele está ferido de inconstitucionalidades relativamente à matéria das associações de estudantes. É necessário revê-lo.

Presidente: Sr. Deputado, tem mesmo que terminar.

O Orador: Vou já terminar, Sra. Presidente.

Agradecia os esclarecimentos.

Muito obrigado, Sra. Presidente, pela tolerância.

Presidente: Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

(*) Deputado Cláudio Lopes (PSD): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não me vou referir ao Sr. Secretário da Educação como um homem de esquerda ou de direita, vou apenas referir-me a ele como homem de bom senso que conheço há longos anos e com o qual convivi institucionalmente durante alguns anos e em bom convívio institucional.

É exatamente apelando a esse seu bom senso, que espero que introduza na sua governação, ao longo deste mandato, que gostaria de fazer um apelo hoje e aqui para uma questão que é muito cara para o concelho das Lajes do Pico e que tem a ver com construções escolares, nomeadamente com a construção da nova Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico.

Devo, em primeiro lugar, reconhecer o grande esforço dos anteriores governos socialistas na melhoria do parque escolar dos Açores (este é o primeiro reconhecimento que quero fazer); em segundo lugar, quero lamentar que este esforço não tenha efetivamente chegado ao concelho das Lajes do Pico, nomeadamente na construção da nova Escola Básica e Secundária que, neste contexto da Região e no contexto atual da Região do parque escolar dos Açores, é a única escola que funciona em regime de desdobramento e é uma escola cujas instalações físicas estão perfeitamente degradadas, diria mesmo deploráveis, nomeadamente atendendo ao relatório do Laboratório Regional de Engenharia Civil, que assim o atesta.

Em terceiro lugar, gostaria de dizer que até agora nesta matéria e em 16 anos de governos socialistas o que a comunidade educativa do concelho das Lajes do Pico tem recebido como moeda de troca em relação à sua grande ambição de ver uma nova escola construída para aquela comunidade educativa têm sido promessas, adiamentos, desculpas, no fundo, falta de vontade política.

Devo fazer aqui uma exceção, com a devida justiça à ex-governante desta pasta, Cláudia Cardoso, colega de parlamento, agora aqui presente, que cumpriu com aquilo que prometeu.

Cláudia Cardoso, no curto mandato que fez como Secretária da Educação, prometeu que o lançamento a concurso público desta obra seria no segundo semestre de 2012 e assim foi. Portanto, já o reconheci publicamente, já o escrevi publicamente. Devo-lhe essa justiça, essa determinação e concretização da palavra dela.

Mas, Sr. Secretário, já vi concursos abrirem e concursos serem anulados, por isso, costuma-se dizer “gato escaldado de água fria tem medo”...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Claro! Muito bem!

O Orador: ... e devo dizer-lhe que, neste momento, pode ser descabida esta intervenção falando de uma questão pontual que mais cabe num orçamento e num plano anual, mas exatamente por estarmos num período de definição de estratégias globais que nos vão conduzir em pouco tempo a um documento estratégico que se chama Orientações de Médio Prazo e Plano e Orçamento 2013, gostaria muito de saber da sua parte se esta matéria vai merecer a devida atenção. Finalmente, fazer justiça à comunidade educativa do concelho das Lajes do Pico com uma verba condigna para o início da obra, para o devido prosseguimento da obra em 2013 e para a sua conclusão ao fim dos 24 meses, como está previsto no caderno de encargos.

Muito obrigado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra à Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado para um pedido de esclarecimento.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Primeiro que tudo, gostaria de congratular o Sr. Secretário da Educação, Ciência e Cultura pela sua intervenção, porque nos fez de facto uma conjugação e nos fez ter a nítida perceção de que estes próximos 4 anos terão uma transversalidade que é

urgente e que os tempos impõem entre as matérias da sua tutela. Isto ficou bem explícito.

Relativamente a isso e à exposição do Sr. Secretário pouco foi dito pelos Deputados que me antecederam. Todos eles se reportaram a matérias bastante específicas de carácter legislativo e, como dizia o Sr. Deputado Costa Pereira, teremos tempo e oportunidade de explanar nos próximos tempos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Estávamos à espera que V. Exa. fizesse isso. Aliás, está fazendo!

A Oradora: De todo o modo gostaria aqui de lembrar algo que o PS durante toda a campanha fez referência e que não está de todo esquecido e que está bem patente no Programa do Governo...

(Aparte inaudível do Deputado Paulo Estevão)

Presidente: Sra. Deputada, agradeço que continue. Pode continuar.

A Oradora: Se eles me respeitassem, eu também poderia continuar.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Com todo o respeito!

A Oradora: Dizer que foi um grande pressuposto durante a campanha do Partido Socialista a criação e a formação de uma plataforma de entendimento, um verdadeiro pacto de estabilidade com todos os intervenientes e todos os agentes educativos na matéria, para que possamos ter de facto condições para trabalhar com estabilidade, segurança e tranquilidade na educação durante os próximos 4 anos. É nesse pacto de estabilidade e é em sede de discussão deste pacto de estabilidade que todas as questões que os Srs. Deputados que me antecederam colocaram têm cabimento e terão provimento. Portanto, nada foi esquecido nesta matéria, mas é no pacto de estabilidade que isto será detalhado e proposto.

Ora bem, foi com agrado e queria de facto ter esta...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já não se pode fazer perguntas ao Governo?

Deputado Nuno Alves (CDS-PP): Vamos fazer um requerimento.

A Oradora: Oh Sr. Deputado, inscreva-se!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Os apartes são regimentais!

A Oradora: A falta de respeito é que não!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Ora bem, gostaria só de ter a certeza que percebi bem quando o Sr. Secretário falou na transversalidade e na necessidade de criarmos aquilo que já foi designado, também pelos governos do Partido Socialista, de uma pirâmide, de um triângulo, cujos vértices são efetivamente o turismo, o ambiente e a cultura e o centro será de facto a educação. Era essa a minha questão. Se percebi bem, isto será de facto um bloco, um pilar da sua Secretaria durante os próximos 4 anos.

Muito obrigada.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Gostaria apenas de dizer ao plenário que os apartes são de facto regimentais, mas não devem interferir com o uso da palavra dos Srs. Deputados,...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Presidente: ... pelo menos de uma forma tão expressa.

Para uma intervenção, dou a palavra agora ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo: ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não se esqueça da pergunta!

O Orador: Tendo a certeza que os meus apartes foram absolutamente justificados, sem exceder aquela que é a latitude regimental que é reconhecida aos apartes, ao contrário da Sr. Deputada que fez a intervenção anterior, vou fazer de facto perguntas ao Governo, que é para isso que serve e se me for permitido tenho perguntas a colocar ao Governo Regional. Perguntas muito objetivas.

Terceiro parágrafo do Programa do Governo diz o seguinte: “Através desta colaboração seria possível garantir, num futuro próximo, uma rede de creches e ATL’s exclusivamente disponibilizado por IPSS’s, fazendo depender da administração regional a cobertura total do pré-escolar através da rede pública.”

Vou repetir: “Fazendo depender da administração regional a cobertura total do pré-escolar através da rede pública” e a absorção total ou parcial (admitindo que haja

educadores de infância que pretendam ficar no ensino privado nas valências de creches e ATL) das educadoras do particular pela rede pública.

Bem, tive a oportunidade, na última legislatura, de chamar a atenção para um problema que, na minha perspetiva, não faz qualquer tipo de sentido do ponto de vista racional e pedagógico que o pré-escolar, na ilha do Corvo, não esteja integrado na Escola Básica e Secundária Manuel de Arriaga. Portanto, funciona no estabelecimento particular que está dois ou três metros do estabelecimento de ensino público.

Esta exceção não tem qualquer tipo de racionalidade e não se prende com certeza com interesses do Estado e com interesses da Região, interesses objetivos.

Por isso, e na medida em que o Programa do Governo defende isto (e volto a repetir “a cobertura total do pré-escolar através da rede pública nos Açores”) e como o Corvo faz parte dos Açores, chego à conclusão, ou posso presumir, que finalmente o pré-escolar será integrado na escola pública, terminando com esta exceção absolutamente irracional que o Governo manteve até hoje.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Qual é a questão?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não fizeste nenhuma pergunta. Foi apenas uma constatação.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, sendo esta a primeira intervenção que faço nesta legislatura, gostaria de cumprimentar e desejar os maiores sucessos à Sra. Presidente, a todas as Sras. e Srs. Deputados, ao Sr. Presidente e à Sra. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Secretário da Educação...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ciência e Cultura!

O Orador: Sr. Secretário da Educação, Ciência, Juventude e Tecnologia...

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Tecnologia não!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Houve aí qualquer coisa que falhou!

O Orador: ... gostaria de lhe fazer ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): A importância dos apertes!

O Orador: Sr. Deputado Aníbal Pires, obrigado pelo complemento à minha intervenção.

Gostaria apenas de lhe fazer uma pergunta muito simples. Tendo em conta a forma como e principalmente na última década o desporto foi desenvolvido (e os resultados são reconhecidos e reconhecidos por todos na nossa Região) com os modelos que foram implementados; tendo em conta (e na sua intervenção assim o fez) a questão do enquadramento também do ensino profissional e da ligação que poderá também ter ao desporto; e também tendo em conta a melhoria das infraestruturas que ao longo dos últimos anos foram consideravelmente melhoradas, reestruturadas e requalificadas para a prática desportiva e hábitos de vida saudável, gostaria de lhe colocar uma questão. Ao longo destes últimos 4 anos houve realmente uma abertura das infraestruturas desportivas à população em geral. Gostaria de lhe perguntar se continuará com essa política e gostaria também de lhe perguntar se os contratos programa e as parcerias com as instituições associativas se irão manter, no sentido de um desenvolvimento saudável do desporto?

Obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Para um pedido de esclarecimentos, dou agora a palavra à Sra. Deputada Marta Couto.

(*) **Deputada Marta Couto (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais votos de bom trabalho e muito sucesso nesta legislatura.

Sr. Secretário, felicito-o pelo seu discurso e gostava de felicitar também o Sr. Presidente do Governo pelo Programa que apresenta a nível de juventude já que apresenta medidas verdadeiramente transversais e é sobre esta transversalidade que queria apresentar a minha questão ao Sr. Secretário.

Gostava de saber especificamente como é que pretende operacionalizar efetivamente esta transversalidade com todas as suas direções regionais?

Muito obrigada.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso é só depois da orgânica, Sra. Deputada!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputada.

Para um pedido de esclarecimentos, dou agora a palavra à Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

(*) Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me antes de mais, tratando-se da minha primeira intervenção neste plenário, saudar todos os presentes na viva aspiração de que consigamos desenvolver concertadamente, e num período tão sensível, um trabalho profícuo em benefício dos Açores.

Deixem-me cumprimentar de forma especialmente calorosa o Sr. Secretário da Educação, Ciência e Cultura, cuja experiência e postura nestas temáticas (e falo particularmente da cultura, a área sobre a qual me debruço de forma mais vincada) constituirá sem dúvida uma mais-valia e contribuirá para uma prossecução rica, sensata e sensível nestas áreas.

Gostaria, Sr. Secretário, que explicitasse mais detalhadamente, por favor, como é que, não descurando das obrigações do Estado, pretende operacionalizar o estímulo à iniciativa privada ao nível da cultura no momento em que, de facto, e por todos os constrangimentos que sabemos, que conhecemos, temos de ir além da política tradicional da atribuição de subsídios aos criadores e a outros agentes culturais.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Para um pedido de esclarecimento, dou agora a palavra ao Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Prescindo.

Presidente: O Sr. Deputado Berto Messias prescinde.

Então não havendo por enquanto mais inscrições daria sim a palavra ao Sr. Secretário para prestar os devidos esclarecimentos.

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura** (*Luiz Fagundes Duarte*):

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou tentar ser rápido, mas de facto vê-se, pelo número de perguntas que aqui foram feitas, que a educação é um tema central da política deste Governo e é um tema central das preocupações de todos nós. Ainda bem e cumprimento as Sras. e Srs. Deputados por assim ser.

Sra. Deputada Zuraida Soares, e aproveito também para dar a mesma resposta ao Sr. Deputado Aníbal Pires, relativamente aos concursos.

O modelo de concursos está definido num Decreto Legislativo aprovado nesta casa. Portanto, é lei, é o que está em vigor.

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas pode ser alterado!

O Orador: Naturalmente! Tudo pode ser alterado.

Vamos iniciar, como anunciei, um processo de audição junto de todos os agentes educativos, de toda a Região, de todas as escolas. Haverá discussão e depois o processo democrático entrará em funcionamento.

Não vou assumir nenhum compromisso nessa base. Neste momento o que está presente, está na lei, é exatamente isso, embora sabendo que no n.º 2, do mesmo artigo, diz que há possibilidade de haver concursos anuais internos de acordo com as necessidades. Mas nós queremos sempre salientar a bondade da estabilidade até porque (e já agora aproveito para responder parcialmente ao Sr. Deputado Costa Pereira que colocou aquela aparente ambiguidade no Programa do Governo) o que nós queremos é que os professores se sintam bem e nós estamos convencidos que eles vão passar a sentir-se muito bem e, portanto, não vão ao fim de 4 anos fugir para o continente onde de certeza estarão muito pior.

Voltando à Sra. Deputada Zuraida Soares.

O Estatuto do Aluno e toda aquela legislação atualmente existente que se entender,...

Deputado Luís Maurício (PSD): A fé é que nos salva!

O Orador: ... mediante um processo de discussão séria, honesta e leal com todos os agentes, que é para bem do sistema educativo, para bem das escolas, será

devidamente ponderada e naquilo que for necessário serão feitas as alterações necessárias. Seja o Estatuto do Aluno, sejam outros diplomas, mas isso não será uma decisão autoritária do Governo, será uma decisão tomada em articulação, em diálogo permanente que promoverei com os agentes no terreno.

Relativamente aos pequenos-almoços gratuitos e às refeições quentes. Tudo aquilo que foi prometido em campanha eleitoral será cumprido. Nós agora teremos que ver. Estamos no fim do ano económico, há dificuldades financeiras como todos sabemos,...

Deputados Berta Cabral (PSD) e Artur Lima (CDS-PP): Há?

O Orador: ... não queremos fazer uma coisa em cima do joelho só para dizer que fizemos e depois esquecer.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP: Ah!

O Orador: Vamos ponderar para que a seu tempo todas estas medidas sejam postas em prática de uma maneira equilibrada e sobretudo sustentada.

Não vale a pena fazermos uma coisa a correr, correndo o risco de depois não haver possibilidade de a continuar.

Vamos ser ponderados e vamos aplicar o bom senso que me foi atribuído e que agradeço ao Sr. Deputado Cláudio Lopes.

Sr. Deputado Costa Pereira, a questão do latim e do grego.

Neste momento existem no sistema educativo dos Açores 13 professores com habilitação própria para dar estas disciplinas que estão naturalmente a dar português, ou história, ou outras. Portanto, há possibilidade desses professores, de acordo com o programa de cada escola, de acordo com as disponibilidades, serem deslocados para ministrar estas disciplinas.

Quem é das humanidades sabe que é fundamental e que foi uma grande perda nas últimas décadas o abandono do latim e do grego.

Eu ainda sou do tempo em que estudava latim e grego no liceu e possivelmente muito daquilo que hoje sei, a minha maneira de pensar, tem um pouco a ver com o facto de ter tido contato com a base da nossa civilização.

Não vai ser obrigatório para já, mas as escolas que tiverem meios, muito bem, abrirão concurso e provavelmente serão daquelas situações em que poderemos até ter novos professores na nossa Região dispostos a trabalhar nestas disciplinas.

Relativamente aos concursos quadrienais já respondi. Vamos aplicar a lei para já e depois veremos aquilo que poderá ser solicitado.

Eu suponho que, relativamente aos pequenos-almoços e às refeições quentes, não respondi bem.

Já existe, já está no terreno. Esta medida já está no terreno. Vamos é aperfeiçoar, mas já está no terreno e gostaria que isso fosse considerado.

Agora põem-se também problemas de ordem sociológica e até de uma ordem que tem a ver com a dignidade das pessoas. Portanto, não podemos criar situações em que são os “pobrezinhos” que vão à refeição quente e os outros meninos ficam-se a rir porque não precisam da refeição quente. Tudo isso terá que ser feito com calma, com serenidade, mas com certeza. Aí os professores e os educadores vão ter um papel importante. Vão marcar, sinalizar as crianças, a tal pobreza escondida, essas crianças que não vão possivelmente pedir esse tipo de apoio, mas que precisam dele. Portanto, será feito com bom senso. Vamos sempre trabalhar com bom senso. Sr. Deputado Aníbal Pires, sinto-me muito honrado que o Sr. Deputado seja leitor dos meus artigos. Também confesso que será para seu bem,...

(Risos da Deputada Catarina Moniz Furtado)

... porque naturalmente aprenderá alguma coisa com eles. Muito obrigado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Cada um mergulha na pia que quer!

O Orador: A alteração do Estatuto da Carreira Docente. Não pus de maneira nenhuma em causa o princípio da gestão democrática das escolas. Pelo contrário! Eu disse que ia reforçá-lo.

O que é facto, o que é necessário, é que haja professores (e há professores sempre disponíveis para isso) que possam, se assim o entenderem, receber formação, especializar-se em gestão de escolas, continuando a ser professores, para libertar os

professores o máximo possível daquela burocracia que é necessária, mas que não tem que ser exercida pelos professores que estão a dar aulas.

Portanto, (aliás, enquanto era Deputado na Assembleia da República sempre defendi isso) não há de maneira nenhuma a ideia de que a haver um gestor escolar, tipo diretor de empresa, administrador de empresa, ele é que vai gerir a escola. A escola é um projeto pedagógico e como tal assim será mantido. Agora é necessário darmos formação aos professores que num determinado momento exercem, tendo sido eleitos pelos seus pares, as funções de gestão da escola.

Relativamente ao Estatuto do Aluno que o Sr. Deputado também referiu, ele será revisto naquilo que for necessário.

É um documento que foi aprovado nesta casa, tal como outros, e, portanto, será devidamente ponderado, mas aquele pedido, aquele apelo que faço à comunidade educativa no terreno será devidamente ponderado nisso.

O que estiver bem continuará, o que for preciso corrigir, corrige-se. É um compromisso que assumo aqui, mas naturalmente depois será o parlamento, com o seu total poder, que tomará a decisão final.

Sr. Deputado Cláudio Lopes, pode estar descansado que o seu gato não vai ser escaldado nos próximos tempos.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Já foi há algum tempo!

O Orador: O assunto da Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico será devidamente ponderado, não em Programa do Governo, mas em Plano e Orçamento, onde será devidamente considerado tudo isso, mas reconheceu o Sr. Deputado (reconheceu aqui em público) que o trabalho está em andamento. Naturalmente terá a sua continuação. Agora só lhe posso, nesta sede, desejar a maior saúde ao seu gato,...

Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (Sérgio Ávila): Chama-se Gaspar, o gato!

O Orador: ... porque de facto ele não vai sair escaldado.

Sra. Deputada Catarina Furtado, houve aqui talvez uma coisa que não ficou bem clara.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Esta “coisa” não ficou bem clara!

O Orador: Quando falo na sistematicidade entre cultura, ambiente e turismo tem a ver com a ideia que eu tenho, que é partilhada por muita gente, de que nos Açores o património cultural e o património ambiental andam indissociados. Não disse que ia ser a educação que ia ser o *pivot* dessas matérias. Referi-me à educação como *pivot* das matérias que são da competência da minha Secretaria.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, nós não temos nada contra a iniciativa privada. Vamos ver o que é que se passa com o estabelecimento particular do ensino pré-escolar no Corvo. Teremos todo o interesse em que a escola exerça as suas funções, mas também não queremos, de maneira nenhuma,...

Se há instituições privadas que têm convénios com o sistema educativo que podem exercer essas funções,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Olhe, anuncio aqui que voto contra! Mas está no programa, Sr. Secretário!

O Orador: ... não temos nada contra isso. Estudaremos isso oportunamente.

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, o desporto de facto é uma prioridade nossa e a ideia fundamental que passei aqui é que o desporto não funcionará isoladamente da educação no que diz respeito à formação desportiva.

Depois temos toda outra fase - dos clubes, do desporto federado -, mas os clubes têm um papel importante a desempenhar aqui, através das suas escolinhas de desporto. Os equipamentos públicos são públicos e, portanto, continuarão, cada vez mais, à disposição da população. Não faz sentido haver pavilhões fechados com populações sem espaço para exercer a sua atividade.

Srs. Deputados, tenho que terminar imediatamente.

Sra. Deputada Marta Couto, vamos operacionalizar a transversalidade em tudo aquilo que for possível e vamos ver pontualmente, mas teremos sempre a ideia de que estamos a falar na mesma coisa a partir de perspetivas diferentes – da cultura, da ciência, da educação –, mas o objetivo é sempre o mesmo: qualificar os açorianos.

Sra. Deputada Renata Botelho, como eu disse vamos desincentivar os subsídios a fundo perdido. Vamos sim salientar aquilo que já vem de há longos anos, desde que fui Diretor Regional da Cultura, em que de facto o apoio aos agentes culturais

tem que ser uma contratação de serviços. Os agentes culturais precisam ter a consciência de que o dinheiro que neles é investido tem que reverter a favor da população.

Sra. Presidente, muito obrigado. Peço desculpa pelo abuso do tempo, mas também a culpa é dos Srs. Deputados que fizeram perguntas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Há alguns que não têm tempo!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário, pela sua capacidade de síntese nas respostas.

Dava agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Li a página número 105 do Programa do Governo e o que lá está é: “a cobertura total do pré-escolar através da rede pública.”

Quero que o Sr. Secretário me explique como é que se faz “a cobertura total do pré-escolar através da rede pública” excluindo a ilha do Corvo. Quero que me explique isto, porque eu também nada tenho contra a iniciativa privada, mas eu só estou a exigir que os senhores cumpram o vosso Programa. Não é o meu, é o vosso Programa! O vosso Programa o que diz é “a cobertura total do pré-escolar através da rede pública”.

O que eu interpreto é que isto inclui a situação específica da ilha do Corvo. Que o Sr. Secretário venha a dizer que depois logo vemos, não!

Eu quero, exijo, começo logo a exigir no primeiro dia...

Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (Sérgio Ávila): Segundo dia!

O Orador: ... que os senhores cumpram o vosso próprio Programa, porque então não digam “total”. Digam “total” menos a ilha do Corvo. Então aí já está uma redação correta do vosso Programa do Governo.

Portanto, a pergunta que reafirmo é: é total mesmo, ou não é total?

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Para um pedido de esclarecimento, dou a palavra ao Sr. Deputado Costa Pereira.

(*) **Deputado Jorge Costa Pereira (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, rapidamente para lhe dizer que a sua resposta sobre a contradição existente entre o Programa do Governo e a manutenção do concurso quadrienal dos professores é, no fundo, uma não resposta. É mais uma profissão de fé, mas como eu sou um homem de fé, fico mais tranquilo.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): É o que nos salva, aliás!

O Orador: Também fico mais tranquilo porque o Sr. Secretário se comprometeu aqui, perante todos, a ouvir a comunidade educativa, a ouvir os parceiros sociais e seguramente dessa audição irá concluir que a manutenção do concurso quadrienal dos professores é um erro e é uma injustiça que se está a fazer aos professores dos Açores. E por isso, por essa conjugação, estou tranquilo e satisfeito com a sua resposta.

Finalmente, uma questão que lhe queria colocar e que tem a ver com uma não transposição do programa eleitoral do Partido Socialista para o Programa do Governo na área da educação.

Entendo que o programa eleitoral que foi proposto aos açorianos, programa eleitoral do Partido Socialista, deve ser genericamente e na sua especialidade transposto para o Programa do Governo.

Há, na área da educação, algumas medidas que não estão transpostas. Algumas delas o Sr. Secretário já deu alguma explicação e, portanto, não vou estar a ver isso em pormenor, mas há uma que me parece que importa saber porque é que não foi transposta. Tem a ver com uma promessa que está no programa eleitoral do Partido Socialista e que diz o seguinte: “permitir que entre os recursos humanos requisitados para o ano letivo subsequente caiba à escola manter 50 a 70% dos docentes não pertencentes ao seu quadro de escola, desde que estes se identifiquem com a cultura de escola, com o seu projeto educativo e preencham os requisitos que neste âmbito possam vir a ser legalmente definidos.”

Tinha-se muito a falar sobre isto. Não vamos falar sobre o conteúdo. A questão que lhe colocava neste momento é por que é que esta promessa, que está no programa

eleitoral do Partido Socialista, não foi transposta para o Programa do Governo e se (eu presumo) é uma promessa que já não é para cumprir?

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Para prestar esclarecimentos, dou a palavra ao Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura** (*Luiz Fagundes Duarte*):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, isto é um Programa, não é uma conclusão. Portanto, nós agora apresentámos o Programa e no Programa, na vigência...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Cobertura total!

O Orador: É um Programa de legislatura. Fique descansado que as criancinhas do Corvo terão um tratamento idêntico a todas as regiões dos Açores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas não tinham!

O Orador: Não está aqui indicado ilha por ilha, quem é que vai ou não vai ter. É universal, portanto, o Corvo...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas é total ou não é?

O Orador: ... (que eu saiba e ainda por cima agora com o seu acrescento geológico)...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já desapareceu!

O Orador: ... será forçosamente integrado neste processo.

Fique descansado. Daqui a 4 anos se isso não acontecer cá estarei...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não! Estou a pedir que cumpra o seu próprio Programa!

O Orador: ... para ouvir as suas críticas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é crítica. Só estou a pedir.

O Orador: Sr. Deputado Costa Pereira, nós vamos caminhar, como eu disse e como está no Programa do Governo, para uma maior ou a máxima autonomização das escolas no que diz respeito à sua gestão...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas é total ou não é?

O Orador: ... e também naquilo que for possível nos quadros legais, no que diz respeito à gestão dos seus quadros de pessoal. Portanto, todas essas matérias serão estudadas. Suponho que terá sido um lapso na passagem do programa eleitoral para o Programa do Governo, porque nós fizemos questão de apresentar a esta casa exatamente o Programa que foi apresentado ao eleitorado e que foi sufragado pelo eleitorado.

De qualquer maneira esses assuntos serão vistos e teremos todas as oportunidades para, no Conselho Regional da Educação e nas reuniões que vou ter por todas as ilhas, do Corvo a Santa Maria, todas essas matérias serem discutidas.

Suponho que não foi feita mais nenhuma pergunta que precise de resposta. No entanto, estarei sempre à disposição.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Então para que é que serve o Programa do Governo?

Diz aqui: “cobertura total do ensino pré-escolar público”. “Cobertura total” inclui as ilhas todas.

Deputado Francisco César (PS): Depende do conceito: se for para o PSD são só 8 ilhas, se for para os outros partidos, são 9 ilhas!

O Orador: Portanto, o que eu estava à espera era que o senhor me confirmasse esta leitura.

O senhor diz-me: “Bom, depois vamos ver caso a caso.”

Mas qual caso a caso! “Total”!

Já tenho medo de fazer a próxima pergunta. A próxima pergunta também não vai ter resposta.

“Uma rede regional [diz aqui na página número 35 do vosso Programa Eleitoral] dos museus dos Açores concretiza um conjunto de museus que pretende refletir o território onde se situam, o caráter das suas gentes e a história das suas comunidades. Oito museus [já aqui as contas começam a correr mal, portanto, esta

cobertura total tem 8 museus, alguém ficou de fora], alguns deles polinucleados dão corpo a esta missão de guardar a memória das ilhas e oferecer a quem as visita uma perspetiva da sua cultura.”

No Corvo ninguém pode visitar o museu da ilha do Corvo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Corvo já é um museu!

O Orador: Sabe porquê, Sr. Secretário?

Deputado Aníbal Pires (PCP): É um museu vivo, Sr. Deputado!

O Orador: Porque não tem museu.

Há uma cobertura total que apenas inclui 8 ilhas, portanto, a pergunta que lhe faço é se de acordo com esta perspetiva o Governo assume que vai construir um museu na ilha do Corvo, para o qual, como sabem, até já dei um edifício?

Deputado Francisco César (PS): Dos inúmeros que já lá tem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra à Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para reiterar e aqui acentuar de facto a demagogia do Sr. Deputado Paulo Estêvão que na apresentação do Programa do Governo quer um programa cumprido.

Nós estamos aqui a debater a apresentação do Programa e o Sr. Deputado insiste (para se fazer notar)...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ora essa!

A Oradora: ... que quer cumprir aquilo que hoje é apresentado.

Portanto, parece-me que é um pouco...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu estou a ler o Programa!

A Oradora: Ler o Programa que está a ser apresentado não quer dizer que esteja cumprido hoje. É um Programa para 4 anos e é ao longo desses 4 anos que este Programa irá ser cumprido.

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Prescindo.

Presidente: Prescinde.

Não sei se o Sr. Secretário quer prestar algum esclarecimento?

Então passo a palavra ao Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte):**

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria só dizer de uma vez por todas para o Sr. Deputado Paulo Estêvão não voltar a tocar no assunto.

A questão do ensino pré-escolar no Corvo será resolvida porque é um compromisso que diz que será universal.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! Já não falo.

O Orador: Fique descansado. Não insista nisso.

Não fale mais no assunto, depois critique no fim.

Relativamente ao museu, é um compromisso eleitoral. Não está aqui expresso, mas é um compromisso eleitoral de que será criado um núcleo museológico no Corvo. De resto já existe o Centro de Interpretação da ilha do Corvo, que é do Ambiente, que funcionará articuladamente na perspetiva que eu já aqui apresentei, em que o ambiente natural e o ambiente cultural funcionarão em conjunto.

Sr. Deputado, regresse ao Corvo descansado que o Corvo será como é: a nona ilha dos Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Costa Pereira para um pedido de esclarecimento.

(*) **Deputado Jorge Costa Pereira (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, para o concluir em relação àquilo que me disse, que não está plasmado no Programa do Governo aquela que era a proposta eleitoral do Partido Socialista. Foi um lapso e, portanto, é para cumprir e é para levar avante. Diz que

está no programa eleitoral, que repito, que é permitir que “50 a 70% dos docentes não pertencentes ao quadro de escola possam ser requisitados para essa escola para o ano letivo seguinte, desde que se identifiquem com a cultura da escola e com o seu projeto educativo.”

O senhor tem consciência da gravidade que isto implica em termos do esvaziamento do concurso de professores, da objetividade que neste momento garante um concurso de professores e do compadrio que se pode criar nas escolas com uma medida desta natureza?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Compadrio?

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão para um pedido de esclarecimento.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Com a última resposta do Sr. Secretário já fiquei descansado. Portanto, era a confirmação que o Sr. Secretário podia ter dado logo na primeira resposta.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): E deu! O senhor é que não ouviu bem!

O Orador: A única coisa que eu sabia não era quando. Eu queria era saber (porque o Programa do Governo obviamente é para a legislatura, é para os 4 anos) se incluía.

A pergunta é legítima, Sr. Secretário, porque o Partido Socialista já tinha votado contra esta medida. Já a propus na legislatura anterior e, de facto, passámos a ser a nona ilha em que chega o ensino pré-escolar público (a nona ilha em que chega!)...

Deputado Catarina Moniz Furtado (PS): O Sr. Deputado é que fazia parte da lista do PSD que só tinha 8 ilhas. Nós sempre tivemos 9!

O Orador: ... e também em que chega o museu, um núcleo museológico para a ilha do Corvo.

Somos a nona ilha a alcançar esses dois fatores de civilização que são bastante importantes e que devem ser universais nos Açores.

Sr. Secretário, agradeço-lhe a confirmação em relação a estes dois objetivos.

Deputado Rogério Veiros (PS): Para nós os Açores têm 9 ilhas, para o PSD é que eram só 8!

Para nós o Corvo faz parte das 9 ilhas. Não é uma mais oito!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Obrigado, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, felicitar o Sr. Secretário pela forma como explicou as perguntas que foram feitas. Não era para intervir, mas tendo em conta as várias intervenções que o Sr. Deputado Paulo Estêvão fez, achei por bem colocar aqui alguma “água na fervura” e dar-lhe algumas explicações.

O Sr. Secretário logo na primeira vez explicou claramente que a intervenção seria feita nas 9 ilhas. O que é que eu quero dizer com isto?

Para o Partido Socialista não é o Faial mais 8; nem o Faial e o Pico mais 7; nem o Faial, o Pico e São Jorge mais 6; nem o Corvo mais 8; nem algo vezes 9. Ou seja, nós vemos a Região Autónoma dos Açores como um todo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Gostei dessa!

O Orador: As áreas de integração serão transversais e espero que desta vez o Sr. Deputado Paulo Estêvão perceba que estamos a discutir o Programa do Governo e que o Programa do Governo é para as 9 ilhas dos Açores...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não posso fazer perguntas ao Governo? É regimental. Não posso?

O Orador: Oh Sr. Deputado, o senhor ouça lá. Paciência, Sr. Deputado! Tenha calma!

São 9 ilhas. Nós defendemos os Açores como um todo, Sr. Deputado.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Por acaso não é verdade!

Presidente: Dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Considero absolutamente lamentável a intervenção da bancada do Partido Socialista, aliás, fora do Regimento, que se tem de fazer perguntas ao Governo, que é o que eu tenho estado a fazer no âmbito do Programa do Governo,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... cumprindo o meu dever.

A intervenção do Sr. Deputado é completamente descabida, tendo em conta que tenho toda a razão em colocar as questões, porque foi o próprio Partido Socialista que impediu que até depois de 16 anos de governação temos um museu construído no Corvo. Não temos.

Tenho legitimidade para colocar esta pergunta? Tenho.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Tenha calma, Sr. Deputado!

O Orador: Tenho 16 anos de legitimidade.

Tenho legitimidade para falar do ensino pré-escolar público, na ilha do Corvo? Tenho.

Depois de 16 anos, os senhores não o criaram, portanto tenho toda a legitimidade para colocar estas questões e coloquei-as à bancada do Governo e tenho pena que, do ponto de vista regimental, o senhor não cumpra o Regimento e não coloque questões ao Governo...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Já coloquei!

O Orador: e venha aqui interpelar a outra bancada quando sabe perfeitamente que não lhe posso responder e que do ponto de vista regimental não é lícito.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Tenha calma!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Secretário Regionais:

Se não fiquei satisfeito com a sua intervenção inicial, já não posso dizer a mesma coisa das explicações que entretanto foram aqui manifestadas por V. Exa. às diferentes questões que foram colocadas pelas diferentes bancadas, uma vez que ficou tudo muito vago e pouco assertivo. As suas respostas não foram assertivas.

De qualquer forma (e depois desta consideração) gostaria ainda de colocar aqui duas outras questões.

Relativamente ao 1.º ciclo do ensino básico o Programa do Governo valoriza a introdução designadamente da educação musical, da educação física, da língua inglesa e da oferta universal. Nós também o valorizamos. Entretanto deixa a ideia de uma eventual oferta de uma segunda língua estrangeira. Gostaria de saber qual, se castelhano, grego, latim ou mesmo mandarim?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mandarim!

O Orador: Acha que sim?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Acho!

O Orador: Acha que sim!

E que vantagens (não só qual a segunda língua estrangeira) isso poderá ter para os alunos do 1.º ciclo? Que vantagens ou desvantagens?

Por outro lado, e relativamente à questão da formação profissional, que consideramos com certeza muito importante e alguns dos princípios que aqui estão enunciados nós até concordamos, mas há uma questão que nos oferece algumas dúvidas. Desde logo há uma questão aqui que queria realçar pela positiva, que é aquele ano de formação a seguir ao 12.º ano, que me parece uma boa iniciativa se vier a ser concretizada, mas relativamente ao ensino profissional gostaria de saber qual é que é a opinião do Sr. Secretário Regional que tem a ver com o seguinte.

Na minha opinião (não é na minha opinião, penso que isto é uma constatação), os ciclos de saber hoje são muito curtos, mesmo a formação profissional que se destina a formar determinados perfis de competências para o exercício de determinadas funções. Tendo em consideração exatamente isto (os ciclos de saber a todos os níveis têm hoje uma duração muito curta), se o Sr. Secretário considera que a vertente académica do ensino profissional deve ser assegurada e reforçada, uma vez que é com essa base que se pode estar preparado para as mudanças que entretanto são introduzidas constantemente em todos os domínios profissionais? Gostaria de saber a sua opinião sobre esta questão.

Presidente: Sr. Deputado, gostaria que terminasse.

O Orador: Termino já.

E é a questão da língua estrangeira no 1.º ciclo.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Parece-me que agora sim não há mais pedidos de esclarecimento e por isso dou a palavra ao Sr. Secretário para prestar os esclarecimentos.

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura** (*Luiz Fagundes Duarte*):

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Secretário Regionais:

Tenho de ser muito rápido, porque já não tenho tempo.

O Sr. Deputado levanta aqui uma questão. Quer que (e é nossa intenção) dialoguemos com os agentes educativos no terreno, que os ouçamos, mas depois quer que eu aqui já assuma compromissos antes de os ouvir.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Oh, Sr. Secretário!

O Orador: O que eu disse é que vamos iniciar imediatamente um processo de discussão.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Espero que não o faça antes de ouvir as pessoas!

O Orador: Vou ouvir as pessoas, saber o que é que as pessoas entendem e depois tomaremos as nossas decisões.

Isso está tudo em aberto no Programa do Governo e eu garanti aqui.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Espero que não passe os 4 anos!

O Orador: Relativamente às línguas estrangeiras no ensino básico, veremos também quais são as disponibilidades que existem. Nós agora estamos a preparar. Vamos saber junto das escolas quais são as disponibilidades que existem. O inglês é fundamental. Outras línguas logo se verá, mas também é possível que uma determinada escola, no âmbito do seu programa pedagógico, entenda que deve ter francês, deve ter espanhol, ou eventualmente até mandarim.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Se for assim, é um erro profundo!

O Orador: Isso logo veremos, porque nós não podemos pensar na autonomia das escolas e depois cortar-lhes a possibilidade...

Deputado Aníbal Pires (PCP): A oferta tem que ser universal, não pode ser diferenciada!

O Orador: Quando se trata de disciplinas opcionais não têm que ser universais, são opções.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Tem que ser sim senhor, senão cria desigualdades!

O Orador: Sr. Deputado, pois naturalmente haverão outros tipos de desigualdades, mas no essencial o que nós vamos ver é primeiro o que temos, que disponibilidades temos, com os nossos professores, com os nossos meios e depois serão tomadas as decisões.

O Sr. Deputado quer que nós agora apresentemos decisões unilaterais, definitivas para os 4 anos. Eu digo-lhe que nós não vamos fazer isso. Comecei por dizer que vamos discutir com a comunidade educativa e faremos o nosso juízo ouvindo as pessoas. É isso que eu entendo que seja democracia.

Relativamente ao ensino profissional, de facto vale a pena acrescentar que as crianças e os jovens do ensino profissional não podem ficar prejudicadas relativamente aos outros, ou seja, será garantida a vertente académica necessária que lhes dê igualdade de oportunidade em termos gerais e poderemos eventualmente avançar para um sistema dual em que a criança tenha ao mesmo tempo uma escolaridade regular, digamos, com os programas normais da escolaridade obrigatória e num segundo período do dia ter o trabalho, um ensino mais profissionalizado junto das empresas ou das oficinas, mas tudo isso está em estudo.

De qualquer maneira agradeço por ter levantado essa questão, que eu não tinha tocado na minha intervenção.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Penso que podemos dar por terminado este primeiro período de esclarecimentos e dada também a hora em que estamos aproveitava para interromper os nossos trabalhos para almoço. Recomeçamos às 15 horas.

Vou aproveitar também para dizer os tempos, para podermos todos nos organizar.

Pedia só um bocadinho para o Sr. Secretário poder terminar aqui a contagem. Só mais um segundo.

(Pausa)

Presidente: Passo então a palavra ao Sr. Secretário da Mesa para informar dos tempos.

Secretário: O Governo tem 112 minutos e 46 segundos; o Partido Socialista, 155 minutos e 09 segundos; o PSD, 98 minutos e 35 segundos; o Bloco de Esquerda, 3 minutos e 39 segundos; CDS-PP, 15 minutos e 51 segundos; o Partido Comunista Português, 3 minutos e 50 segundos e o PPM, 15 segundos.

Presidente: Muito obrigada.

Bom almoço a todos. Reiniciamos às 15 horas.

Eram 13 horas.

Presidente: Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados.

Agradecia que ocupassem os vossos lugares para darmos início aos trabalhos.

Eram 15 horas e 08 minutos.

Presidente: Muito bem. Vamos então dar início aos nossos trabalhos.

Tínhamos terminado o período de pedidos de esclarecimento. Entramos agora na parte das intervenções e, para uma intervenção, dava a palavra à Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Começo por congratular todos os deputados, na pessoa da nossa Presidente, e, todos os membros do XI Governo, na pessoa do seu Presidente, certa que em conjunto faremos um trabalho profícuo para bem das Açorianas e Açorianos durante os próximos 4anos.

E são exatamente os próximos 4 anos e as políticas da área da Educação que me trazem, hoje, à tribuna. Faço-o com gosto, consciente que é um desafio grande,

mas crente que temos créditos firmados, no sector, que permitem garantir-nos Renovar com Confiança para Ganhar o Futuro com (a) Educação, durante esta legislatura.

Ontem (dia 20 novembro) a Comissária Europeia responsável pela Educação, Cultura, Multilinguismo e Juventude afirmou: *“Repensar a educação não é apenas uma questão de dinheiro: embora seja inegável que precisamos de investir mais na educação e na formação, é evidente que os sistemas educativos também necessitam de se modernizar e de se tornar mais flexíveis no modo como respondem às necessidades reais da sociedade de hoje. A Europa só retomará a via do crescimento sustentado se produzir pessoas altamente qualificadas e versáteis, que possam contribuir para a inovação e para o empreendedorismo. Esse objetivo é alcançável por meio de um investimento eficiente e bem orientado, mas não pela redução dos orçamentos para a educação.”* Estas declarações foram na apresentação da nova estratégia europeia intitulada *Repensar a Educação*.

Ao ler este comunicado e o relatório *Eurydice* sobre o ensino das competências chave na Europa, publicado no dia anterior, só nos podemos sentir confortados e confiantes, na boa concretização das políticas da Educação que o XI Governo nos traz aqui hoje, a debate.

Digo confortados porque o, hoje, presidente do governo, Vasco Cordeiro, já o havia dito durante a campanha, antes dos relatórios ou das estratégias europeias esta semana publicadas serem conhecidas.

Disse-o, a 27 de março quando afirmou que era necessário “reforçar a educação como um contribuinte ativo para a qualificação da sociedade e para reforço da competitividade dos Açores” e que “a Escola deve ser um espaço de empreendedorismo, de inovação, de excelência e de mérito, mas também de responsabilidade, de exigência e de disciplina”.

Disse-o quando afirmou, a 20 de julho, que era necessário reforçar a Formação Profissional na despectiva que esta “seja, verdadeiramente, uma ferramenta colocada ao serviço da empregabilidade dos nossos jovens, para que consigam melhores empregos e melhor remunerados”. Afirmando que este objetivo pode ser concretizado, por um lado, ao nível da formação inicial dos jovens, dotando-os das

condições e das competências para que “possam ter uma entrada mais rápida no mercado de trabalho”, mas também através do reforço da componente do Empreendedorismo nas escolas profissionais.

E o que foi dito pelo partido socialista, no período de campanha, está plasmado no programa que o governo agora nos apresenta, nomeadamente nos objetivos: *Criar uma cultura de responsabilização da comunidade educativa, através do reforço da liderança e das estruturas intermédias das escolas, e da responsabilização simultânea de alunos e encarregados de educação.* Ou então no outro objetivo: *Promover uma cultura inovadora e empreendedora nos jovens desde os níveis mais elementares da escolaridade obrigatória.*

As medidas que concretizam esses objetivos vão exatamente ao encontro do que se pode ler no comunicado da Comissão Europeia “tomar medidas imediatas para assegurar que os jovens desenvolvem as aptidões e as competências necessárias ao mercado de trabalho e a alcançar as metas em matéria de crescimento e de emprego.”; “reforçar os laços entre o ensino e os empregadores, a trazer as empresas para a sala de aula e a proporcionar aos jovens uma ideia do que é a vida profissional através de uma aprendizagem cada vez mais baseada no trabalho.”

No nosso caso, não é o Estado membro que propõe as medidas, não é o governo de Portugal, da responsabilidade do PSD e do CDS/PP que propõe, mas sim o Governo da Região Autónoma dos Açores, da responsabilidade do Partido Socialista, que, aliás, há mais de década e meia vai na vanguarda em políticas de educação.

Temos estado na dianteira, no todo nacional, em matéria de políticas de educação e vamos continuar, considerando as notícias,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é necessariamente muito bom!

A Oradora: ... em catadupa, que nos chegam do governo da república da responsabilidade do PSD e do CDS/PP, que continua empenhado em desmantelar o Ensino Público quer por todas as medidas que tomou até aqui...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso é verdade!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: ... – por demais conhecidas –, quer ainda pela mais recente que consiste na transferência de verbas do ensino obrigatório para financiar o ensino superior, numa clara e contínua desvalorização do Sistema Educativo Nacional.

Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Estamos em condições de garantir às açorianas e açorianos tranquilidade e segurança em matéria de Educação. Essa garantia é dada com base em factos, basta atendermos ao que têm sido, e são, as recomendações de instituições internacionais credíveis, como o caso do relatório da OCDE, do passado mês de abril, sobre o estado da educação em Portugal, no qual sobressaiu a necessidade do ensino se centrar mais no aluno.

Com este programa do XI Governo dos Açores o aluno ganha, ainda maior, centralidade no Sistema Educativo Regional através do alcance de objetivos como: (i) *Definir metas pedagógicas e administrativas que, a curto, médio e longo prazo, constituam um preciso e eficaz contributo para a melhoria da qualidade educativa regional, rumo à excelência;* (ii) *Apostar numa oferta formativa diversificada e na reinvenção das abordagens pedagógicas, no sentido de se responder com eficácia aos desafios colocados pelo alargamento da escolaridade obrigatória, pela articulação entre a escola e o meio, e pela conjuntura regional, nacional e internacional.*

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso é alguma novidade?

A Oradora: Todas as medidas que integram estes objetivos cruzam os compromissos de valorização da função do professor, alegando que ao professor deve estar reservado, cada vez mais, o papel de ensinar e para exercer a função para a qual investiu muito tempo da sua formação; ser sua pretensão “chamar todos os intervenientes deste sector e, até final do terceiro trimestre de 2013, construir uma verdadeira plataforma de entendimento” para alcançar “um verdadeiro Pacto de Estabilidade que elenque as medidas que permita garantir a estabilidade do sector ao longo de toda a próxima Legislatura”.

Exma. Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Exma(o)s Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Face ao exposto fica bastante claro que também há uma **Via Açoriana na Educação**. Esta constatação torna-se, ainda mais evidente, com a garantia dada, a 1 de agosto, relativamente, por exemplo, à manutenção da Gestão Democrática das Unidades Orgânicas, afirmando então que “No continente e na Madeira, temos processos que não seguem este caminho e é muito importante afirmarmos que, aqui nos Açores, continuamos a honrar este património de um modelo de autonomia e de gestão democrática das escolas que em muito contribuiu para um sistema educativo pujante e para o sucesso dos alunos”.

A Via Açoriana na Educação ganha mais peso se atendermos ao programa do governo nas medidas que visam concretizar os objetivos como: (i) *Promover a valorização da carreira docente como fonte de motivação profissional dos docentes e impulsionadora da responsabilização pelo desempenho dos alunos e da melhoria do sistema educativo regional*; (ii) *Garantir a consolidação...*

Deputado Aníbal Pires (PCP): Essa é outra! Corrigir os erros do passado!

A Oradora: ... e o aprofundamento da autonomia educativa regional como fator decisivo na valorização de uma cultura identitária açoriana, perspetivando o contexto local, regional, nacional e europeu.

Estes objetivos tornam-se ímpares, no todo nacional, porque enquanto nos Açores se valoriza a carreira docente e as competências chave no nosso currículo regional do ensino básico, no Continente achincalha-se a carreira docente e destruiu-se o quadro de competências chave no sistema educativo nacional em perfeito choque com o preconizado no relatório da *Eurydice*,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Concordo!

A Oradora: ... onde as competências chave são identificadas pela União Europeia como devendo ser desenvolvidas nos sistemas educativos.

Pergunto: ainda há dúvidas da existência clara de uma Via Açoriana na Educação?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Há dúvidas sim senhora!

A Oradora: Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Os Açorianos há 40 dias, atrás, foram claros na sua opção: escolheram a verdade do partido socialista de forma bastante expressiva porque é a verdade que melhor tem servido os interesses dos Açores!!!

Disse.

Deputados Francisco César e Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

Não havendo, dou a palavra à Sra. Deputada Judite Parreira.

Deputada Judite Parreira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sendo a primeira vez que intervenho nesta Assembleia saúdo a Sra. Presidente e na sua pessoa todas as Sras. e Srs. Deputados, bem como a si Sr. Presidente e todos os Membros do seu Governo, desejando a todos um bom trabalho ao longo desta legislatura.

A Educação é, certamente, um grande sustentáculo do desenvolvimento da sociedade. Nesta perspetiva, há que pensar a educação como garante de democracia porque a democracia vive-se. A Democracia aprende-se praticando.

Para que a sociedade açoriana se desenvolva de forma global e harmoniosa é essencial que o ensino e formação sejam de elevada qualidade, só assim se conseguirá atingir a qualificação e o crescimento desejáveis para os Açores.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

A Oradora: Porém, e para que a educação possa assegurar um sucesso real, um desenvolvimento e crescimento sustentáveis, tem de ser alicerçada em políticas de rigor e de exigência, de inovação e de reflexão, que promovam o sucesso educativo, estimulando também a excelência e o mérito, envolvendo alunos e professores, pais...

Deputada Zuraida Soares (BE): E as mães também!

A Oradora: ... e encarregados de educação, bem como toda a sociedade civil.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: As políticas educativas desenvolvidas nos Açores ao longo dos já vários anos de autonomia, têm sido um dos projetos de ação prioritários de todos os governos. O Programa do XI Governo Regional, na área da Educação, aponta para a continuidade de algumas dessas políticas, em linha com o que já vinha sendo feito pelo anterior governo, a par com algumas medidas inovadoras decorrentes da evolução e dinâmica social.

Assim, a consolidação e avaliação do Currículo Regional surge como uma das metas a atingir ao longo desta legislatura.

Conscientes da importância do desenvolvimento do Currículo Regional como afirmação de uma política educativa autónoma, desejamos que este não se transforme num espartilho e, por isso, saudamos a medida prevista no Programa do Governo em (passo a citar): “promover uma maior articulação entre o Sistema Educativo dos Açores e o correspondente sistema nacional”.

Ficaremos, expectantes, a aguardar as iniciativas que irão ser implementadas nesta área.

O PSD já anteriormente havia dito que: “Não há política educativa nem reformas do ensino que tenham a mínima possibilidade de sucesso se nelas os professores não se reveem nem se sentem implicados”.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

A Oradora: Apraz-nos, pois, verificar que um dos objetivos deste programa é de promoção e valorização da carreira docente como fonte de motivação profissional dos docentes e impulsionadora da responsabilização pelo desempenho dos alunos e da melhoria do sistema educativo regional, quer através da dignificação do seu estatuto e imagem profissional, quer através da promoção e reconhecimento público das boas práticas, quer, ainda, através da simplificação e agilização do processo de avaliação de desempenho dos docentes, e cito: “tornando-o justo e consequente”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Poderemos daqui inferir tratar-se da assunção de que o processo de avaliação dos docentes, tal como está, e como aqui denunciámos, não era nem justo nem consequente?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Verificamos, ainda, que o processo de desburocratização continua a ser prioritário. Esperamos que, finalmente, se materialize algo de mais concreto para que os professores tenham mais tempo para se dedicar ao essencial, que é o desenvolvimento e aperfeiçoamento das suas práticas educativas.

A autonomia foi, desde sempre, uma aspiração das escolas e de todos quantos a elas estão ligados. Assim, a valorização do Regime de Autonomia e Gestão Democrática das Escolas não pode ser apenas uma operação de cosmética porque representa um papel fundamental num momento em que a escola deve assumir-se como um espaço de liberdade e de prática democrática usufruindo de todos os aspetos da nova autonomia como contributo para a educação cívica dos alunos e dos restantes membros da comunidade educativa, contando com a participação, a cooperação e a responsabilização de todos os agentes.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Conforme dissemos anteriormente, urge envolver e comprometer toda a comunidade educativa no processo educativo dos alunos. Congratulamo-nos com o facto de o programa apontar para uma corresponsabilização dos pais e encarregados de educação no diagnóstico e resolução de problemas que condicionam o sucesso escolar dos seus educandos.

Desejamos que estas medidas se traduzam em resultados significativos quer ao nível do desenvolvimento de competências, quer da consolidação da disciplina, já que o estatuto do aluno ainda não se revelou devidamente eficaz neste último aspeto.

Verificamos, ainda, que se por um lado o programa aponta para uma articulação entre as políticas educativas regionais e nacionais, por outro lado há uma clara demarcação das reformas nacionais, consideradas “atabalhoadas” e visando uma exclusiva redução da despesa pública.

Como explicar, então, o facto de não estarmos melhor classificados no *ranking* das Escolas?

Deputados João Bruto da Costa, António Ventura (PSD) e Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Esperamos que os objetivos e medidas preconizadas no Programa se concretizem ao longo da legislatura, a bem dos Açores e dos açorianos.

Tenho dito.

Deputados João Bruto da Costa e António Ventura (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Inscrições para pedidos de esclarecimento.

Dou a palavra à Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, queria congratular a Sra. Deputada Judite Parreira pela sua intervenção, uma vez que sendo a primeira que intervém aqui, e desejar (e como vamos pelos vistos falar sobre educação) que esta relação seja profícua a bem da educação e dos açorianos.

Queria também congratular-me pelo facto do PSD, através da Sra. Deputada Judite Parreira, estar em perfeita sintonia com o Programa que foi a sufrágio nas eleições de 14 de outubro apresentado pelo PS e que hoje é trazido aqui como Programa do Governo para estar em apreço.

Isto acontece, compreende-se perfeitamente, porque de facto ao longo da campanha eleitoral do PSD, não se ouviu nenhuma medida de política de educação coerente ao longo de todo o processo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso Catarina, carrega!

A Oradora: Portanto, folgamos em ver que esta legislatura será a continuação da anterior e que estarão perfeitamente de acordo com as medidas que nós propomos e virão ao encontro delas, votando-as.

Mas não posso deixar de facto,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... que sendo a Sra. Deputada a primeira vez que aqui está e espero que venhamos a trabalhar muito, de esclarecer-lhe relativamente à questão do *ranking* das escolas, Sra. Deputada.

Deputados Artur Lima e Nuno Alves (CDS-PP): Ah! Quem tem de ter é o Governo!

A Oradora: A senhora tem a noção da nossa realidade arquipelágica, da nossa dimensão populacional em muitas das ilhas.

A senhora sabe provavelmente o suficiente de estatística para saber que em comunidades pequenas basta a variação de um aluno para que haja uma distorção imensa nas percentagens.

Obviamente que em comunidades deste nível e em comunidades pequenas como essas não se podem extrapolar os resultados e compará-los com comunidades educativas...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Funcionariamente já cumprimos o Memorando da Troika!

A Oradora: Sempre que gere o incómodo, o barulho aumenta.

... e não podemos compará-los com realidades e comunidades educativas de dimensão muito, muito superior. Daí não seja de facto uma coisa que nos deva preocupar. O que nos deve preocupar, sim, e termos em atenção, é efetivamente no terreno quantos alunos temos a frequentar a escola.

Sra. Deputada, permita-me que lhe diga, que se hoje ainda não temos, nós, Partido Socialista, o sucesso educativo almejado e desejado para as nossas ilhas, muito se deve ao facto de que na última década estivemos aplicados em implementar políticas que fizessem com que o absentismo escolar diminuísse drasticamente e que o abandono escolar fosse menor. Estivemos empenhados em trazer todos à escola. Obviamente que destes todos que vêm à escola as competências sociais que traziam e a propensão para a aprendizagem não eram tão boas em todos os níveis, mas é importante que estejam na escola e agora, sim, vamos trabalhar para o sucesso educativo com outras estratégias pedagógicas e com diversificação de

oferta, como foi feito nos governos anteriores, mas agora estreitando em consonância, como tive oportunidade de dizer na minha intervenção, e decerto que caminharemos ao longo desta legislatura para os resultados e o sucesso educativo almejados por todos nós e para os Açores.

Deputados Berto Messias e Rogério Veiros (PS): Muito bem!

Presidente: Muito bem.

Não havendo mais inscrições, dou agora a palavra para uma intervenção ao Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Desporto e a Atividade Física, na sua generalidade, devem ser interpretados como um bem necessário à qualidade de vida, estes conceitos assumem um papel fundamental nas áreas sociais e cívicas, assim como, no bem-estar físico e psíquico de todo o ser humano.

Ao longo dos últimos anos e em especial nos últimos quatro, o desporto açoriano alcançou um lugar de relevo, no contexto regional, nacional e internacional, confirmaram-se os modelos que se implementaram na região, e os resultados são conhecidos e reconhecidos por todos.

Podemos assumir sem qualquer receio, a visão de sermos uma referência em termos de organização, relação de proximidade e colaboração com as entidades do movimento associativo desportivo e na transparência e critérios nos procedimentos de concessão de apoios.

Os Açores podem-se orgulhar das suas políticas desportivas, temos a maior taxa de participação desportiva federada absoluta do país, cerca de 75 % dos atletas federados na região são de escalões de formação, o que corresponde a uma taxa de participação federada potencial entre os 8 e os 18 anos de mais de 40 % desta faixa etária da população, o aumento da participação feminina foi uma realidade, fruto das medidas implementadas pela região, atingindo-se pela primeira vez uma taxa de feminização que ultrapassou os 30 %, o reforço da atividade física e desportiva adaptada, levou a uma segurança na sua divulgação e ao reconhecimento da sua qualidade, como atesta o Campeonato do Mundo de atletismo adaptado para

portadores de Síndrome de Down realizado ainda este ano na ilha Terceira, assumindo um papel de inclusão social dos cidadãos portadores de deficiência, da qual a atividade física pode ser um elemento chave na sua afirmação pessoal e na sociedade envolvente, fazendo prevalecer o conceito “O Desporto é de Todos e para Todos”.

Tudo isto deve ser motivo de orgulho, mas também de motivação, para outras conquistas na área do Desporto e Hábitos de Vida Saudável.

Este programa do XI Governo Regional dos Açores, assume claramente a “Consolidação do Desporto Açoriano” como a grande meta a atingir, criando e disponibilizando todas as condições necessárias à solidificação do desenvolvimento alcançado nos últimos anos, quer numa perspetiva de atividade física desportiva, quer numa perspetiva de desporto federado, onde as políticas desportivas direcionadas para a formação prevalecem.

De acordo com o programa em análise, existem objetivos para concretizar que beneficiarão o trabalho que tem vindo sendo realizado até à presente data. Destaca-se a diversificação das oportunidades de prática desportiva, a maior qualificação e rigor das ofertas comerciais e o apoio ao desenvolvimento da economia desportiva, a promoção e o aumento da prática desportiva escolar, a maior qualificação dos agentes desportivos e a sua valorização, a consolidação do desporto açoriano no contexto nacional e internacional, assim como a diferenciação positiva para o trabalho e resultados desportivos de excelência, a melhoria da qualidade de intervenção nos escalões de formação e uma maior disponibilização de instalações desportivas da região para uso público e voluntário.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A contínua promoção da prática de atividade física desportiva tem sido, e é, uma prioridade à adesão e à participação ativa regular e devidamente orientada, tendo em conta o objetivo final que é a prática desportiva saudável, ou seja, continuada no tempo.

Cabe nesta área um papel importante ao nosso modelo de desporto escolar, por ser verdadeiramente açoriano e adaptado à nossa realidade, e que, integre plenamente

o ensino profissional e permita que através da sua prática se conjuguem sempre as preocupações pedagógicas do sistema educativo com a promoção da prática de atividades desportivas e ainda, sempre que estejam reunidas as condições, a participação no modelo desportivo formal integrado no sistema.

A celebração de protocolos com associações desportivas e outros parceiros deve continuar a ser uma realidade, queremos que o desporto possa retirar todos os benefícios possíveis, numa lógica social, mas também na vertente económica, mas em simultâneo que possa ser ele próprio também fator contributivo para melhoria da economia regional quer ao nível do mercado interno quer como contribuinte para o desenvolvimento do mercado turístico oriundo do exterior.

Há realmente uma grande determinação de unir esforços e sinergias, com toda a comunidade e agentes desportivos, para a implementação das medidas necessárias à concretização dos objetivos propostos.

Durante mais de uma década todo o parque desportivo dos Açores sofreu uma forte requalificação, dotando-o das condições necessárias e favoráveis a uma prática desportiva saudável, mas também de referência para o alcance de êxitos desportivos e para a organização de eventos na nossa região.

Toda a disponibilização destas infraestruturas fará com que haja um aumento da atividade física regular ou pontual, quer na rentabilidade do parque desportivo já existente, ou na reafecção de mais espaços para a prática desportiva.

A promoção de hábitos de vida saudável, é um objetivo deste programa, quer com a disponibilização de estruturas e equipamentos, quer com a concretização de projetos de promoção da atividade física sem enquadramento competitivo formal e oficial, como os “Açores Ativos”, o combate ao sedentarismo e à obesidade continuará a ser uma realidade, onde a parceria com áreas ligadas à saúde, traduzem-se numa mais-valia.

Nos Açores, temos mais e melhor desporto, atletas mais qualificados, técnicos mais acreditados e mais e melhores instalações desportivas, partimos a largos passos para a consolidação do desporto Açoriano rumo à excelência.

Disse.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, para uma intervenção de tribuna, dou a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Almeida.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os Jovens açorianos enfrentam hoje enormes desafios.

A sociedade açoriana tem investido, ao longo dos tempos, na sua juventude. Nunca tivemos uma geração tão bem preparada, todavia, tão mal aproveitada.

Os jovens açorianos debatem-se hoje com muitas dificuldades para encontrarem o seu lugar na sociedade açoriana.

Precisamos de um governo regional que governe para a juventude e com a juventude.

Não podemos ter um governo regional que pensa de maneira diferente.

Não basta ter um secretário regional ou um diretor regional com a tutela da juventude.

Por muito bom que seja. Não basta um. É preciso ter muitos.

É preciso que todos os secretários regionais sejam secretários regionais da juventude. Porque a política da juventude não se esgota nos apoios às associações de juventude.

É preciso juventude na nossa política de comunicações, de transportes, de obras públicas. É preciso que a política de habitação seja uma política jovem. É preciso que a política de emprego seja uma política jovem. É preciso que a política de saúde seja uma política jovem.

Não é fácil falarmos de empreendedorismo e ninhos de empresa e os jovens não terem 300 ou 400 euros para pagar uma renda e saírem da casa dos seus pais;

Não é fácil falarmos de qualificação e de formação profissional, e termos jovens que estudaram 3 ou 4 anos para uma licenciatura e acabaram à procura de emprego num qualquer sítio;

Não é fácil falarmos de emprego e economia e a juventude estar afastada de uma carreira, apesar de ter tirado um curso profissional ou um curso no ensino público superior;

Não é fácil falarmos dos gastos do estado e os jovens não conseguirem casar, ter filhos, criar uma família porque não têm trabalho;

Não é fácil abrir a televisão e olhar para as oportunidades que todos os outros têm lá fora noutros países e noutros continentes;

Não, não é fácil. Mas também vos digo que não é normal.

Não é normal termos um desemprego jovem de mais de 30 por cento.

Não é normal a juventude estar condenada a viver em casa dos seus pais até aos 30 ou 40 anos.

Nada disso é normal.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os jovens, concebidos com potencialidades diversas, vivenciam cada vez mais o paradoxo do aumento de sua exclusão social nomeadamente em altos índices de desemprego, baixa escolarização, envolvimento com drogas, violência e criminalidade.

Deste modo, o desafio para as políticas de Juventude envolve recriar outras formas de experiências que promovam a construção das suas identidades, quanto à formação integral dos adolescentes e jovens para a cidadania, colocando os jovens como colaboradores e participantes do seu processo educativo.

Por outro lado, nós não podemos falar de coesão regional se não criarmos as condições para que a nossa juventude se fixe em cada uma das nossas ilhas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Devemos garantir que os jovens que estão hoje no exterior da nossa Região a estudar e a qualificar-se, e que querem voltar para os Açores, tenham as respostas necessárias para regressar e aqui fixar-se, da mesma forma que os que

estão nos Açores possam aqui ficar e aqui contribuir para o nosso desenvolvimento.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem! O senhor está a ler bons discursos. Está inspirado no nosso comício!

O Orador: Durante anos investimos em formação profissional e programas de estágio que permitiram aos jovens açorianos conhecerem a realidade açoriana e começar no mercado de trabalho

É importante utilizarmos novas formas de promoção de emprego para que os nossos jovens não vejam única e exclusivamente o empreendedorismo e o autoemprego como desculpa para não agirem.

Os governos existem para criar condições para que todos tenham oportunidades.

Não nos podemos demitir, enquanto políticos, e os governantes com redobradas responsabilidades, da nossa obrigação de gerar e incentivar emprego, motivando a participação dos jovens nessa tarefa.

É preciso termos uma orientação bem definida para os jovens que, por uma razão ou por outra, não conseguiram terminar os seus estudos.

Nem todos somos licenciados.

Nem todos somos engenheiros ou doutores.

Precisamos de pensar em todos.

Temos a obrigação de dar esperança aos jovens açorianos. Esperança num futuro mais promissor.

Esperança para aqui nestas nove ilhas construírem as suas famílias, os seus sucessos de vida.

Se assim não fizermos, a nossa sociedade amanhã será uma sociedade envelhecida, uma sociedade sem futuro.

Estou ciente que vamos todos trabalhar nesta casa da Autonomia em prol de um futuro promissor para os jovens açorianos.

Disse.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Para pedidos de esclarecimento estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Obrigado, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, felicitar o Sr. Deputado Cláudio Almeida. É sempre importante termos jovens dentro do parlamento e a defender as políticas para a juventude.

Diria que a sua intervenção devia ter começado como acabou: todos juntos em prol do desenvolvimento dos açorianos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ainda queria mais, Sr. Deputado? Pelo amor de Deus!

O Orador: É verdade, Sr. Deputado Cláudio Almeida, que hoje os jovens açorianos enfrentam enormes desafios. Contudo, e como o senhor afirma no seu discurso, hoje estão muito mais bem preparados do que antes.

Acha que ficamos satisfeitos com essa constatação? Claro que não!

Ao contrário do seu discurso que não apresenta, como é hábito, nada de inovador, nem nenhum rasgo, nós acreditamos que temos de melhorar as ferramentas e em alguns casos até repensarmos a nossa ação.

Ouvi, como é hábito da minha parte, atentamente as suas palavras, Sr. Deputado Cláudio Almeida, e mais uma vez (falo por mim) tive nesses claros minutos uma grande desilusão. De um responsável por uma juventude partidária dos Açores, a JSD, esperava outra ousadia.

Mas não! Tivemos de repetir o discurso que foi derrotado nas eleições de 14 de outubro. A retórica do vazio e da demagogia.

Sr. Deputado Cláudio Almeida, não sei se já percebeu que nós estamos a discutir o Programa do Governo para uma nova legislatura e o PS e a JS, em particular, sempre assumiram a temática da juventude transversal a todas as áreas, por isso, e como o Sr. Secretário hoje já o disse aqui, as temáticas da juventude aparecem no Programa do Governo disseminadas por várias áreas de atuação.

Mas não concordando com as medidas propostas no Programa do Governo, o Sr. Deputado (não sei se leu o documento, mas com certeza leu, acredito que sim) quando fala em habitação apresenta zero ideias; quando o senhor fala em emprego para jovens, mais outro zero; quando o senhor fala em empreendedorismo assume-se a mesma lógica, nada de novo;...

Deputado Francisco César (PS): Apresentámos os nossos compromissos, Sr. Deputado!

O Orador: ... ou seja, apresenta uma ideia ou uma análise crítica que não faz sentido e que não defende os interesses da juventude açoriana.

Contudo, o PS e o seu Governo, que agora começa, apresentam medidas e reconhecendo que os tempos não são para brincadeiras posso salientar algumas medidas que o PS levará a cabo nos próximos anos.

Na habitação, por exemplo, manteremos a discriminação positiva para os jovens e para os cidadãos que vivam nas ilhas de coesão, como já acontece no programa “Famílias com Futuro”.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Fazemos o que prometemos!

O Orador: É preciso melhorar o programa? Acreditamos que sim e esperamos que o Sr. Deputado Cláudio Almeida participe com algumas ideias que não foi as que hoje trouxe aqui, porque hoje não as trouxe.

Deputado Francisco César (PS): Nós cumprimos os nossos compromissos!

O Orador: Por outro lado, existe a proposta de discriminar positivamente os jovens casais no acesso ao mercado de habitação e que possa surgir através do processo de reabilitação urbana.

Será que esta medida precisa de ser trabalhada? Claro que sim! Esperamos que o Sr. Deputado Cláudio Almeida também faça parte desse processo.

Na promoção da participação cívica concordamos com o Sr. Deputado, mas deve-se esquecer que é líder de uma organização partidária, a qual é a JSD, e que o senhor faz parte e já fez parte de vários fóruns, onde teve a oportunidade de discutir melhor a participação cívica dos jovens e não o fez.

Presidente: Sr. Deputado, peço que ...

O Orador: Sra. Presidente, já acabo.

Presidente: Mas era para um esclarecimento que tinha pedido a palavra ou para fazer uma intervenção de bancada?

O Orador: Estou a falar para o Sr. Deputado.

Presidente: Não era para um esclarecimento então?

O Orador: É para um esclarecimento.

Presidente: Então tem de terminar porque já esgotou o seu tempo.

O Orador: Peço desculpa, Sra. Presidente. Já acabo.

É preciso mais e nós acreditamos que sim. Porém, e nas políticas de empreendedorismo que o Sr. Deputado Cláudio Almeida veio aqui defender e que não apresentou nenhuma, gostava que me esclarecesse se tem realmente alguma coisa relacionada com a atribuição de subsídios *ad hoc* como se prometeu em campanha eleitoral,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu bem te avisei Cláudio!

O Orador: ... onde se podia chamar “Empresa na hora, subsídio na hora”.

Deputados Francisco César e José Ávila (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições para esta fase...

Sr. Deputado Cláudio Almeida, pediu a palavra?

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Prescindo.

Presidente: Então não havendo mais inscrições, dou a palavra à Sra. Deputada Marta Couto.

Tinha pedido a palavra Sr. Deputado Berto Messias?

Tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Lúcio Rodrigues (e muito bem, em nome desta bancada) já enumerou algumas questões que nos parecem relevantes no âmbito do futuro das políticas de juventude nos Açores, mas não posso deixar também de fazer algumas referências tendo em conta a intervenção que o Sr. Deputado Cláudio Almeida aqui

nos trouxe, sobretudo naquilo que incide numa matéria que nos é muito cara e que é também uma preocupação deste grupo parlamentar - e estou certo do Governo dos Açores - e refiro-me ao emprego jovem.

Em primeiro lugar, também não posso deixar de saudar o Sr. Deputado Cláudio Almeida. É bom ter aqui o líder da Juventude Social Democrata. Saudar o Sr. Deputado Cláudio Almeida, todos os dirigentes da JSD, também todos os militantes da JSD, porque não tenho dúvidas que é importante e fundamental que os jovens e que os jovens políticos possam estar também representados nesta casa,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Isto não é normal!

O Orador: ... porque isso melhorará certamente o exercício de cidadania, a vida política...

Deputada Zuraida Soares (BE): É o Natal! É o espírito do Natal!

O Orador: ... e o desenvolvimento da nossa Região.

Quanto à questão do emprego, nós temos, com certeza, grandes desafios pela frente. É certo!

Registo a frase do Sr. Deputado Cláudio Almeida, inspirada em alguns discursos que já tivemos nesta casa, relativamente ao grande desafio que temos: fazer com que os jovens que estão hoje no exterior da nossa Região a estudar e a qualificar-se voltem efetivamente para a nossa Região e aqui possam pôr em prática as qualificações que têm e aqui possam contribuir para o bem comum e para o desenvolvimento da nossa terra.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Temos tido uma evolução importante ao nível das políticas de juventude. Isso parece-me inquestionável, mas temos grandes desafios pela frente e temos também (e é preciso dizê-lo e não escamoteamos essa realidade) muitos jovens nos Açores, jovens licenciados, jovens com qualificação profissional tecnológica que têm hoje dificuldades em conseguir um emprego, que têm hoje dificuldades em entrar para a vida ativa.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Que estão no desemprego, Sr. Deputado!

O Orador: Mas o Governo, no âmbito das suas funções, tem criado programas, tem criado incentivos para a promoção da entrada na vida ativa desses jovens e tem feito com grande esforço tudo o que está ao seu alcance, não só ao nível das políticas regionais, mas também ao nível das políticas que são enquadradas, como sabe, na dotação financeira que nos chega no âmbito do Fundo Social Europeu.

Também devo dizer, e parece importante relevar tendo em conta os indicadores e os números recentes que são conhecidos, que apesar da crise e segundo o Instituto Nacional de Estatística, o número de licenciados nos Açores a trabalhar aumentou de 2008 até agora cerca de 51%, ou seja, desde 2008 até agora temos mais 4.500 jovens licenciados a trabalhar e isso parece-me relevante, apesar das dificuldades, apesar da crise em que vivemos hoje. Parece-me um número significativo e também motivo de satisfação, mas uma satisfação que não nos deve acomodar, deve sim exigir muito mais de nós no âmbito de políticas públicas de promoção do emprego e no caso em particular do emprego jovem.

Sr. Deputado Cláudio Almeida, deixe-me dizer-lhe com toda a frontalidade: o Grupo Parlamentar do Partido Socialista está naturalmente de braços abertos para receber as propostas do Grupo Parlamentar do PSD, para receber as propostas da Juventude Social Democrata que melhorem as políticas públicas de promoção do emprego jovem na Região, até – permita-me dizê-lo – em contraponto com aquilo que tem sido a postura do PSD Açores até aos dias de hoje, que sempre foi muito lesto e muito ativo a diagnosticar problemas, mas pecou sempre por nunca apresentar soluções, nunca apresentar ideias e nunca apresentar propostas.

Não deixo de registar esta nova postura da bancada do PSD, pró-ativa, de compreensão,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não se esforce!

O Orador: ... e de vontade de apresentar propostas.

Portanto, Sr. Deputado, venham daí essas propostas. Aqui estaremos para discutilas e, se forem positivas, atendê-las.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Dou a palavra agora ao Sr. Deputado Cláudio Almeida.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Força Cláudio!

Deputada Zuraida Soares (BE): Venham daí as propostas!

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais também quero dar os parabéns à Juventude Socialista por estar aqui presente,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Oh!

O Orador: ... neste plenário, e como é óbvio só vem enriquecer o debate sobre as questões de juventude.

Aliás, as políticas de juventude devem ser feitas para os jovens, mas devem ser feitas acima de tudo com os jovens e com a participação dos jovens. Por isso, a presença das juventudes partidárias neste parlamento e nesta legislatura penso que também só vêm enriquecer este debate em prol e em torno da juventude açoriana.

Como é óbvio, e como aqui referi, nós estamos a discutir o Programa de um governo que foi legitimado nas últimas eleições regionais...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: ... e é isto que nós estamos aqui a fazer, a discutir o Programa do Partido Socialista, portanto, o que carece é isto: debater as ideias e aquilo que o Partido Socialista pôs em cima da mesa.

No entanto, como é óbvio, vamos ter 4 anos de legislatura pela frente e o PSD também não se absterá de apresentar as suas propostas e aquilo que acha que é interessante e que deve ser o melhor para a juventude.

Portanto, deste modo, o PSD irá contribuir ao longo desse tempo com essas ideias para o debate e para melhorar a situação da juventude açoriana com questões que já foram aqui referidas, como o desemprego, a questão da habitação, mesmo a questão das toxicodependências, a questão da desertificação das ilhas mais pequenas...

É para isto que nós estamos aqui. Estamos aqui sobretudo para debater e para contribuir para que a juventude açoriana queira e possa viver nestas nossas nove ilhas açorianas.

Tenho dito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, gostaria de dar agora a palavra à Sra. Deputada Marta Couto.

Deputada Marta Couto (PS): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nas palavras de Helen Keller, “é impossível uma sociedade andar para trás enquanto houver juventude no mundo.” É na juventude açoriana que reside a esperança de continuação de desenvolvimento da nossa Região.

O prosseguimento da aposta na valorização dos nossos jovens é espelho das medidas ora apresentadas no Programa deste novo Governo a nível da Educação, da Formação, da Cultura, do Turismo, Emprego, Saúde, Ambiente, entre outras. São medidas de e com futuro.

A atuação governamental nos próximos quatro anos, no domínio da juventude, deverá ter como vetores três linhas de orientação. A primeira é, claramente, o fomento de uma cultura de *self-made men*, com forte investimento na formação para o Empreendedorismo, deste modo originando, pelas mãos dos jovens, a criação do próprio emprego.

Neste primeiro ponto, é importante, se não essencial, criar nos jovens açorianos a consciência da fibra lutadora da qual são feitos e incentivá-los a tomar, eles próprios, as rédeas do seu futuro. Aos governantes ora eleitos caberá coadjuvá-los em tal demanda, encorajando-os e fornecendo-lhes as ferramentas adequadas para que possam começar a trilhar, desde cedo, o seu caminho para a independência e a auto-suficiência.

Vivemos num tempo em que ser jovem e ser indiferente não podem ser sinónimos. A juventude açoriana é a depositária da nossa posteridade, do futuro desta Região.

Cabe a quem governa o incentivo e a orientação. Cabe aos jovens a compreensão de que têm plenas capacidades para vencer pelos seus próprios meios e que não podem esperar que as oportunidades apareçam sem dar luta.

Há, de facto, futuro para a juventude açoriana nos Açores. Há uma juventude qualificada, capaz, com vontade de vencer e que, acima de tudo, deseja trabalhar junto da sua família e dos seus concidadãos, na sua terra. A aposta na fixação dos jovens nas ilhas está subentendida nas políticas de criação de emprego que este programa apresenta. Dessa fixação depende a sustentabilidade futura do nosso sistema autonómico, sendo necessário um compromisso contínuo por parte do Governo e desta Assembleia no sentido de se acreditar e investir cada vez mais nas capacidades dos nossos jovens.

A criação de Emprego deverá ser, face à conjuntura atual, não um objetivo deste Governo, mas um verdadeiro dínamo de toda a sua atividade. Está inerente a este Programa a compreensão que a Juventude não é uma área estanque, mas verdadeiramente transversal a todos os sectores de governação, ou seja, é da responsabilidade de todos os membros do Governo e de todos nós, presentes nesta Assembleia. E este é um entendimento plenamente aceite pelo Governo e, do meu conhecimento, pela bancada parlamentar do Partido Socialista, sem que para tal tenha havido necessidade de outorgar qualquer tipo de acordo ou contrato.

O voto de confiança dado ao atual Presidente foi uma decorrência da consciência da juventude de que acredita, de facto, em si mesma na prossecução dos seus objetivos de vida e, paralelamente, de que o dever de proporcionar as bases para que ela prospere é condição *sine qua non* para a sustentabilidade do Estado Social e, logo, da responsabilidade do Governo. Mas não se entenda esta obrigação como desresponsabilização dos jovens. Este Programa não defende o pagamento de salários a um jovem empreendedor. Este Programa tem inerente a ideia de que o jovem empreendedor deverá estudar e analisar a área de negócio pela qual pretende enveredar de modo a perceber se terá possibilidade de auferir, com provável estabilidade, as quantias decorrentes do trabalho e do empenho que demonstrar no projeto que ele próprio criou.

A formação no Empreendedorismo assume, assim, papel preponderante neste primeiro domínio, devendo ser o ponto de partida para o sucesso de qualquer projeto. Devem ser dadas ao jovem empreendedor todas as ferramentas para que ele possa, pelas suas mãos, criar algo intrinsecamente seu.

Uma vertente clara desta “Formação” de cariz empreendedor é o programa “Formar para Empreender”, onde se visa atribuir aos jovens as condições necessárias para a criação das suas empresas. Na sequência temporal encontramos iniciativas como o Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo, o “Empreende Jovem”, onde recentemente foram reforçados os apoios e facilitadas as condições de acesso, para que deste modo a formação adquirida encontre uma operacionalização efetiva.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A construção de uma cultura de identidade açoriana nos nossos jovens é segunda linha orientadora deste Programa, apostando na Educação como veículo de transmissão das diversas realidades inerentes ao “ser Açoriano” bem como do nosso enquadramento a nível político-administrativo, não só a nível nacional, mas também a nível europeu.

Medidas como a criação do Programa de Cidadania e Autonomia, dos programas de divulgação de assuntos ligados à União Europeia para os mais novos, são fulcrais para que os jovens compreendam o enquadramento político e geoestratégico da autonomia açoriana e possam, assim, prosseguir o desenvolvimento desta com pleno conhecimento de quem somos e para onde vamos.

Está bem clara, neste Programa, a preocupação deste Governo em gerar, igualmente, um cruzamento de conhecimentos além das nossas fronteiras, apostando na aproximação dos jovens da diáspora às suas raízes através de um melhor conhecimento da identidade cultural açoriana, bem como na formação dos que aqui se encontram em escolas de renome internacional, e da atribuição de bolsas de estudo, fomentando, deste modo, uma ainda melhor e mais diversificada qualificação, o que só beneficiará, a médio e longo prazo, a nossa Região.

Cabe a este Governo criar os meios que facultem a estes jovens a segurança de voltar à sua terra com os conhecimentos na bagagem mas também com a certeza de que terão a possibilidade de os aplicar profissionalmente, nas respetivas áreas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O último vetor prende-se com a responsabilização dos jovens a nível social, envolvendo-os em causas como o Voluntariado a diversos níveis como forma de formação e crescimento pessoal.

No que a este terceiro ponto concerne, as medidas apresentadas permitirão aos jovens criar uma maior consciência da sociedade e do meio em que estão inseridos. Como exemplo temos programas como o Berço de Cidadania a implementar nas escolas, em que se pretende reforçar junto dos mais novos todo um conjunto de princípios éticos que são verdadeiramente cruciais para uma convivência social equilibrada.

Prevê-se igualmente um aumento da solidariedade intergeracional. Não posso deixar de evidenciar a importância que esta previsão assume. Se por um lado os mais velhos necessitam da atenção, do companheirismo e da ajuda dos mais jovens, a estes cabe o reconhecimento de que devem muito às gerações anteriores e que com elas têm imenso a aprender. A redução do *gap* geracional é uma exigência premente de uma sociedade cada vez mais frenética e que muitas vezes relega para segundo plano a sapiência e o valor das gerações que antecederam os jovens de hoje.

A aposta neste envolvimento social dos nossos jovens é essencial para o contínuo desenvolvimento de uma sociedade açoriana mais justa e consciente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Acredito que este Programa tem todas as qualidades para galvanizar a nossa juventude, apresentando uma panóplia de medidas que visam enriquecê-la e potenciar o seu futuro. É por este motivo que afirmo que trabalhando com a inteligência, o espírito e o coração dos nossos jovens teremos a certeza que continuarão a crescer como Açorianos que não hesitarão, perante qualquer

circunstância e qualquer adversidade que certamente enfrentarão, afirmar essa máxima que tão bem nos define: “antes morrer livres que em paz sujeitos”.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, dou então a palavra ao Sr. Deputado José Andrade para uma intervenção.

Deputado José Andrade (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na minha primeira intervenção parlamentar, quero saudar, indistintamente, todas as senhoras e senhores deputados que corporizam a casa maior e que protagonizam a causa comum da nossa Autonomia dos Açores.

E quero cumprimentar o governo resultante da vontade expressa do povo açoriano, na pessoa do seu novo presidente, desejando-lhe sucesso político em benefício dos Açores.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Neste debate da proposta de programa do XI Governo dos Açores, venho falar-vos de Cultura, de Comunidades Açorianas e de Comunicação Social.

São três áreas importantes que concorrem, cumulativamente, para a afirmação da nossa identidade, para a unidade do nosso povo, para o desenvolvimento da nossa terra.

A Cultura distingue e valoriza o povo açoriano nas ilhas e no mundo. Ela fundamenta e qualifica a sociedade açoriana com memória e com futuro. Num mundo marcado pela globalização e num tempo formatado pela *googalização*, a cultura é, ela própria, causa e efeito do processo de desenvolvimento. Por isso o seu investimento é estratégico e o seu retorno é transversal.

Como bem referiu o Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura este fim-de-semana em Angra do Heroísmo, a Cultura é obrigatória e transversal no desenvolvimento dos Açores – o que cria a natural expectativa de que o programa de governo será não apenas integralmente cumprido, mas até bondosamente ultrapassado na sua modesta orientação setorial.

Por outro lado, as Comunidades Açorianas são embaixadores culturais da açorianidade mas também podem e devem ser parceiros privilegiados do desenvolvimento económico.

E, por sua vez, a Comunicação Social reúne as ilhas, projeta a Região e consolida a Diáspora.

Estamos, portanto, perante três áreas que devem ser determinantes na definição – e, sobretudo, na implementação – da orientação programática de um governo que se quer com espírito contemporâneo e com visão estratégica, virado para a frente e para fora.

Sobre estas componentes da proposta de programa fizemos uma apreciação partilhada com instituições culturais, com Casas dos Açores e com órgãos de comunicação, consultando e considerando o saber da sua experiência.

As opiniões recolhidas sobre o documento em apreço coincidem geralmente com a nossa: a Cultura é de mera continuidade, as Casas dos Açores são ignoradas, a Comunicação Social não existe.

Nós teríamos feito diferente. Por várias razões.

Em primeiro lugar, este programa consegue falar de **Cultura** para os novos desafios do futuro próximo com as mesmas respostas do passado recente. Destaco aqui duas medidas interessantes: criar o Programa Canto da Maia de mobilidade cultural para criadores e produtos culturais e criar uma Incubadora de Indústrias Culturais e Criativas. Mas, em geral, falta mais visão, mais ambição e mais inovação.

Pela nossa parte, teríamos privilegiado uma gestão de parceria, por exemplo com um Conselho Regional de Cultura; teríamos garantido uma atuação descentralizada, com polos locais de articulação e dinamização de equipamentos e eventos; teríamos valorizado a produção cultural, com a criação do “Estatuto do

Artista”; teríamos apostado na afirmação exterior, com uma agência para a promoção da cultura açoriana em Portugal e no Mundo.

Em segundo lugar, este programa consegue falar de **Diáspora** apenas numa perspetiva meramente cultural e preencher quatro páginas de Comunidades Açorianas sem fazer uma única referência às Casas dos Açores.

Pela nossa parte, teríamos encarado as Comunidades Açorianas no mundo como fator de desenvolvimento e crescimento económico dos Açores representando, simultaneamente, um mercado potencial e um instrumento promocional da nossa economia. E, valorizando o papel das Casas dos Açores, teríamos potenciado a sua transformação estratégica em veículos ativos de diplomacia económica e cultural da Região.

Em terceiro lugar, este programa consegue não falar de **Comunicação Social**. Não há aqui uma preocupação de apoio à fragilizada missão das empresas privadas de imprensa e radiodifusão e nem sequer um princípio que legitime futuras iniciativas no quadro ameaçado do serviço público de Rádio e Televisão.

A 8 de junho, em Ponta Delgada, o candidato do PS comprometeu-se com a criação de uma empresa totalmente pública e regional de Televisão e Rádio. Esta promessa eleitoral não ficou consagrada no programa de governo.

Pela nossa parte, teríamos assumido expressamente o compromisso programático de apoiar, de forma clara e transparente, as empresas privadas de comunicação social. E, reafirmando a responsabilidade nacional do serviço público de Rádio e Televisão, teríamos consagrado, para a sua melhor prestação nos Açores, a criação de uma Sociedade Anónima participada pelo Estado, pela Região e por instituições representativas da sociedade açoriana.

Somos consequentes com as nossas preocupações eleitorais e, por isso mesmo, propomo-nos desenvolver, desde logo, um processo próprio de auscultação alargada dos órgãos locais de comunicação social que poderá porventura culminar na proposta partilhada de um novo sistema de apoio adequado à conjuntura que enfrentamos e alusivo à pluralidade que não dispensamos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Destacamos e denunciámos estas insuficiências e estas lacunas, mas assumimos e apresentamos estas diferenças e estas propostas, porque queremos contribuir de boa-fé para o aperfeiçoamento, sempre possível, de um documento orientador do desenvolvimento dos Açores nos próximos quatro anos.

É esta a postura responsável que queremos manter: uma oposição positiva, uma crítica construtiva, uma proposta alternativa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Bem-vindos ao clube!

O Orador: Nestas áreas como em todas as outras, mais do que o governo do PS ou a oposição do PSD, o que importa é o interesse dos Açores.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo inscrições, dou a palavra à Sra. Deputada Renata Correia Botelho para uma intervenção.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Desengane-se quem ouse defender que a Cultura não deve passar, na ação governativa, de um tópico de circunstância. Desapontem-se aqueles que, reféns passivos das agências de *ratings*, não esperam encontrar na Cultura mais do que um capricho ou um ornamento.

Se, como escreve Luiza Neto Jorge, «o poema ensina a cair», a Cultura, toda ela, das representações mais eruditas às mais profundas raízes de expressão popular, poderá ser um dos principais garantes de uma queda menos desamparada e, sobretudo, a esperança numa ascensão consciente e crítica.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

A Oradora: Desde logo porque é a Cultura que nos constitui, quer na nossa individualidade, quer como pertença a um vasto tecido multicultural. É, pois, sabendo exatamente quem somos e respeitando infatigavelmente o Outro, nesta

confluência enriquecedora entre identidade e alteridade culturais, que seremos capazes de enfrentar, ou de afrontar, estes tempos de intensa crise. É tomando consciência plena do potencial económico que a Cultura encerra que seremos capazes de inscrever nos pilares da retoma e do crescimento. É assumindo corajosamente a Cultura como propulsora do desenvolvimento sustentável de um povo que seremos capazes de encarar enquanto contributo decisivo para uma sociedade mais justa e mais inclusiva.

Nunca, pois, a Cultura, na sua íntima ligação aos valores da liberdade, do respeito e da inovação – e, em simultâneo, da memória que nos consubstancia – nunca, dizia eu, a Cultura terá assumido um papel tão estratégico, tão fundamental, como no duríssimo contexto político, social e económico que atravessamos.

A intervenção do Estado revela-se decisiva nesta dinâmica.

Ao Estado competem, em simultâneo, responsabilidades estruturais e responsabilidades estratégicas. O XI Governo Regional, nesta proposta de Programa que agora analisamos, e como havia apresentado já no seu compromisso eleitoral, pretende, na senda do que tem sido desenvolvido em Legislaturas anteriores, chamar a si umas e outras, com a absoluta consciência de que a especificidade das nossas ilhas, se pode ser superficialmente considerada uma dificuldade pela sua dispersão geográfica, concorre, acima de tudo, para revestir o nosso tecido cultural de uma notável e singular riqueza.

Se não, vejamos:

Ao nível das responsabilidades estruturais, os Açores encontram-se dotados de uma Rede Regional de Museus, guardiões da nossa memória coletiva e mostruários eloquentes da nossa história, bem como de três Bibliotecas e Arquivos Regionais, que oferecem uma base bibliográfica valiosíssima, onde o espólio da nossa matéria cultural e a ponte para outras culturas se encontram ao acesso de todos. Para além disso, muitos têm sido os esforços desenvolvidos na construção e beneficiação de outras estruturas, como sedes de coletividades locais, bibliotecas de iniciativa municipal, espaços museológicos, centros culturais, etc.

Porém, como nem tudo foi feito e largo é ainda o caminho a trilhar, há que continuar, ao nível do Património, a implementação de políticas de preservação e

divulgação do nosso saber cultural e da nossa história, quer pela recuperação de móveis e imóveis com valor patrimonial significativo, quer pela revisão da legislação, quer ainda pela disponibilização *online* dos principais conteúdos culturais das nossas ilhas. Fundamental será também fomentar a inclusão das nossas estruturas e do nosso saber nos roteiros turísticos daqueles que nos visitam, potenciando assim o designado Turismo Cultural.

No que concerne às responsabilidades estratégicas, há que incentivar a criação artística, apoiando de diversas formas (e não apenas pelo tradicional modelo de atribuição de subsídios) os criadores das várias áreas, sejam elas de cariz mais erudito ou mais popular, da poesia à ficção – especialmente quando encontrem as suas raízes na açorianidade –, da dança contemporânea ao folclore, do teatro literário ao teatro popular, da música clássica às bandas filarmónicas. Para tal, e como o Governo bem propõe, será pertinente rever e aperfeiçoar os atuais programas de apoio financeiro, agilizando-os e comprometendo-os com critérios de qualidade devidamente definidos, bem como rever e criar sistemas de apoio à iniciativa privada e proporcionar aos criadores a possibilidade de aderirem a programas de mobilidade cultural, que lhes concedam acesso a vivências interculturais e venham a revelar-se mais-valias, levando longe o nome dos Açores e trazendo novos saberes para a região.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

A Oradora: Porém, para além destas atividades criativas “nucleares”, há que saber estimular igualmente, como o Governo Regional preconiza, a consolidação das chamadas “indústrias culturais” (editoras literárias, edição e distribuição de música, cinema, rádio, televisão e vídeo) e das “indústrias criativas” (arquitetura, moda, design e publicidade, serviços de software), potenciando a emergência de novos produtos culturais e fomentando a criatividade produtiva, com vista a reforçar a Cultura enquanto vetor de desenvolvimento de produtos e serviços inovadores e competitivos, que convirjam para o aumento das taxas de empregabilidade e para a melhoria económica.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

A Oradora: O mercado cultural, se adequadamente valorizado, tem tanto a oferecer à economia açoriana como outros mercados, devendo alistar-se também, como quaisquer outros, nas lógicas subjacentes ao empreendedorismo.

Entendamos, portanto, sem reservas, a cadeia produtiva que a Cultura propicia: criadores motivados originam produtos culturais que, pelas necessidades específicas da sua conceção, se multiplicam em termos económicos, apelando ao trabalho em várias frentes e gerando riqueza efetiva. Por conseguinte, produtos culturais fomentam atividades culturais, como a organização de eventos, que solicitam, para além de agentes e produtores, uma ampla diversidade de comércio e serviços. Ora, facilmente compreendemos, então, que todos estes intervenientes, devidamente encorajados, criam valores consideráveis para a sociedade, caminhando ao encontro de públicos crescentemente exigentes e honrando assim o nosso passado, valorizando este presente que nos é dado viver, e projetando a região num futuro global, que começa neste instante e deve transcender as nossas fronteiras geográficas.

Transcender fronteiras, ou saber integrá-las, é também, como tem vindo a ser prática, fazer circular eventos por todas as ilhas, apoiando a sua realização, rentabilizando recursos e equipamentos e descentralizando, desta forma, a oferta de bens culturais. É também saber trazer até nós criadores e eventos que nos proporcionem importantes momentos de fruição e, (porque não?), de aprendizagem mútua.

Não menos estratégica tem de ser a convergência das políticas culturais com as educativas, como está expresso nesta Proposta de Programa. Públicos rigorosos na sua apreciação são um valor acrescentado para qualquer sociedade, e a sua formação – a formação do seu gosto e da sua exigência – começa na mais tenra idade. Constitui também um instrumento fundamental da democratização da Cultura, no que concerne à produção e ao consumo. A Cultura é feita por todos e para todos. Não é propriedade de elites intelectuais nem dispõe de destinatários estanques. A Cultura é o que de mais democraticamente se inscreve na nossa condição humana e, como tal, deve ser um bem de livre acesso, acima de constrangimentos de ordem social ou económica. Que melhor veículo, pois, para

assegurar a sua circulação, do que o ensino, seja promovendo uma formação artística adequada, seja trabalhando no sentido da inclusão social pela arte?

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Cultura é uma arma.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

A Oradora: Uma sábia arma ao serviço dos povos, uma arma de firme combate à fúria da tecnocracia, à ditadura asfixiante do lucro e do capital.

Deputados Catarina Moniz Furtado, Berto Messias e Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Hoje, mais do que nunca, lutar pela Cultura é lutar pela Humanidade. É lutar por um mundo mais justo, onde mulheres e homens saibam habitar este momento que o calendário lhes concede, e gostem de o habitar, podendo criar e fruir com qualidade, em comunhão consigo e com os outros, em sintonia com a terra, com os animais, com as florestas e os mares, com a pluralidade que os abraça e os torna seres plenos.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Aos açorianos coube, além do mais, a felicidade de usufruir de tudo isto ao alcance da mão, e de poder verter estes privilégios para o tecido criativo. Fazemos, pois, dos Açores, mesmo com os constrangimentos que esta dramática conjuntura financeira nos impõe, um território de Cultura; e da Cultura, com os estímulos adequados a que o XI Governo Regional se propõe, fazemos um terreno de prosperidade, dando prova de que criação, produção, oferta e consumo devem ser – é imperioso que sejam – um direito de todos, e podem configurar – tudo têm para configurar – um evidente proveito para a região.

Lutar pela Cultura hoje é lutar pelas crianças e pelo seu direito inalienável à felicidade, é dotá-las das ferramentas necessárias para que cresçam num mundo íntegro e construam um futuro de sólidos alicerces, onde participem como cidadãos judiciosos.

Porque, como sábia e lapidarmente diz o historiador Victor de Sá, e cito de cor para terminar, «Sem Cultura, o Homem é um vassalo, não um cidadão.»

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo inscrições, dou a palavra ao Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes.

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sendo esta a primeira vez que subo a esta tribuna, quero saudar todos os presentes, desejando a todos um trabalho profícuo e afincado, a favor das nossas 9 ilhas e de todos os que nelas nasceram ou nelas escolheram viver!

Estar aqui e poder participar desta Via Açoriana para o desenvolvimento dos Açores enche-me de satisfação.

Tenho a certeza que, com o contributo de todos os membros do Governo, deputados regionais, autarcas, partidos políticos, empresários, associações e todos os restantes profissionais das várias áreas nos Açores, vamos conseguir levar o nome da Região mais longe, contando também com o contributo imprescindível das famílias açorianas. Pela minha parte estou ao Vosso dispor para essa colaboração.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Economia, Inovação e Desenvolvimento Sustentado são o eixo da dinamização e revitalização de bens transacionáveis para o incremento da capacidade exportadora da Região e para a redução das importações.

Os tempos em que vivemos exigem de nós um processo de reestruturação setorial, marcado por novos modos de organização que virão, a breve trecho, a constituir-se como motores de crescimento, em todos os setores de atividade económica.

Em qualquer economia do mundo os transportes são um setor fundamental ao desenvolvimento e os Açores não fogem à regra, por maioria de razão.

A 900 milhas náuticas do Continente europeu e cerca de 2.000 milhas náuticas dos EUA, a diminuição dos custos de contexto decorrentes dos transportes é essencial para um aumento da competitividade das empresas regionais e do bem-estar das famílias pelo conseqüente aumento do seu poder de compra.

É imprescindível a coordenação dos transportes terrestres, aéreos e marítimos de passageiros, sendo necessário dispor de um Plano Integrado de Transportes a aplicar, progressivamente, em todas as ilhas.

No contexto dos transportes terrestres há que manter a qualidade da rede viária e a segurança do tráfego rodoviário.

A eficiência do transporte marítimo, quer de passageiros quer de mercadorias, é também um fator essencial para a competitividade da economia dos Açores.

Se é certo que o sistema atualmente vigente apresenta uma boa regularidade de ligações a todas as ilhas dos Açores, entendemos que o custo é ainda demasiado elevado para que exista uma saudável competitividade da economia.

Ao nível do transporte marítimo de passageiros inter-ilhas, queremos racionalizar o sistema, passando para uma gestão integrada das duas empresas (Atlânticoline e Transmaçor), consubstanciada por uma fusão que permitirá as desejáveis economias de escala e uma maior otimização dos resultados operacionais. Iremos igualmente concluir o processo de construção dos dois navios de transporte misto de passageiros e viaturas.

Queremos aumentar a concorrência no setor. Para isso há que legislar, para criar o Tráfego Regional como forma de dinamizar os operadores inter-ilhas, permitindo liberdade de circulação em todo o arquipélago; e implementar um circuito regular de passageiros e mercadorias, pela empresa da Região, em sistema de carga rodada, entre as ilhas do Grupo Central, e com um tarifário equilibrado que sirva de regulador do mercado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual mercado? Monopólio!

O Orador: Queremos integrar a ilha do Corvo no sistema, promovendo a manutenção das concessões de transporte marítimo de passageiros e mercadorias das Flores para o Corvo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Ambicionamos a diminuição dos tempos de entrega nos mercados exportadores, promovendo junto dos armadores privados da cabotagem a adequação das rotas de entradas e saídas diretas dos principais portos da região.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A partir de?

O Orador: É ainda fundamental integrar a Região nas redes de transportes marítimos internacionais. Para tal temos de promover junto da União Europeia o nosso posicionamento geográfico como ativo essencial para a construção de uma rede transeuropeia de transportes mais eficiente como ação preparatória da construção de uma plataforma logística internacional de apoio ao comércio marítimo.

Relativamente aos transportes aéreos, o sistema em vigor apresenta uma muito boa regularidade e fiabilidade de serviço, mas ainda enferma de custos elevados para os utilizadores e para a Região.

As Obrigações de Serviço Público para as ligações ao Continente apresentam potencial de diminuição dos preços dos bilhetes, bastando para isso a abertura do setor, ainda que regulada, a outros operadores que tragam para o mercado agressividade comercial e salutar concorrência, com benefícios claros para os utentes.

A este propósito aguardamos com expectativa a resposta do Governo da República à proposta de alteração das Obrigações de Serviço Público que lhe foi apresentada.

Este novo modelo terá que manter as atuais *gateways* e o sistema de subsídio dos encaminhamentos, impondo simultaneamente um maior número de ligações diretas ao Porto.

Queremos também introduzir uma aeronave dedicada que permitirá a regularidade no transporte de bens e a flexibilidade de preços no mercado Continente-Açores, assim possibilitando que sejam praticadas tarifas mais baixas no transporte de carga.

No inter-ilhas, procuraremos diminuir os custos das passagens pela revisão das respetivas Obrigações de Serviço Público, bem como, no que diz respeito à carga, praticar tarifas mais baixas para os produtos frescos com origem e destino às ilhas de coesão.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O turismo constitui um dos pilares da economia dos Açores pelo seu papel na geração de riqueza e na criação de postos de trabalho.

Nos últimos anos, fez-se um percurso assinalável ao nível da disponibilidade de estruturas e serviços da indústria do turismo. A aposta na qualidade dos mesmos, resultado da conjugação do investimento público realizado com a capacidade empreendedora dos açorianos foi uma aposta ganha.

No entanto, a evolução extremamente positiva que se vinha verificando no setor foi seriamente afetada pela crise financeira e económica que assolou os principais mercados emissores de turismo para a Região, em especial o mercado nacional.

Assim, o futuro apresenta grandes desafios e obriga a novas estratégias para a afirmação do destino Açores e para o incremento de receitas que garantam a sustentabilidade do setor.

Teremos de apostar no conhecimento do posicionamento do nosso destino junto dos principais mercados e das suas tendências de procura, permitindo que a oferta se flexibilize e se adapte o produto às necessidades e desejos de cada mercado alvo.

Como tive a oportunidade de afirmar recentemente em Angra do Heroísmo, na sessão de abertura das IV Jornadas de Reflexão de Animação Turística, não podemos entender o Turismo de uma forma isolada do meio, sendo facto inquestionável que o destino Açores assenta sobretudo na particularidade do seu universo geográfico, na diversidade dos recursos naturais, na excelência da paisagem natural e humanizada e na identidade das suas expressões culturais, designadamente a que se traduz no valioso património material e imaterial presente nas nossas ilhas.

Mas o desenvolvimento do Turismo nos Açores é indissociável das acessibilidades aéreas e marítimas. Assegurar a redução dos preços das passagens aéreas e o desenvolvimento de parcerias estratégicas para abertura de novas rotas em mercados em expansão, mantendo os níveis de eficiência da transportadora aérea Açoriana, constitui sem dúvida um objetivo estratégico deste programa.

Temos um conjunto ambicioso de objetivos programáticos para prosseguir – são eles a consolidação de mercados emissores e a conquista de mercados potenciais; o incremento da cadeia de valor do Turismo; a promoção da empregabilidade no setor; a coordenação da oferta de transportes aéreos e marítimos com a hoteleira; e ainda a promoção da utilização das novas tecnologias na distribuição do produto.

Para tanto, elegemos um conjunto de medidas, das quais destaco: concentrar a promoção do destino Açores na ATA, medindo claramente o retorno de cada ação promovida; rever o Plano de Ordenamento Turístico da Região; consolidar o segmento natureza, através do desenvolvimento de produtos turísticos que explorem as potencialidades naturais e culturais de todas as ilhas; consolidar os nossos principais mercados emissores; captar o mercado não étnico dos EUA e do Canadá; reforçar o esforço de angariação dos cruzeiros temáticos e de eventos de projeção nacional e internacional; potenciar o aumento da receita por quarto; promover a requalificação do edificado hoteleiro ajustando-o à procura; promover a formação profissional geral, especializada e contínua dirigida aos profissionais do setor; conciliar a utilização dos transportes aéreos e marítimos, em pacote, e flexibilizar as correspondentes tarifas, com a introdução do conceito *last minute*; apoiar a criação de operadores turísticos *online* regionais e promover, apoiando, a associação dos diferentes *players* turísticos açorianos a centrais de reservas internacionais *online*.

Vivemos um novo tempo.

O setor da construção, apesar das dificuldades conjunturais que atravessa, em particular devido à quebra do investimento privado e do financiamento bancário, continua a ser um dos setores chave da economia açoriana.

Os ajustamentos são inevitáveis e a diversos níveis, mas deverão convergir num objetivo central: alcançar um desenvolvimento sustentado do setor que o torne

menos permeável a fatores exógenos como aqueles que agora o afetam grandemente.

É preciso ter presente que, apesar de aqui e ali ainda serem necessários investimentos em infraestruturas físicas, o ciclo das grandes obras públicas terminou, não apenas porque os recursos existentes são menores do que anteriormente, mas também porque ao longo dos últimos dezasseis anos foi realizado um enorme investimento, com elevado padrão de qualidade, em infraestruturas e equipamentos coletivos, nomeadamente ao nível da rede viária, portuária, aeroportuária, hospitalar e escolar.

Não se pode construir o que já está construído.

Assim, de um modo geral, nesta legislatura a tendência será manter as infraestruturas construídas e requalificar o património.

Para cumprir este desígnio, e tendo em consideração a extrema necessidade de otimizar e racionalizar os recursos financeiros existentes, o Governo empenhar-se-á na elaboração da CARTA REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS.

Esta carta é um documento, sujeito a revisão periódica, onde se enunciarão as obras a realizar na presente legislatura, a sua distribuição geográfica, os montantes e a duração estimados. Contribuiremos assim para a criação de um instrumento de apoio ao planeamento e gestão estratégica das empresas do setor da construção.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nos últimos anos assistiu-se a um crescente investimento no desenvolvimento tecnológico, o qual foi enquadrado no Plano Integrado para a Ciência, Tecnologia e Inovação (PCTI).

Com base na experiência adquirida com o PCTI foi possível criar o regime jurídico do Sistema Científico e Tecnológico dos Açores (SCTA), recentemente aprovado nesta Assembleia. Este novo regime disciplina o quadro normativo aplicável às entidades que se dedicam ao desenvolvimento tecnológico e inovação e promoção das TIC na Região e agrega um sistema de atribuição de incentivos financeiros, denominado de PRO-SCIENCIA, que dedica uma atenção especial à investigação e à inovação em contexto empresarial, incluindo ações que visam,

nomeadamente, facilitar a constituição de novas empresas de base tecnológica com elevado potencial de crescimento, promovendo a transferência de conhecimento para o mercado e apoiando a conversão de ideias em inovação.

A constatação da importância da inovação e do empreendedorismo na construção da sociedade do conhecimento levou à elaboração do Plano Estratégico para o Fomento do Empreendedorismo na Região. O seu cumprimento permitirá dotar os Açores de um instrumento que permita, de uma forma informada e organizada, agir sobre os principais fatores estruturantes para o estímulo da atividade empreendedora. Um desses fatores é a existência de infraestruturas tecnológicas e de incubadoras de empresas.

Acresce que a Região, pela sua localização geográfica, tem vindo também a integrar diversas infraestruturas tecnológicas, nomeadamente estações dedicadas ao espaço e à observação da Terra, à climatologia, à deteção de ensaios nucleares.

No programa do Governo, a tecnologia, no sentido lato, apresenta-se como fator central para o nosso desenvolvimento e como chave para o surgimento de novas áreas na nossa economia, ou seja, para desenvolver na nossa sociedade outras competências empresariais.

Como área autónoma da governação, a tecnologia deve ser encarada como fator que potencia o empreendedorismo e, por esta via, cria valor e gera emprego nos Açores.

Fruto do desenvolvimento da nossa sociedade, os Açores possuem recursos humanos que sustentam esta ambição: transformar os Açores numa região tecnologicamente avançada e tecnologicamente integrada. Contudo, teremos de percorrer um longo caminho até termos essa integração num patamar que possa, de facto, criar tal riqueza.

Por outro lado, a tecnologia é transversal a várias áreas de atividade económica, ou seja, não nos podemos cingir apenas ao que é o senso comum – tecnologias de informação e comunicação. Se, por um lado, a tecnologia está associada à ciência, pois pode ser o resultado desta ou servir para transferir conhecimento produzido, por outro é a combinação do conhecimento com recursos de modo a produzir bens

transacionáveis. Em sentido lato, tecnologia é o encontro entre a ciência e a engenharia.

Como âncoras da ação do Governo nesta área teremos os parques tecnológicos de São Miguel – o NONAGON –, já em fase de construção, e da Terceira, em fase de desenvolvimento.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Em fase de?

(Risos do Deputado Artur Lima)

O Orador: Contudo, o desafio dos parques tecnológicos passa principalmente pela sua rentabilização e não pela sua construção. É neste ponto crítico que empenharemos as nossas forças, de modo a que estes instrumentos possam ser, de facto, alavancas económicas e potenciadoras da geração de emprego qualificado.

Ancorados nos parques tecnológicos, daremos início ao estabelecimento do programa “Start-up Azores” que, com instrumentos financeiros e logísticos criados para o efeito, visa captar empreendedores qualificados, dando especial ênfase à instalação nos respetivos parques.

Por outro lado, desenvolveremos o programa “Incuba Açores”, direcionado para a instalação de novas empresas de base tecnológica e das indústrias criativas, devidamente articulado com o *Business Innovation Center* (BIC) Azores, a instalar igualmente nos referidos parques tecnológicos. Esta dinâmica deve ser devidamente alicerçada na instalação de empresas/unidades âncora que permitam potenciar o desenvolvimento do negócio.

A nossa ambição é colocarmos os Açores na rota da economia do conhecimento e do desenvolvimento tecnológico. Neste sentido, e no âmbito da ação do Governo, daremos prioridade ao estabelecimento de ações de captação de empresas nacionais ou estrangeiras, aproveitando o *know how* disponível da rede *Prestige*.

Não menos importante, um dos vetores de atuação o Governo será o de pugnar pela implementação em todas as ilhas das mais avançadas tecnologias de comunicação de voz e dados ao menor custo possível para o utilizador, tendo consciência do seu contributo para tornar os Açores numa região socialmente mais integrada e justa.

No setor elétrico, um dos mais importantes para o nosso desenvolvimento, queremos dar um novo impulso e, através dele, incentivar o tecido empresarial dos Açores, aliado, claro está, ao bem-estar das famílias açorianas.

Na Região, como sabemos, existe uma tarifa que é competitiva e estável e, por isso, manter esta discriminação positiva constitui um desafio do qual não abdicaremos.

Depois de introduzir tarifas “bi e tri” horárias e de produzir legislação que privilegiou as aproximações habitacionais energeticamente racionais, é tempo do Governo dar um importante passo, com a disponibilização de análises de eficiência energética a baixo custo aos lares e aos empreendimentos interessados.

Para além da componente estritamente ambiental, esta abordagem justifica-se, do mesmo modo, do ponto de vista orçamental, dados os custos destas ineficiências para o orçamento regional.

De entre os vários objetivos programáticos a que nos propomos prosseguir – e são eles o desenho das redes para maximização dos centros produtores a partir de fontes de energia renováveis; o incremento do uso das energias alternativas; a racionalização do uso energético;...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A racionalização está feita: cortam a luz!

O Orador: ... e ainda a revisão do quadro regulatório regional – elegemos um conjunto de medidas que as Senhoras e os Senhores Deputados puderam ler no documento que agora estamos a debater, das quais destaco a abertura de concessões para a exploração de recursos endógenos para a produção de eletricidade; a consolidação da implementação dos programas de sensibilização para uma utilização racional da energia elétrica e para a requalificação do edificado açoriano para parâmetros de maior eficiência energética; a implementação de um sistema permanente e regular de diagnóstico do balanço energético da Região desagregado por ilha; a diversificação da base energética; o fomento e o apoio a iniciativas privadas que utilizem as espécies invasoras como fonte de biomassa; o reforço da eficiência energética na iluminação pública;...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O reforço?

O Orador: ... o apoio à análise da eficiência energética em estruturas.

No que toca aos combustíveis, é necessário consolidar a capacidade de armazenamento, aumentar a concorrência no setor e diminuir os custos de transporte e das importações de combustíveis líquidos e gasosos. Para tanto, contamos rever e clarificar o quadro normativo, redesenhar o sistema logístico de abastecimento e incentivar a utilização progressiva de veículos elétricos e a substituição de aparelhos a gás por equipamentos elétricos.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O nosso trabalho não é fácil. Fatores competitivos intrínsecos como o desemprego ou outras adversidades podem influenciar o nosso caminho, porém estamos cá para superá-los, com a dinâmica de novos modelos de negócios, novos processos, novas tecnologias, novos processos resultantes da criatividade, da imaginação e da inovação que deve ser constante.

Este é o caminho que queremos trilhar para nos desenvolvermos mais, para sermos mais do que aquilo que somos, para nos renovarmos mais e continuarmos a merecer a confiança dos Açorianos.

Os requisitos são a força da nossa ambição para sair do lugar-comum e levar a nossa melhor participação aos mercados e ao mundo.

Estão connosco os criativos, os que sonham e inovam, os que não se restringem a produtos, a serviços e a tecnologias simplificadas. Queremos correr riscos, ultrapassar barreiras, chegar aonde devem chegar todos os Açorianos: ao maior sucesso.

Precisamos de todos para isso.

Vamos a isso. Viva os Açores.

Disse.

Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (Sérgio Ávila): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito bem.

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, não sem antes lhe dizer que, mesmo com a tolerância que é da praxe da Mesa conceder, terá que ser breve na sua intervenção.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quero aproveitar esta oportunidade para desejar ao Sr. Secretário Vitor Fraga um grande desempenho. Tenho a certeza absoluta que tem todas as condições pessoais para o poder fazer e as maiores felicidades no âmbito das competências muito alargadas que possui no âmbito da orgânica do Governo.

Não tenho muito tempo, como a Sra. Presidente acabou de referenciar e, portanto, vou já fazer a pergunta que tem a ver com a preocupação que aliás o Sr. Secretário referenciou e expressou no seu discurso, que tem a ver com a extensão do cabo de fibra ótica ao Grupo Ocidental, que é uma matéria absolutamente estratégica para o desenvolvimento do Grupo Ocidental, das ilhas das Flores e do Corvo.

Portanto, tem sentido. O que lhe peço é uma informação sobre a situação em que se encontra a execução desta obra, os prazos que são previsíveis neste momento e a informação que o Governo Regional tem em relação a esta matéria.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Conseguiu cumprir na íntegra o seu tempo.

Sendo assim, passava a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O meu tempo também é escasso, mas não me vou inibir de saudar também o Sr. Secretário Regional Vitor Fraga e desejar-lhe sucesso no trabalho que tem.

Duas questões muito telegráficas que têm a ver com um objetivo, com a diminuição dos custos das passagens aéreas.

A solução que o Governo coloca para as ligações com o exterior tem a ver com a abertura, ainda que regulada, do mercado. Isto coloca-me alguma preocupação,

designadamente ao nível da sustentabilidade financeira da SATA e, portanto, gostaria de ver esta questão melhor esclarecida.

Depois em termos do inter-ilhas a solução que é apontada, a medida, é a revisão das obrigações de serviço público e a pergunta é: se isto significa menos voos inter-ilhas ou se significa um aumento do valor da comparticipação à SATA AIR Açores?

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Para pedir esclarecimentos, dou a palavra ao Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este assunto já tinha sido tratado na última legislatura, mas, como sabe, o relatório da IGF sobre a EDA diz o seguinte: “A Região Autónoma considera esta participação na EDA [participação da Região Autónoma na EDA] como não estratégica, tendo dado em 2011 instruções ao Conselho de Administração da EDA para iniciar o processo com vista à alienação da maior parte destas participações no grupo.”

De acordo com as informações que obtive a IGF, que foram transmitidas, encontra-se em fase final o processo de avaliação da participação de 50,1% na EDA.

No Programa do Governo é referido, na sua página 34, que “no âmbito da racionalização e eficiência da administração regional” uma das medidas é precisamente reduzir em 50% o número de empresas públicas e participadas da Região, relativamente ao existente nesta data.

A pergunta é simples e óbvia: a EDA é ou não uma empresa estratégica? Está ou não incluída na redução das participações que a Região tem quando é mencionada essa redução em 50%?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Miguel Costa.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo dos Açores, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sendo a minha primeira intervenção nesta casa, permitam-me saudar de forma especial todos os presentes.

Os tempos de hoje são manifestamente diferentes dos de ontem pelos motivos que todos conhecemos.

Hoje somos confrontados com novos desafios no turismo e transportes e, por isso, no âmbito da clara intervenção do Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, permitam-me colocar duas questões.

Nos transportes aéreos assistimos a uma aposta ganha na criação de tarifas promocionais e, por isso, gostaria de saber qual a evolução programática nesta matéria, nomeadamente se são para continuar, inclusive, reforçar?

No turismo, considerando os constrangimentos em diversos mercados emissores, gostaríamos de saber qual a estratégia para uma cada vez mais eficiente promoção do destino Açores?

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, quando aqui apresentei na outra legislatura uma proposta para o abaixamento de tarifas aéreas, nomeadamente, que a SATA abolisse a taxa de combustível – aliás, a empresa onde o senhor era administrador – foi aqui dito, pela bancada do Partido Socialista, que não podíamos pôr em causa a sustentabilidade da empresa SATA.

O que é engraçado é que os senhores não queriam abdicar de 62€, mas agora estão dispostos a abdicar de 86 da indemnização compensatória. E fazendo uma conta simples percebe-se que isto que aqui vem por aqui abaixo...

Não percebo se o senhor está a falar de tarifas, se de passagens. Se é de tarifa, Sr. Secretário, a tarifa atualmente em vigor é 199€ nas obrigações de serviço público. Se o senhor lhe retirar os 62€ é só fazer a continha e dá exatamente o mesmo valor que os senhores têm aqui, sem as manigâncias e os malabarismos todos que os senhores aqui têm para chegarem a esse valor: 199 menos 62 e dá o valor que os senhores têm aqui.

E mais! Com a vantagem da SATA receber a indemnização compensatória.

Ainda mais essa vantagem e, portanto, o que os senhores têm aqui não passa de mera cosmética e vamos entender se é tarifa, se é passagem, porque quando o senhor fala em 134€ como valor máximo, atrás o senhor fala em tarifa. São duas coisas diferentes.

Outra pergunta: qual é o porto dos Açores que os senhores pretendem integrar nas redes transeuropeias de transportes?

Devia estar aqui bem definido, mas não está.

Depois, Sr. Secretário, há aqui outra coisa absolutamente curiosa. É que nos últimos dois programas do Governo, o Governo assumia que ia construir a nova placa de estacionamento civil da aerogare das Lajes (não é do aeródromo, não há aeródromos nas Lajes).

Afinal de contas, neste Programa do Governo, vemos que vai ser o Ministério da Defesa Nacional.

Em que é que ficamos? Mudaram de ideias? Quem é que é o responsável?

Isso é que interessa ver.

Depois, Sr. Secretário, relativamente à SATA AIR Açores. O senhor pretende implementar tarifas que tratem de igual modo todos os açorianos e no mesmo patamar? Ou continua a diferenciar e a discriminar açorianos conforme a ilha em que vivem?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, por falta de tempo apenas duas perguntas.

Primeira: Plano Integrado de Transportes.

Durante 4 anos o Bloco de Esquerda solicitou a elaboração deste plano ao Governo Regional. Durante 4 anos foi prometido. Ao fim de 4 anos não foi apresentado, mas agora vem consignado neste Programa do Governo.

A pergunta é inevitável: é desta? A sério? Compromete-se? Vamos ter um Plano Integrado de Transportes na nossa Região?

Segunda pergunta: abaixamento das tarifas aéreas, pela lógica, ou através da lógica da concorrência.

Quando falamos em concorrência falamos em flexibilizar o mercado de acordo com o vocabulário utilizado e, portanto, a introdução das *low cost*.

As perguntas são: a quantas ilhas e a quais é que vai chegar esta concorrência ou estas *low cost*?

O Governo sabe ou ainda não sabe?

Outra pergunta: como é que resolve o problema das viagens inter-ilhas no sentido de desenvolver e dinamizar a nossa economia? É com as *low* ou é com as *high cost*?

E as mercadorias também vão de *high* ou vão de *low cost*?

Gostaria de ver esclarecidas estas questões.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Para um pedido de esclarecimento, dou a palavra ao Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os anos passam e a discussão continua a ser a mesma.

Deputado Nuno Alves (CDS-PP): Porque ainda não resolveram o problema!

O Orador: Aliás, esta discussão dos transportes aéreos foi profundamente feita durante a campanha eleitoral, onde finalmente todos os partidos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E antes?

O Orador: ... puderam apresentar as suas propostas (e antes, também é verdade, até na campanha eleitoral sobre os transportes aéreos, sobre a baixa das tarifas aéreas, sobre a melhoria das acessibilidades propriamente ditas), mas independentemente de todas as críticas e de toda a discussão que possa ser feita, é inegável...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tarifas ou passagens?

O Orador: ... que nos últimos 16 anos as acessibilidades aéreas aos Açores têm vindo a melhorar, quer ao nível da frequência, da qualidade e do seu custo.

Se olharmos hoje para as tarifas que nos servem, dos Açores para o continente, ao abrigo das obrigações de serviço público, é inegável que mesmo feita a devida atualização de preços, que as passagens hoje continuam a ser mais baratas e pesar menos no rendimento das famílias do que pesavam há 16 anos.

Também é inegável que as tarifas aéreas têm vindo a ser reduzidas, substancialmente reduzidas, ao nível do seu serviço inter-ilhas, das obrigações de serviço que nos permitem ter as viagens acessíveis e a preços minimamente acessíveis para os passageiros.

(Risos do Deputado Artur Lima)

Mas também é verdade que o Partido Socialista e o Governo por ele suportado nunca se conformaram com o trabalho que tem vindo a ser feito.

O nosso objetivo foi sempre ir mais longe ao nível do serviço, da qualidade.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E o pedido de esclarecimento, Sr. Deputado?

O Orador: Sr. Deputado, muito obrigado!

Nós apresentámos todo um conjunto de propostas que visam exatamente baixar e conseguir concretizar os nossos objetivos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não foi isso que foi anunciado!

O Orador: Por acaso, ou curiosamente sempre ignorada por algumas bancadas aqui presentes, é a proposta de obrigações de serviço público presente ou entregue

ao Governo da República. Interessa saber (e é esta a pergunta que faço diretamente ao Sr. Secretário do Turismo e Transportes) qual é a situação...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é necessário baixar as tarifas aéreas. O que é necessário é aplicar as *low cost*! Isso é que é necessário!

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): E exigente!

O Orador: ... em que se encontra a discussão entre o Governo Regional e o Governo da República, para nós finalmente podermos implementar o modelo que temos vindo a defender nos últimos anos?

Deputado Aníbal Pires (PCP): O Sr. Secretário disse na sua intervenção. Estava distraído!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Dou a palavra ao Sr. Deputado João Bruto da Costa para um pedido de esclarecimento.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, 3 sucintas perguntas sobre a ilha Graciosa.

Certamente V. Exa. estará a par daquilo que tem sido uma reivindicação já antiga dos graciosenses, relativamente aos horários praticados pela SATA AIR Açores e a importância que estes têm, quer para mobilidade dos graciosenses, quer para a vinda de turistas. Aliás, ainda a semana passada o novo diretor do hotel da Graciosa, numa entrevista, dizia precisamente que o maior entrave ao turismo na Graciosa era os horários praticados pela SATA.

Gostava de saber a perspetiva do Sr. Secretário quanto ao futuro e às alterações possíveis que venham a beneficiar os graciosenses nesta matéria?

Também em relação a uma obra que tem sido anunciada pelo Governo Regional (inclusivamente foi posto um cartaz em plena pré-campanha eleitoral junto à Barra, na ilha Graciosa), a obra da marina da Barra, que é uma obra que tem sido esperada pelos graciosenses.

Quais as perspetivas do Sr. Secretário para o começo desta obra na Graciosa?

Também relativamente a uma parceria entre a EDA e a Younicos, relativamente à eficiência e à produção energética na Graciosa, através de energias alternativas, segundo creio, até 70% do total de energia consumida na ilha Graciosa.

Quais são as perspetivas que o Sr. Secretário tem relativamente a esta matéria e quando é que a Graciosa pode ambicionar ser uma ilha verde?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra ao Sr. Secretário para prestar esclarecimentos.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Satisfaz-me o facto desta Assembleia demonstrar um grande interesse por um conjunto de temas...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é de agora!

O Orador: ... que acho que são fundamentais e determinantes para o nosso futuro e queria mais uma vez, e antes de passar a responder às questões que me foram aqui colocadas, reiterar a minha disponibilidade para trabalhar em conjunto com todos vós, todos os grupos parlamentares aqui presentes, toda a sociedade dos Açores para, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu já tentei, mas os senhores não querem!

O Orador: ... encontrarmos as melhores soluções que nos permitam almejar um futuro mais promissor para a Região.

Relativamente à questão levantada pelo Sr. Deputado, Dr. Paulo Estêvão, no que concerne à ligação de fibra de ótica para o Grupo Ocidental, tal como tive oportunidade de referir há bocadinho na minha intervenção de tribuna, a conectividade de dados e voz entre todas as ilhas dos Açores, dotando-as daquilo que mais evoluído existir, é uma prioridade deste Governo.

O cabo de fibra ótica está em processo de instalação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso já era na legislatura passada!

O Orador: A passagem efetiva de cabo, pela informação que temos do dono da obra, iniciar-se-á em março e a conclusão prevista é para outubro de 2013.

Julgo que a sua questão está respondida.

O Sr. Deputado Aníbal Pires mostrou a sua preocupação pela abertura do espaço aéreo, ainda que regular, e quero dizer-lhe que esta abertura...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Os efeitos da sustentabilidade financeira!

O Orador: ... e esta regulação têm como principal objetivo defender um serviço de elevada qualidade para os Açores e para os açorianos.

Na perspetiva da SATA (e a sua questão centrou-se na perspetiva da SATA), é evidente que a SATA terá que fazer, no âmbito das novas obrigações de serviço público, um reajustamento da sua operação de forma a ser uma empresa sustentável.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Não é! Então não é!

O Orador: Isto é uma questão que temos que ter todos presente. As medidas não ser podem avulso. São medidas que terão que ser integradas entre todos os *players* do mercado. Ao abrir-se o espaço e a haver concorrência, necessariamente alterando as atuais obrigações de serviço público,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é necessário!

O Orador: ... a SATA terá condições para desempenhar a sua função de uma forma diferente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tal como na Madeira!

O Orador: Relativamente às ligações inter-ilhas e à revisão das obrigações de serviço público. A nossa principal preocupação é manter a qualidade, a regularidade, a fiabilidade do serviço.

Queremos continuar a disponibilizar a todas as ilhas a conetividade necessária e suficiente para que possa haver uma movimentação normal entre todos nós.

O Sr. Deputado Jorge Macedo referiu a questão da alienação do capital social da EDA.

Com os dados atuais, e tal como já teve oportunidade de dizer o Sr. Presidente do Governo, não vemos necessidade que isso aconteça. Portanto, julgo também que essa questão já tinha sido respondida.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Há muito tempo! O Sr. Deputado Jorge Macedo tem andado distraído!

O Orador: Não vale a pena evoluir mais com ela.

O Sr. Deputado Miguel Costa referiu as tarifas promocionais e qual a evolução pretendida.

Posso dizer-lhe, a título de informação, que tivemos um incremento na oferta de tarifas promocionais, de 2011 para 2012, de 8%, mas que tivemos um incremento de 149% nas tarifas promocionais utilizadas.

Aquilo que temos previsto a este nível e aquilo que queremos é fomentar cada vez mais a utilização de tarifas competitivas que permitam a deslocação dos açorianos para o exterior e que canalizem fluxos turísticos para a Região.

Quanto à estratégia mais eficiente na promoção do destino Açores.

Nós temos como principal objetivo, neste momento, profissionalizar a promoção do destino. Ou seja, aquilo que nós queremos é concentrar a promoção do destino Açores numa única entidade, a saber a ATA, e esta terá como principal e única missão promover junto dos mercados emissores o destino, quer dos mercados maduros, quer dos mercados emergentes.

Só que isto não se faz de uma forma isolada. Este é um setor que, para termos sucesso, tem que haver um alinhamento de todos os *players* do mercado. Não é o Governo que só por si põe turistas nos Açores. Têm que ser todas as entidades envolvidas no setor do turismo a trabalhar neste sentido único.

Passa pela reformulação permanente e adaptação do produto, passa por garantirmos melhor conectividade para os Açores, passa por um conjunto de serviços adicionais que temos que disponibilizar a quem nos visita para não fomentarmos apenas a vinda uma vez das pessoas cá, mas de termos *repeaters*, porque isto é que vai solidificar o destino. É este o caminho que queremos seguir.

Paralelamente, queremos dar um passo muito importante, que é sair do mercado étnico nos Estados Unidos e no Canadá. É um passo que será determinante para o futuro para atingirmos os nossos objetivos de incremento dos fluxos turísticos para a Região.

Ao Sr. Deputado Artur Lima, que é um repete nestas andanças e neste tema das passagens, queria dizer-lhe que há aqui uma diferença substancial entre aquilo que

existe atualmente e aquilo que está proposto na revisão das obrigações de serviço público.

O que nós temos atualmente é um valor fixo de 199€. O que está proposto é o máximo de 134€. São coisas diferentes, Sr. Deputado.

Relativamente à questão colocada de qual o porto que se pretende integrar na rede transeuropeia de transportes, é o porto da Praia da Vitória.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah!

Deputada Zuraida Soares (BE): Ficou contente!

O Orador: Relativamente à SATA AIR Açores, se vamos diferenciar entre ilhas.

Este Governo irá pugnar por criar igualdade entre todos e combater essas desigualdades.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Como?

Deputado Luís Garcia (PSD): Não há desigualdades!

O Orador: É isso que nós faremos. É isso que faremos igualmente no decorrer das obrigações de serviço público da SATA AIR Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é muito básico!

O Orador: A Sra. Deputada Zuraida Soares colocou a questão do Plano Integrado de Transportes.

É um objetivo e eu habituei-me, na minha vida, a quando tenho objetivos lutar para os conseguir.

Aqui vou fazer o mesmo. Portanto, o Plano Integrado de Transportes é um objetivo que vamos perseguir e vamos conseguir atingi-lo.

Depois, referiu novamente a baixa das tarifas aéreas e a entrada das *low cost* no mercado.

As obrigações de serviço público permitem a entrada de outros operadores. Será o mercado a ditar os destinos para onde esses operadores irão voar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! O mercado!

O Orador: Relativamente à questão levantada sobre as mercadorias, também é claro que iremos introduzir uma aeronave dedicada para o fazer, criando regularidade e flexibilizando o preço.

O Sr. Deputado Francisco César levantou a questão sobre o ponto de situação das obrigações de serviço público.

O Governo endereçou as mesmas ao Governo da República e, neste momento, aguardamos que o Governo da República se pronuncie sobre as mesmas. Até ao momento tal não aconteceu.

A única coisa que sabemos é que isto não é um assunto prioritário para o Governo da República. Talvez o Sr. Deputado Artur Lima e os Srs. Deputados da bancada do PSD...

Deputado Luís Garcia (PSD): Os Srs. Deputados do PSD não são governo!

O Orador: ... consigam intervir junto do Governo da República para que tornem os Açores uma prioridade, porque até ao momento não houve qualquer reação, nem qualquer indicação sobre a proposta de revisão apresentada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não precisa! Isso é demagogia pura!

O Orador: O Sr. Deputado Bruto da Costa colocou questões específicas sobre a Graciosa.

Relativamente aos horários praticados pela SATA, é um assunto que nós já demos indicações à própria empresa para estudar uma otimização relativamente às rotas, porque aquilo que se pretende é criar interligação entre os horários da SATA AIR Açores, da SATA Internacional e conjugá-los com os operadores de transportes marítimos.

Quanto às energias alternativas a aposta é para se manter e se reforçar.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já agora a marina!

Deputado Aníbal Pires (PCP): E a marina da Barra?

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, muito obrigado pelos seus esclarecimentos, mas vamos lá ver se nos entendemos.

Eu fiz-lhe aqui uma conta que é certa e lógica. A tarifa atual é 199€. O senhor tire os 86 e diga-me lá quanto é que dá? Veja lá se não dá os seus 134.

Portanto, não é necessário alterar as obrigações de serviço público para baixar as tarifas na TAP e na SATA. Ponto. Ninguém é capaz de rebater isso. Ninguém!

Os senhores querem alterar as obrigações de serviço público é para a indemnização ser dada ao passageiro, porque querem trazer para os Açores *low cost*. Ponto.

Deputado Francisco César (PS): E há algum problema nisso?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Há sim senhor! Porque põe em causa a sustentabilidade da empresa açoriana!

O Orador: Quero é saber em que condições todos os açorianos terão acesso a essas companhias. Isso é que quero saber. Quanto aos reencaminhamentos é falso que o Governo os pague.

Vou dar-lhe um exemplo: um passageiro das Flores que queira ir a Londres, Sr. Secretário, paga, por exemplo, 407€; um passageiro de Ponta Delgada paga, Sr. Secretário, (497€ paga o florentino) 408. Quem pagou o reencaminhamento foi o passageiro se quis ir a Londres, Sr. Secretário, mas acrescente-lhe mais 100€ para ele dormir uma noite para cá e uma noite para lá em Ponta Delgada. Isto é discriminar açorianos. Como é que o senhor vai corrigir isso?

E já agora mais uma pergunta: se quer alterar as obrigações de serviço público para a indemnização ser dada ao passageiro nos voos dos Açores para Lisboa, altere também para os sessenta e tal euros o que a SATA recebe de indemnização por cada passageiro dos Açores...

Deputado Francisco César (PS): O modelo é diferente!

O Orador: ... (porque recebe 23 milhões de euros). Altere para que o passageiro açoriano receba também essa indemnização compensatória e assim, se for tudo justo, tudo igual, estamos conversados; se não for, os senhores não estão a ser corretos.

Já agora uma correção, Sr. Secretário, eu não sou repetente nestas matérias, sou um lutador insistente e persistente.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Violinos, violinos!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Foi referido neste plenário pelo Sr. Deputado Artur Lima que o Partido Socialista queria era introduzir *low cost* nos Açores.

Oh Sr. Deputado, é verdade!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, é?

O Orador: Nós queremos liberalizar ou flexibilizar o modelo, de forma a que haja mais concorrência.

É alguma coisa que já não tivéssemos dito?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Disseram!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Grande cambalhota!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Um flic-flac!

O Orador: Mas também queremos dar condições, em primeiro lugar, para que os nossos residentes se sintam protegidos; tenham acesso a tarifas mais baixas, tarifas promocionais mais baixas, ... **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isso é falso!

O Orador: ... tenham a possibilidade de ter mais lugares disponíveis e tenham uma tarifa base que não seja ultrapassada, para não acontecer como no modelo da Madeira, onde o residente pode pagar 600€ na altura do Natal.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Onde a SATA perdeu 6 milhões de euros!

O Orador: E depois vem o Sr. Deputado dizer a esta sala, quando nós falávamos das obrigações de serviço público e do Governo não nos ter recebido: “Não é preciso receber, porque essas obrigações de serviço público não servem para nada, esta revisão.”

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu não disse isso! Disse que não é preciso negociar as obrigações de serviço público!

O Orador: Disse, disse! Disse em aparte. Peço desculpa, mas disse.

Sr. Deputado, receber o Governo Regional quando é solicitado...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estão a enganar os açorianos. Isso é *show off*!

O Orador: ... para negociar ou para estabelecer um compromisso que melhore a vida dos açorianos é uma obrigação do Governo da República...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores têm o negócio feito!

O Orador: ... e os senhores deviam ser os primeiros a criticar o Governo da República por não nos receber ou por não nos ter resolvido o problema.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é preciso!

O Orador: Não é preciso o Governo da República receber o Governo dos Açores?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É discriminar os açorianos!

O Orador: Pois bem, Sr. Deputado, fica aqui registado. Mas sabe por que é que o Governo da República ainda não recebeu ou ainda não resolveu o problema? Sabe porquê?

Porque está mais preocupado com a privatização da TAP, com a privatização da ANA, que pode prejudicar gravemente os Açores. É por causa disso que ainda não nos recebeu. São estas as prioridades do Governo da República, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A SATA não precisa da TAP.

O Orador: Eu, na minha opinião, revia (e permita-me que lhe diga) a sua posição sobre o assunto.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor não sabe o que está a dizer!

O Orador: O Sr. Deputado devia ser o primeiro a criticar o Governo da República por ainda não ter resolvido uma proposta que está há muito tempo no Governo da República para resolver...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é necessário. Só é necessário fazer *low cost*. Não é necessário baixar tarifas. Os senhores estão a enganar os açorianos!

O Orador: ... e ao PSD estendo também a necessidade de se manifestar contra a ausência de resposta da parte do Governo da República.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Faço esta intervenção para participar neste debate, porque foram proferidas algumas afirmações, acusações por parte do Sr. Deputado Artur Lima que obviamente têm de ser repudiadas pelo Governo, porque não correspondem à verdade.

Em primeiro lugar, o Sr. Deputado Artur Lima utilizou expressões como “manigâncias” no Programa do Governo, como o Governo querer enganar os açorianos e eu gostava de lhe dizer que isso não corresponde à verdade. São acusações absolutamente infundadas, falsas e injustas para com este Governo.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Gostava de dizer também que a baixa das tarifas aéreas nos Açores é um património dos governos do Partido Socialista...

Deputados Francisco César e Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: ... e desse património nós queremos curar e engrandecer-lo, continuando a trabalhar para que as tarifas aéreas baixem.

Quanto à questão das obrigações de serviço público. A questão das obrigações de serviço público justifica-se quer com a entrada de *low cost*, quer sem a entrada de *low cost*.

Não é com o objetivo de permitir a entrada de *low cost* que as obrigações de serviço público são alteradas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está aqui escrito!

O Orador: Basta ver que a diminuição do preço das tarifas (concorde-se ou não se concorde com elas) obrigará também as empresas que já estão neste mercado e, portanto, justifica-se plenamente a alteração das obrigações de serviço público, independentemente do interesse de companhias *low cost* em voarem para os Açores.

Outra questão que gostava de esclarecer. Sim, há interesse de companhias *low cost* voarem para os Açores. E sim, se isso for algo de benéfico para os açorianos,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Todas as ilhas!

O Orador: ... nós tudo faremos para que essas companhias possam operar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para todas as ilhas!

O Orador: Isso que o Sr. Deputado Artur Lima está a dizer de alguma companhia *low cost* voar para todas as ilhas não me parece que seja possível...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Para as *gateways* que são possíveis!

O Orador: ... por motivos que me dispense agora de referir aqui.

Mas de qualquer das formas o que gostaria de dizer ao Sr. Deputado Artur Lima é qual o posicionamento do Governo nesta matéria. É o de salvaguardar a igualdade entre todas as ilhas com *low cost* ou sem *low cost*, com companhia regular ou sem companhia regular. Esse é o nosso objetivo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso não acontece!

Deputado Nuno Alves (CDS-PP): Oh Sr. Presidente, isso não acontece agora!

O Orador: O Sr. Deputado Artur Lima citou um percurso, alegando que não há encaminhamentos. Não sei se consciente ou inconscientemente, o Sr. Deputado induz em erro a câmara, porque obrigações de serviço público existem e com obrigação do Estado assegurar o encaminhamento das *gateways* para o continente e para a Madeira.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Era isso mesmo que queria que o senhor dissesse!

O Orador: Não existe obrigação de serviço público dos Açores para Londres. Não sei se essa é uma sugestão que o Sr. Deputado Artur Lima quer deixar nesta câmara, de haver obrigações de serviço público nas ligações entre os Açores e Londres, mas de qualquer das formas aquilo que o Sr. Deputado está a dizer precisa desta precisão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Era isso mesmo que queria ouvir!

O Orador: Portanto, “precisando desta precisão” aqui se prova que aquilo que o Sr. Deputado Artur Lima estava a dizer não corresponde inteiramente à verdade,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Corresponde!

O Orador: ... porque existem encaminhamentos que são assegurados pelas indemnizações compensatórias que estão previstas nas obrigações de serviço público dos Açores para o continente e para a Madeira também e esse deve ser, na conjuntura em que vivemos, o núcleo essencial de matérias das quais nós não poderemos prescindir.

Gostava ainda de referir, Sr. Deputado Artur Lima, aquilo que foi também referido na sua intervenção como a questão de desigualdade entre ilhas. É verdade, existe, mesmo nestas obrigações de serviço público, alguma desigualdade entre ilhas. Basta que um passageiro passe num aeroporto em ligação que esteja sob gestão da ANA e não sob gestão da concessionária regional dos aeroportos para termos logo essa diferenciação. Porquê?

Porque o Governo dos Açores, do Partido Socialista, decidiu, em devido tempo...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso só acontece agora?

O Orador: Não acontece agora, já acontecia antes.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah!

O Orador: ... que um passageiro que estivesse em trânsito não pagava taxas no aeroporto por onde estivesse a transitar, mas isso não acontece num aeroporto que esteja sob gestão da ANA,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores impuseram as taxas!

O Orador: ... apesar de nós já termos manifestado à ANA o interesse e a vontade de que essa situação fosse alterada.

Portanto, cada coisa no seu campo e aquilo que julgo que (na minha opinião, obviamente) pior se pode fazer nessa situação é misturar coisas que não são comparáveis. Nós queremos com *low cost* ou sem *low cost* que este objetivo de igualdade de entre todas as ilhas seja salvaguardado. É isto, aliás, que a proposta de obrigações de serviço público, que está pendente no Governo da República e na qual o Governo da República está a trabalhar, assegura, é esta intenção que assegura. Obviamente que não existem esses encaminhamentos numa situação para Frankfurt,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Açorianos de primeira e de segunda!

Deputado Nuno Alves (CDS-PP): E para Boston!

O Orador: ... para Munique, para Londres.

Gostaríamos que isso acontecesse? Sim, gostaríamos que isso acontecesse. Obviamente que gostaríamos que acontecesse.

O senhor pergunta-me se isso será possível? Duvido muito que seja possível. Acho que não haverá abertura para a criação de obrigações de serviço público em relação

a esses aeroportos. Temos, por essa via, e conforme o Sr. Secretário referiu, por via daquilo que é a alteração de obrigações de serviço público no âmbito das interilhas, de tentar salvaguardar ao máximo este custo acrescido que existe nessas ligações que nada têm a ver com obrigações de serviço público.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Para terminar, apenas reiterar que este Programa do Governo não tem nem manigâncias, nem quer enganar os açorianos.

Deputados Berto Messias e José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: É o que é e aquilo que ele é nós assumimo-lo frontalmente aqui, perante esta câmara.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Presidente do Governo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, muito obrigado pelos seus esclarecimentos. Vou responder-lhe sucintamente porque não tenho tempo, a não ser que V. Exa. me ceda.

A SATA é uma companhia açoriana e, como tal, deve servir igualmente todos os açorianos, onde não é preciso obrigações de serviço público para fazer uma tarifa Açores/Londres, independentemente do ponto de partida do açoriano, seja do Corvo, ou seja de São Miguel. Isso é que era obrigação do Governo. Obrigação, Sr. Secretário! Não há serviços públicos aqui. Era obrigação do Governo tratar todos os açorianos por igual.

Primeiro ponto: o Governo não faz, porque não quer, porque discrimina açorianos no meu entender.

Deputado Nuno Alves (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Segundo ponto: mesmo na ligação para o Funchal tem que se dormir sempre uma noite, ou às vezes duas na ligação.

Quem é penalizado? É o passageiro em cerca de 100€ e até o preço é diferente, cerca de 40€ a mais não sendo de São Miguel.

Obrigações de serviço público.

Agora, Sr. Secretário, não é necessário para ter uma tarifa de 134€ alterar as obrigações de serviço público e por isso é que refuto o que aqui está dito, porque basta os senhores da tarifa de 199€ (e eu já expliquei 300 vezes, os senhores vão entender) atualmente em vigor, tirar-lhe a taxa de combustível e dá 134€. Tal e qual, Sr. Secretário.

Sr. Presidente, não lhe posso responder porque não tenho tempo e quando fundamento isso...

Mas o senhor também tem a SATA (a mesma SATA) a fazer um Ponta Delgada/Boston por 524€ e um Terceira/Boston por 623€. Por acaso a Terceira ainda fica mais perto de Boston.

Muito obrigado.

Deputado Nuno Alves (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, apenas para dizer-lhe que o senhor não tem razão...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tenho, tenho!

O Orador: ... e se é certo que em teoria isso poderia ser feito, na prática a situação leva a que isso não seja feito. Porquê? Porque é que só depende das obrigações de serviço público o alcance dessa tarifa?

Porque só com as obrigações de serviço público é que teremos todas as companhias em igualdade de circunstâncias e aquilo que o Sr. Deputado está a dizer é que à custa da sustentabilidade da SATA se faça essa tarifa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não!

O Orador: Portanto, quando tivermos todas as companhias em igualdade de circunstâncias, muito bem, assim será feito; sem estarem todas as companhias em

igualdade de circunstâncias, estarão os açorianos a pagar mais à TAP e isso acho que também não é justo.

Deputado Nuno Alves (CDS-PP): Mas então para que é precisam da TAP?

O Orador: Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já pagam hoje em dia!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Presidente do Governo.

Estava ainda inscrito o Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Prescindo.

Presidente: Sr. Deputado Jorge Macedo tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta parte da minha intervenção depois vou dispensá-la de fazer em tribuna, mas as últimas palavras do Sr. Presidente do Governo despertaram-me alguma ansiedade. Vou dizer porquê.

Porque quando falou da sustentabilidade da SATA (e sendo certo que durante a campanha eleitoral referiu, por bastas vezes, a flexibilização como uma espécie de palavra mágica que permitiria baixar os preços das tarifas), hoje conhecemos e ficámos a saber que, para além da flexibilização (a tal palavra mágica), para além da vontade (e que nós concordamos) de que haja outros operadores no mercado, o que significa mais concorrência (é bem vinda; é ótimo para os açorianos, claro que é), o mercado existente é para ser dividido por mais operadores, o que significa que vamos ter menos passageiros por operador. Acresce o facto de 86€ de subsídio ao bilhete não ser para entregar à companhia, mas para entregar ao passageiro, o que nós concordamos. O que significa que na prática temos menos passageiros e menos receita para os operadores que vão estar no mercado e, neste momento, preocupame, naturalmente, a questão da SATA.

Deputado Francisco César (PS): Eles aplicam o preço sem indemnização!

O Orador: Eu diria, em jeito de rodapé, que pena, que pena, foi não terem pensado nesta solução quando, em 2010, renegociaram as obrigações de serviço público que estão em vigor até hoje.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Jorge Macedo, permita-me que lhe diga que parece que o Sr. Deputado não esteve nesta Assembleia nos últimos 4 anos. Nós já nos fartámos de debater as obrigações de serviço público por diversas vezes, referindo a questão da carga, referindo a questão do subsídio ao bilhete.

Sr. Deputado, o senhor parece que não esteve cá nestes últimos tempos: “ficámos hoje a saber”.

Oh Sr. Deputado, o Programa do Governo já está apresentado há algum tempo. A proposta de Programa do Governo já está apresentada há muito tempo. Foi debate das eleições. Nós tivemos o projeto do Partido Socialista apresentado aos eleitores, como também tivemos o projeto chamado POSEI Transportes e os açorianos decidiram. Não é nada de novo.

O senhor vem falar aqui da sustentabilidade da SATA. Pois bem, Sr. Deputado, nós criámos um modelo que ao mesmo tempo protege os residentes, fomenta a vinda de passageiros do continente, estimula a concorrência e a flexibilização do modelo também permitiu à SATA que conseguisse adequar e concorrer em condições no serviço para os Açores.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Como aconteceu na Madeira!

Deputado Nuno Alves (CDS-PP): Mas para que é que precisam da TAP?

O Orador: Não, Sr. Deputado, não é como aconteceu na Madeira e sabe porquê?

Porque na Madeira não há preço máximo, na Madeira não há proteção dos residentes.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Melhor para a SATA! Isso é o milagre da multiplicação dos pães!

O Orador: Vá à Madeira, fale com os seus colegas que tanto lhe ensinaram do Partido Social Democrata da Madeira...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Pior era se fosse!

O Orador: ... e pergunte-lhes o problema que têm os estudantes quando viajam, que têm os residentes quando viajam na altura da época alta (no Natal, no Carnaval ou até na passagem do ano).

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso é o milagre da multiplicação dos pães!

O Orador: E sabe os preços escandalosamente altos que eles pagam.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Preocupa-me a SATA. Não estou a falar dos madeirenses!

O Orador: Sr. Deputado, não! A mim preocupam-me os açorianos e a sustentabilidade e a possibilidade de criar riqueza para os Açores.

A SATA está incluída. Nós criámos um modelo que permite à quadratura do círculo beneficiar...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Exatamente! A quadratura do circo. A boca fugiu-lhe para a verdade!

O Orador: ... os açorianos e a concorrência e, por este meio, também a SATA.

Por isso, não estranhámos que o PSD, depois de tanta discussão, não tenha querido aprender absolutamente nada. Nós aprendemos, por isso é que fomos evoluindo. Desde 96 nós conseguimos progressivamente descer os preços das tarifas aéreas para o continente e no inter-ilhas e é isso que nós nos propomos continuar a fazer. Muito obrigado.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Parece-me que agora não há mais pedidos de inscrição.

Sendo assim, faria aqui um intervalo de 30 minutos. Regressamos às 18 horas.

Vou já informar dos tempos. Temos que esperar só um minuto.

(Pausa)

Presidente: Dou então a palavra ao Sr. Secretário para a informação dos tempos.

Secretário: Portanto, o Governo tem disponível 74 minutos e 53 segundos; o Partido Socialista, 99 minutos e 44 segundos; o Partido Social Democrata, 74

minutos e 32 segundos; o CDS-PP, 8 minutos e 58 segundos; o Bloco de Esquerda, 2 minutos e 14 segundos; o PCP, 2 minutos e 40 segundos e o PPM, zero.

Presidente: Muito bem.

Informados que estão dos tempos, regressamos às 18 horas.

Eram 17 horas e 33 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos. Agradeço que retomem os vossos lugares.

Eram 18 horas e 23 minutos.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa.

Deputado Miguel Costa (PS): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vivemos tempos distintos, tempos de constrangimentos nos mais diversos níveis, tempos de imposições da República de que não há certamente memória e por isso mesmo vivemos tempos de **novos desafios**, de **exaltação dos valores autonómicos**, tempos de seguir em frente com ambição na defesa do que é mais nosso, das nossas **famílias**, das nossas **empresas**, da nossa **economia**. Vivemos tempos de conquistar um futuro confiante para os Açores!

Nessa missão, todas as áreas de intervenção governativa estarão necessariamente interligadas, concentrando esforços redobrados para garantir a maior agilização na conquista de um futuro seguro, sendo o **TURISMO** e os **TRANSPORTES** dois vetores fundamentais da promoção de sustentabilidade económica da nossa Região.

No programa do XI Governo Regional dos Açores é dada a devida importância a essas duas áreas basilares, que ganham maior expressão motivada pelo ambiente de excelência com que somos diariamente presenteados, pelo mar que nos envolve, pelas excêntricas paisagens verdes e vulcânicas, pela nossa diferenciada cultura e

património aliados à simplicidade e ao bem receber das nossas gentes, bem como pela nossa condição arquipelágica, onde a imensidão do mar nos separa, mas nos une numa identidade e qualidade da açorianidade, onde se misturam a geografia, a história, a cultura e onde as acessibilidades têm, obviamente, um papel crucial no desenvolvimento económico sustentado de todas as ilhas, e por isso, o acesso é condição indispensável ao sucesso!

No **TURISMO**, os passos expressivos dados nos últimos anos, em que a aposta nas infraestruturas foi ganha e decisiva, servirão para alicerçar uma renovada e firme política na procura de segmentos de mercado com maior potencial, para fazer frente a mercados, como o nacional, que sofreram grandes quebras, motivadas por políticas nacionais de folha de cálculo, onde os números superaram a condição humana, ignorando as pessoas, o que se reflete obrigatoriamente em todos os sectores, como por exemplo no turismo.

Mas porque este sector turístico carrega em si um dos motores do desenvolvimento da economia açoriana, é-lhe atribuído cada vez maior importância, compelindo o seu sucesso, infalivelmente, para a geração de riqueza e a criação de emprego.

Os últimos 16 anos de investimentos feitos nas grandes obras públicas em matéria de infraestruturas aeroportuárias, portuárias e terrestres associam-se a esta dinâmica que se exige num **turismo de qualidade** e não de oportunidade, em que a componente ambiental se há de unir adequada e regularmente à da cultura.

Há por isso um desafio motivante pela frente que assenta em estratégias categóricas de afirmação do **destino Açores**, garantindo a sustentabilidade do investimento privado, bem como do seu crescimento e conseqüente criação de riqueza e de empregabilidade.

O Turismo e o seu desenvolvimento estão obviamente e intimamente dependentes das acessibilidades aéreas e marítimas, onde se evidencia a orientação para a promoção de ligações aéreas a mercados emissores a preços concorrenciais, bem como no reforço do turismo de cruzeiros que a cada dia ganha maior expressão na Região.

O Turismo interno continuará a ser considerado e acentuado, promovendo a mobilidade dos Açorianos dentro da sua Região, com especial destaque para o

turismo juvenil e sénior, como por exemplo através da criação de um pacote promocional que conjugue a utilização dos transportes marítimo e aéreo dentro do arquipélago.

Privilegiar-se-á no âmbito das medidas de apoio ao turismo a formação de profissionais do sector, promover-se-á o destino Açores e os seus operadores nos mercados externos e o desenvolvimento da animação turística. A competitividade do sector será incentivada através da valorização da *inovação, criatividade e diferenciação* dos serviços turísticos, com o necessário apoio técnico e financeiro aos investimentos estratégicos no sector. Aqui realça-se a criação e a promoção da MARCA AÇORES, reconhecendo a qualidade e a excelência de produtos regionais comercializáveis nos vários serviços paralelos que contribuirão decisivamente para a qualidade da oferta do destino Açores.

Medidas como o aproveitamento dos prémios internacionais atribuídos aos Açores enquanto destino turístico de excelência, consolidação do segmento natureza como fator de atenuação da sazonalidade, como o reforço na aposta do segmento do golf, do turismo “exótico” e de aventura, do turismo do mar, como o desenvolvimento do turismo de *ecoresort*, na aposta do turismo de degustação gastronómica e no enoturismo, nos Açores como destino para a investigação científica, no reforço de incentivos ao turismo de natureza rural, na aposta e consolidação em mercados turísticos europeus, como a Espanha, Alemanha, Reino Unido, entre outros e na aposta ainda mais forte nos EUA e Canadá, onde está derramada a alma açoriana, mas também indo mais além desse mercado étnico..., entre muitas outras medidas de orientação programática referidas no programa do XI Governo dos Açores, são de enaltecer, por serem assertivas e ajustadas aos novos desafios do sector do Turismo.

Estas como muitas outras medidas promoverão um dos objetivos estruturais da estabilidade socioeconómica dos Açores e que se prende com a **empregabilidade**, enfatizando, dessa forma, a formação e a qualificação profissional da população ativa e da desempregada.

No que à matéria de **TRANSPORTES** diz respeito, considerando a sua importância vital numa dimensão geográfica como a dos Açores e por ser

determinante em todas as vertentes económicas, o programa do XI Governo Regional define como objetivo essencial a diminuição dos custos de contexto decorrentes dos transportes.

Os TRANSPORTES MARÍTIMOS são, sem dúvida alguma, um sector importantíssimo em qualquer economia e muito em especial numa economia como a dos Açores, onde a dispersão geográfica acentua incontornavelmente essa importância. A sua eficiência, quer no transporte de passageiros quer de mercadorias, é condição primordial para a competitividade económica.

Nesse sentido e depois da aposta conseguida num sistema portuário moderno, onde foram garantidos níveis de operacionalidade muito elevados, nomeadamente com a construção das rampas RO-RO, propõe-se concretizar uma maior otimização e rentabilização de meios, através, por exemplo, da fusão das duas empresas públicas vocacionadas para o transporte de passageiros interilhas, bem como da promoção do enquadramento da Região nas redes transeuropeias de transportes, inscrevendo, assim, os Açores na rede portuária de apoio, tirando partido do nosso posicionamento geográfico privilegiado.

O transporte marítimo de passageiros terá também uma nova vida no **Grupo Central** com os **novos navios** já em construção, que garantirão condições de excelência, conforto e segurança no seu transporte, como também permitirão o transporte de doentes nas melhores condições, que associados às novas infraestruturas portuárias darão um grande passo qualitativo naquele serviço público elementar.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: A nossa condição arquipelágica, condição de povo ilhéu, dá uma dimensão extraordinária aos TRANSPORTES AÉREOS, fundamental à adequada mobilidade dos açorianos.

A boa regularidade e fiabilidade do sistema, associado à qualidade dos meios digna de registo, não abrandam a atuação do Governo dos Açores que está consciente que esse serviço público comporta custos ainda muito elevados para os utilizadores e para a Região.

Evidencia-se o grande potencial de **diminuição dos preços dos bilhetes**, o que nas ligações ao Continente será conseguido através da abertura do sector, de forma regulada (é certo), a outros operadores que tragam para o mercado agressividade comercial e correlativa concorrência. Esta é sem dúvida uma medida e um objetivo clarividente, abrangente e determinante na política do XI Governo Regional dos Açores.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Finalizando, acentua-se a confiança nos Açores e no seu XI Governo, onde TURISMO e TRANSPORTES, como dois sectores fundamentais para a economia regional, estão plasmados nas orientações programáticas e são expressão de **fiança num futuro ganhador para os Açores**, onde a qualidade, inovação e firmeza nas medidas e objetivos são garante de políticas assertivas e consequentes.

Conscientes das dificuldades dos dias de hoje, mas sempre com as pessoas, com os Açorianos, à frente dos números de outros, é assim que os Governos Socialistas governam nos Açores, e foi assim que os açorianos acreditaram, acreditam e continuarão a acreditar no futuro da nossa terra!

Disse!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, dou a palavra para uma intervenção ao Sr. Deputado António Pedroso.

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sendo esta a minha primeira intervenção nesta tribuna apresento os meus cumprimentos a todos os presentes.

O Sector do turismo atualmente apresenta um potencial de crescimento económico e de empregabilidade nos Açores, no entanto carece de um modelo de crescimento

sustentável, diversificado e competitivo, assente na integração sectorial de diferentes políticas correlacionadas com a atividade turística.

Os agentes privados que se envolveram através de investimentos, alguns deles bastante avultados, estão apreensivos com a crise que assola os principais mercados emissores, nomeadamente o nacional e com a consequente redução do número de turistas verificado este ano.

Estamos na expectativa de que com uma mudança de rumo e com a aplicação de políticas mais assertivas, no próximo ano haja uma melhoria significativa no sector.

Apesar de haver quem defenda que todos os empreendedores açorianos souberam tirar partido da disponibilização de fundos públicos para o investimento no turismo, a triste realidade é que muitos deles não o fizeram da forma mais adequada. Nomeadamente na construção de estruturas físicas. Como foram concedidas avultadas verbas, construíram-se obras grandes que não são sinónimo de grandes obras.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Foi como dizem os populares, "mais olhos que barriga", e o resultado está á vista. Unidades hoteleiras vazias e até algumas delas encerradas, sendo uma preocupação para todos nós, será uma preocupação redobrada para os empresários e para os trabalhadores que veem em risco os seus salários.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: Verifica-se contudo, que a aposta com sucesso em pequenas unidades de alojamento de qualidade, no turismo rural, ecoturismo e turismo de habitação, em praticamente todas as ilhas tem mostrado que há alternativas positivas, e este governo deverá ter certamente a competência e sabedoria para daí tirar ilações.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A manutenção dos incentivos ao investimento no sector do turismo é de extrema importância, mas requer uma avaliação da sua filosofia de base e sobretudo da sua adequabilidade aos tempos de mudança em que vivemos.

O que está feito, está feito, e agora resta encontrar mecanismos para promover os Açores, atrair mais turistas e rentabilizar os investimentos realizados.

Há muitos hotéis para reabrir e muitos hotéis para encher, e sabemos que os grandes operadores têm mais capacidade para o fazer, mas também é certo que têm mais poder para esmagar as margens de lucro dos nossos empresários.

Deputados João Bruto da Costa e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Recomendo ao senhor secretário dos transportes e turismo que não menospreze os operadores de menor dimensão que nos visitam e demonstram interesse em nos enviar clientes. O número de clientes poderá ser menor mas a rentabilidade será certamente superior. E aí estará a diferença.

Por vezes carece explicar a alguns operadores estrangeiros, que contatam a ATA (associação de turismo dos Açores) em feiras e certames, que apesar das simpáticas funcionárias do turismo vestirem de azul e branco, aquele uniforme não é um hábito da madre Teresa de Calcutá, e que o turismo dos Açores não é uma instituição de caridade.

Exigem-nos preços promocionais, participados com o dinheiro da Região, para depois usarem os hotéis a preços irrisórios, com turistas que pouco ou nada consomem, e ainda fazem churrascos nas varandas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Os Açores merecem melhor.

Os empresários de turismo contam com a abertura do governo para o diálogo. Todos juntos deverão encontrar soluções concretas para os problemas do turismo nas nossas ilhas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Com o intuito de fazer uma oposição construtiva, permitam-me referir que uma forte promoção junto das nossas comunidades de imigrantes, nos Estados Unidos e Canadá, poderia ter resultados muito positivos. Investindo na promoção da genealogia Açoriana, pois é um tema que não tem sido explorado, e que tem todas as possibilidades de proliferar, e dar bons frutos.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: Este é um tipo de turismo que abrange todas as ilhas, do Corvo a Santa Maria.

O governo já tem infraestruturas de apoio: os arquivos e bibliotecas e o Centro de conhecimento, que já avançou algum trabalho interessante nessa área.

Nas várias gerações de açorianos a residir na diáspora, existem alguns milhares de potenciais clientes, interessados em investigar as suas origens açorianas.

O turismo rural, e o turismo de bem-estar e saúde, são duas áreas com potencial aumento de receita por quarto. Existem nichos de mercado que procuram estes ambientes específicos. Se o tipo de mercado em que se apostou nos últimos tempos não resultou, é do interesse de todos que se procure alternativas mais rentáveis.

A companhia Regional SATA é uma boa companhia aérea,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Concordo!

Deputado Berto Messias (PS): Está ouvindo, Sr. Deputado Jorge Macedo?

O Orador: ... que tem levado o nome dos Açores cada vez mais longe, tem um bom serviço a bordo, tem bons equipamentos, novos terminais. Mas, como não há bela sem senão, de vez em quando sofre da síndrome de monopólio.

Sem transportes a preços competitivos não há turismo.

Deputado Luís Maurício (PSD): É melhor ouvir o resto!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Está a ouvir?

O Orador: Urge repensar os preços e a flexibilização das tarifas áreas, e a sua conjugação com as tarifas e ligações marítimas. Tal como foi prometido aos açorianos na recente campanha eleitoral.

As ligações marítimas no triângulo e por conseguinte no grupo central são imprescindíveis para um bom desenvolvimento turístico, como é do conhecimento geral.

S. Jorge, pela sua localização, serve naturalmente de vértice de ligação, a norte com Terceira e Graciosa e a sul com Pico e Faial.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem!

O Orador: Esperamos que no próximo ano, com os novos barcos, o governo consiga dar uma nova dinâmica aos transportes marítimos, consolidar as ligações ao Pico e ao Faial essenciais para aumentar a mobilidade do turismo no triângulo e recriar as ligações de S. Jorge á Terceira e Graciosa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É urgente uma política de turismo adequada à nossa realidade.

É urgente rentabilizar os investimentos já feitos na hotelaria.

É urgente parar a hemorragia que está a afundar o tecido empresarial ligado ao turismo.

Deputados António Ventura e Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Temos a obrigação de fazer do turismo uma fonte de riqueza e de criação de postos de trabalho que tanta falta faz aos açorianos.

Deputados João Bruto da Costa e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Tenho esperança que possa voltar, o mais breve possível, a esta tribuna para me regozijar com os avanços que os Açores tenham dado na captação de turistas, na rentabilização dos investimentos efetuados, e na criação de emprego.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Temos um Governo novo e um Programa de Governo que desejamos possa responder a problemas velhos.

Claro que o “estado de graça” pode desculpar erros e omissões, mas agora é hora de debatermos o Programa do Governo, tal como está escrito e apresentado nesta Assembleia.

Admitimos até que este Programa não tenha tido grande intervenção dos novos Secretários, sendo mais ou menos o “fiel depositário” das ideias dos vossos antecessores, mas é isto que V. Exas. apresentaram nesta casa.

No setor dos transportes este é um Programa de “serviços mínimos”. Sei, ... tenho a certeza que V. Exa. - Senhor Secretário Regional do Turismo e Transportes -

pode fazer muito mais do que está ali escrito. Aliás, ... acho que não vai ter outro remédio.

Para o transporte terrestre o objetivo é, cito: “consolidar os serviços de transporte público em coordenação com os meios aéreos e marítimos”.

A “medida única” que propõem é, e cito: “consolidar o Plano Integrado de Transportes e aplica-lo, progressivamente, em todas as ilhas”.

V. Exa. terá de concordar que isto na prática significa: “usem o carro que têm à porta ... ou apanhem uma boleia”. Tenho a certeza que V. Exa é capaz de fazer muito melhor do que isto.

O transporte marítimo de passageiros e viaturas foi estabilizado, é verdade,...

Deputado Francisco César (PS): Ah! Finalmente! Quatro anos!

Deputado Berto Messias (PS): Custou a dizer essa frase!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quem diria!

O Orador: ... mas também é verdade que deve “farturas” à credibilidade.

É fundamental para a mobilidade dos açorianos, mas todos sabemos que pode ser um importante contributo para o turismo que nos visita do exterior.

Propõem a fusão da Atlanticoline e da Transmaçor. Claro que esta fusão permite a racionalização do Sistema; claro que a gestão integrada faz sentido, mas não podemos deixar de alertar para a especificidade do transporte de passageiros e viaturas no Triângulo.

Tranquiliza-nos a estabilização que foi obtida no transporte ferry, mas sobretudo queremos que os habitantes de S. Jorge, Pico e Faial, que circulam num mercado consolidado de mais de 400 mil passageiros por ano, não sejam penalizados por uma gestão distante e menos conhecedora desta operação.

Deputados Cláudio Almeida e Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: Já não nos tranquiliza, quando no Programa do Governo está escrito que um dos “objetivos” é “aumentar a concorrência no setor” (citei) sendo que, duas das três medidas que lá estão escritas dizem precisamente o contrário:

Numa querem, e cito: “implementar um circuito regular de passageiros e mercadorias (entre vírgulas), pela empresa da Região, em sistema de carga rodada, entre as ilhas do Grupo Central, com os novos navios de 40 metros...”

... e na outra propõem, volto a citar: “Aperfeiçoar o circuito de transporte regular de passageiros e viaturas, pela empresa da Região (entre vírgulas), e entre todas as ilhas que têm este tipo de operação.

Sei que não foi V. Exa que escreveu esta evidente contradição, mas gostaríamos que esclarecesse se o Transporte Marítimo de passageiros e viaturas é para ser concretizado em regime de monopólio público como escrevem ... ou em “concorrência” como desejam.

Estes documentos têm de ser rigorosos e acho que concorda que esta contradição não é apenas uma questão de forma ... é uma contradição de facto.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

“A utilização dos Açores como plataforma de apoio ao tráfego de mercadorias e pescas no Atlântico Norte que consiga captar e operar anualmente, em “*transshipment*”, cerca de 3 milhões de contentores”, (citei o Programa do Governo), é um objetivo ambicioso.

É verdade, são objetivos ambiciosos que nos motivam e sei que está motivado para as suas novas funções, mas concordará que, quando a “medida única” escrita no Programa do Governo fala em, vou citar: “encontrar o parceiro certo, operador internacional com grande volume de tráfego de contentores no Atlântico” (acabei de citar) ... é mais ou menos como acreditar que todos os que o precederam tropeçaram nesses operadores internacionais, inclusivamente o Senhor Presidente do Governo nas suas funções de Secretário da Economia, ... mas, homessa, nenhum deles reparou!

Pobrezinho este Programa de Governo.

No transporte aéreo dispense-me de repetir o que disse da bancada e agradeço a ajuda que o Deputado Francisco César me deu quando referiu que aquilo que está escrito no Programa do Governo, na área do transporte aéreo, é a quadratura do circo.

Deputado Francisco César (PS): É a concretização!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Autonomia é um bem precioso ... mas principalmente tem que ser um instrumento para resolvermos os nossos problemas, para assumirmos responsabilidades e evitarmos desculpas, para trabalharmos afincadamente ... e afincadamente fazermos o nosso desenvolvimento ... mas este Programa do Governo é pobrezinho.

Fazemos votos que V. Exa., Senhor Secretário do Turismo e Transportes, consiga fazer mais e melhor, mas provavelmente também lamenta que o debate tenha de ser feito com o que lá vem escrito.

E o que está lá escrito são “serviços mínimos”! Temos a certeza que estes “mínimos” também não o satisfazem.

Disse.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente.

Em primeiro lugar gostaria de saudar o Deputado Jorge Macedo pelo facto de ao fim de 4 anos de intensos debates nesta Assembleia ter finalmente reconhecido aquilo que nós sempre dissemos, que nós concretizamos e criamos de raiz um sistema marítimo de transporte de passageiros, estabilizámos o modelo de transporte marítimo de passageiros.

Aquilo que nós nos propomos a partir daí é aperfeiçoar este modelo de transporte de passageiros e também de carga, de forma a que ele possa servir melhor a Região.

Os objetivos que são definidos no Programa do Governo são de facto objetivos ambiciosos e alguns para serem concretizados não dependem exclusivamente do Governo Regional.

Como bem sabe, nomeadamente naquilo que é a captação de carga de transporte transatlântico, isso está dependente da abertura das comportas do Panamá e de toda a negociação que terá que ser feita.

Não é um objetivo fácil de concretizar, mas é um objetivo ambicioso que nós nos propomos concretizar.

Tem sido esse o nosso trabalho ao nível dos transportes aéreos, ao nível dos transportes marítimos.

Nós tencionamos fazer isto com racionalização, tentando liberalizar o mercado naquilo que é a circulação de cargas e mercadoria e utilizando os meios que nós temos encomendados, nomeadamente os dois navios de 40 metros que permitem transporte de carga rodada.

Como o Sr. Deputado bem sabe estes navios beneficiam pela sua frequência, porque a capacidade de carga rodada não é por ali além. Portanto, aquilo que é a circulação de mercadorias em grande quantidade não pode ser feita obviamente por estes navios.

E para já ficava-me por aqui.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Para uma interpelação. Para pedir um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental e uma vez que só reiniciaremos os trabalhos às sete e um quarto e para não interromper depois o debate em torno da intervenção do Sr. Secretário, proponho que se terminem os trabalhos hoje.

Retomamos amanhã de manhã pelas 10 horas.

Vou só aproveitar para informar o plenário dos tempos com que reiniciaremos amanhã. Portanto, vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de informar as Sras. e os Srs. Deputados dos tempos que ainda dispõem para os trabalhos de amanhã.

Secretário: O Governo Regional tem 74 minutos e 53 segundos; o Partido Socialista, 87 minutos e 51 segundos; o PSD, 63 minutos e 02 segundos; o CDS-

PP, 8 minutos e 58 segundos; o Bloco de Esquerda, 2 minutos e 14 segundos; o PCP, 2 minutos e 40 segundos e o PPM já não tem tempo.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo, uma boa noite a todos então e até amanhã.

Eram 18 horas e 52 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Pela Redatora, Ana Sofia Pereira da Silva Machado